

53

821.134.3-72

QUE da









OBRAS DE
EÇA DE QUEIROZ

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - II
(1867)

EDIÇÃO «LIVROS DO BRASIL» LISBOA

Eça de Queiroz

Eça inquiriu — e inquiriu com finalidade filosófica — das causas da nossa decadência. Escutemo-lo num breve trecho: *O pai de um amigo meu, em 1836 ou 1848, num ódio repentino a tudo o que lhe lembrava o velho Portugal, foi-se à sua mobília antiga, de pau preto torneado e de assentos de couro lavrado, e num só dia vendeu, queimou, sepultou em sótãos, dispersou todas essas formas vetustas que lhe vinham do passado; depois correu a um estofador da esquina, e comprou ao acaso, num lote, uma mobília francesa. O que este homem fez, todo o Portugal o fez. Num rompimento desesperado com o velho regimen, tudo quebrou, tudo estragou, tudo vendeu. Achou-se de repente nu (...).*

Pertence a transcrição ao capítulo *O Francesismo*, das *Últimas Páginas*. Para quem acuse levianamente Eça de Queiroz, e com Eça a sua geração, de estrangeirismo e de desenraizamento, Eça respondeu-lhe aí com o coração nas mãos, num largo e carinhoso exame de consciência.

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - II
(1867)

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

N.º de Registo:

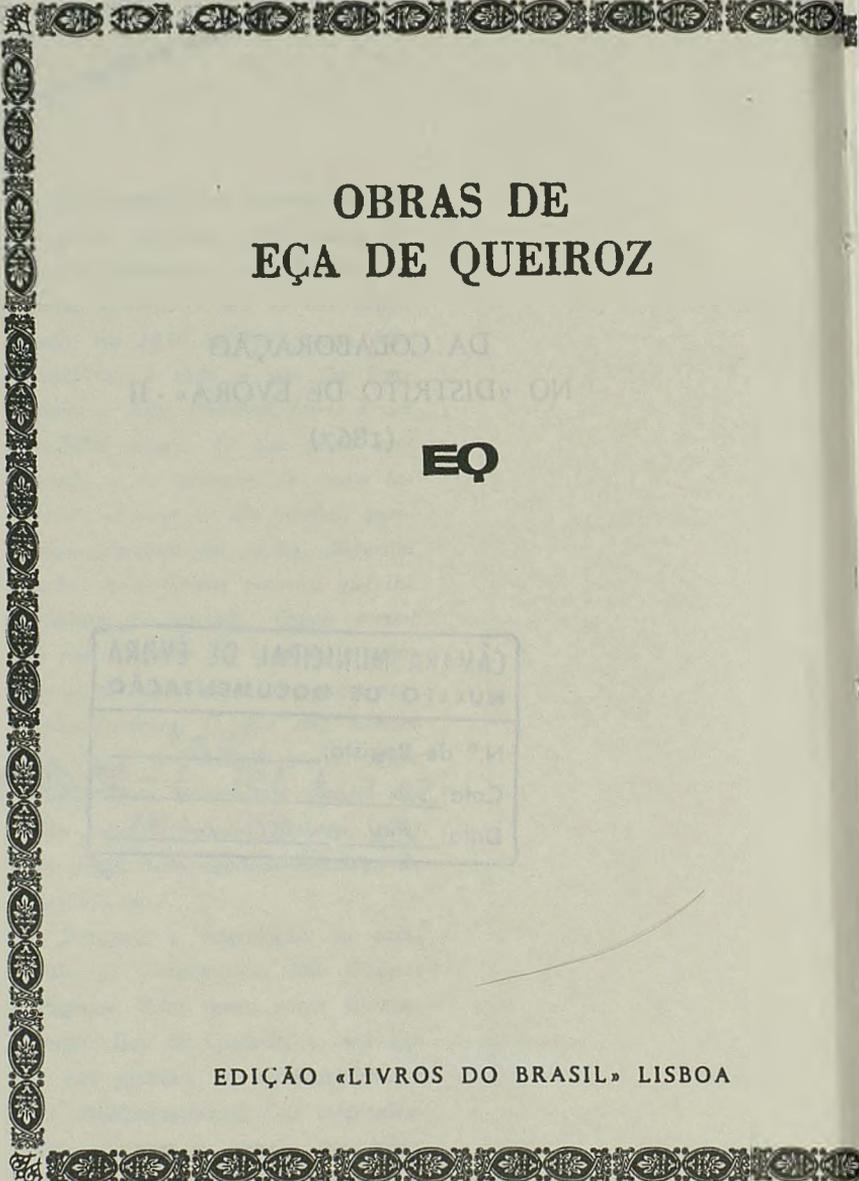
2381

Cota:

53 823 . 535 . 3 - 52 queda

Data:

00 / 05 / 2005



OBRAS DE
EÇA DE QUEIROZ

EQ

EDIÇÃO «LIVROS DO BRASIL» LISBOA

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - II
(1867)



NOTA PRÉVIA

Reúnem-se no presente volume os artigos sobre Política Nacional que Eça de Queiroz publicou no «Distrito de Évora», de 1867 e que Alberto Machado da Rosa incluiu no tomo III de Prosas Esquecidas, Lisboa, 1965. A revista «Seara Nova» publicara já em 1944 algumas selecções dos artigos mencionados.

O Editor

DO «DISTRITO DE ÉVORA»

(1867)

Política Nacional

N.º 2, 10 de Janeiro

Está aberto o parlamento, e sem dúvida breve hão-de começar os primeiros debates.

É grande a ansiedade porque o horizonte político se apresenta grandemente nublado.

Segundo se afirma, o governo conta com grande maioria numérica, mas diz-se também que o grande número é o indício de pequena força.

A opposição tem querido organizar-se, não sabemos se o conseguiu: composta como até aqui de elementos dispersos, fraca resistência poderá oferecer aos actos do gabinete.

Todavia, a opinião pública parece reprovar alguns destes, que parecem de grande responsabilidade.

O discurso do trono foi pródigo de promessas de melhoramentos! Muito e muito desejamos que, assim como o discurso de abertura não deixou ainda este ano de ser um pomposo programa, ao menos ofereça depois a magnífica novidade de ser pontualmente cumprido.

A nação crê hoje muito pouco nos programas, têm-na conduzido a essa descrença continuadas e repetidas desilusões!

Parece-nos haver no discurso da coroa uma grande lacuna: não fala no campo de manobras!

Dá-nos agradáveis notícias no que diz respeito às conservatórias do registo das hipotecas. É, com efeito, já tempo que elas comecem a funcionar.

No que diz respeito à política externa, demonstra que são cada vez mais numerosos os penhores da boa amizade do nosso país com várias potências.

Isso é lisonjeiro, porque é uma prova que tem aumentado a nossa importância no exterior.

Sobre a parte do discurso que se refere aos bancos, temos de tratar mais de espaço, e só expendemos aqui o nosso ardente desejo de que eles se organizem porque são incontavelmente a instituição que pode acarretar às províncias uma grande revolução económica.

Em consequência do não cumprimento do contrato de 14 de Outubro de 1865 por parte da companhia inglesa dos caminhos-de-ferro do Sul e da rescisão do mesmo contrato, estão há quase um ano suspensos os trabalhos da construção da via férrea de Évora para Estremoz.

Não somos dos que acreditam que a felicidade, desenvolvimento económico, prosperidade e desenvolvimento do país, dependem da difusão das vias férreas.

Ao contrário, vemos com desgosto criarem-se novos embaraços ao nosso calamitoso estado financeiro, para se contratarem novas redes de estradas de viação acelerada, que se irão multiplicar no nosso tão pouco vasto território.

Temos algumas magníficas vias férreas, e se a estas acrescentássemos uma teia imensa, um labirinto, por assim dizer, de estradas gerais, distritais e vicinais, como um ou quando muito dois caminhos-de-ferro, e ainda para mais com o nosso magnífico litoral, teríamos um completo sistema de comunicações, muito mais proveitoso para o país que a viação acelerada.

De futuro tencionamos falar com largueza deste assunto.

Por agora diremos que, visto que o mal está feito, visto que o vapor solta já os seus agudos silvos, galgando as ribanceiras do Tejo, atravessando as serranias do Norte de Portugal, percorrendo as campinas do Alentejo; visto que a nova rede desta província e Algarve está em adiantada construção, será adicionar ao mal outro muito maior, deixando permanecer ao abandono as novas construções, onde se tem gasto tantos centos de contos, e expostas irremediavelmente ao vulcão devastador das estações e ao vandalismo insaciável dos homens.

Confiamos que o governo dará a isto pronto remédio.

N.º 3, 13 de Janeiro

Hoje o povo está indolente, indiferente, adormecido. Nada o abala: deixa-se levar sem querer saber a cor da onda que o leva. Tem a inteligência esterilizada, tem o coração arrefecido, tem a consciência entorpecida, tem as mãos afrouxadas. A tradição não o comove, as esperanças não o sobressaltam. Dúvida. A dúvida amolece, dissolve os poderes da alma. Ele não vê, não ouve e não sente. Tem para os movimentos do mundo oficial um olhar frio; para o som dos sistemas, das questões, das ideias que se debatem, ouvido ensurdecido: vai levado sem curiosidade, sem oposição.

Movê-se lentamente no seu torrão fecundo debaixo do sol fortificador, entre uma bela natureza, trabalhando um pouco, olhando às vezes, não pensando nunca. Vê fazer e desfazer governos com uma despreocupação soberba: quando morre alguém que o afagava, chora dolorosamente. Dedicar-se raras vezes, mas tem a caridade do instinto e a bondade dos simples. As feições deste tempo não as tem: não tem a indignação, o entusiasmo, a ira, a actividade, o desprezo; tem só a indiferença. Vê oscilar as instituições tão desprendidamente como se visse bulir as folhas das árvores. Poderá conhecer por tradição o zumbido das balas, mas não conhece decerto o murmúrio das ideias. Este povo, assim, é o verdadeiro deserto de homens. Os seus direitos podem ser violados, as suas garantias

cerceadas, a sua liberdade assassinada; eu não sei se ele levantará cabeça do seu trabalho para suspirar sequer.

Não tem fé na sua própria acção.

Inactivo, silencioso, passa a vida sem ter adorado o Direito ou beijado a mão da Justiça.

Nos campos, nas fábricas, nas minas, nas cidades, nas vilas, sempre completa, amolecedora, a mesma terrível indiferença.

E é culpa dele?

Não. Ele tem nobres instintos, alma delicada, inteligência clara, vontade robusta; mas está adormecido no sono frio e lento da ignorância; não o ensinam, não o alumiam, não há quem levante a voz por elle, quem lhe deixe cair na alma as ideias do bem, da justiça, da igualdade. Não há quem lhe mostre a fenda da jangada que nos arrasta, e lhe diga: a onda que nos leva é negra, nós queremos que seja verde, cor de esperança.

É necessário dizer-lhe que a união é muito, e a acção é tudo.

Sair do adormecimento! Pensar, falar, pedir, caminhar, fazer sentir aos que passam a palpitação do coração e o murmúrio da respiração; senão, homens do povo, lembrai-vos que vos poderão tomar por mortos e lançar-vos para a vala.

Isto em toda a parte, em cada cidade, em cada aldeia, em cada povoado.

Ação. As boas e santas resoluções só produzem os seus frutos quando se encarnam numa acção permanente, infatigável.

A felicidade do povo está na vontade do povo. Ora a desunião e a inacção matam a vontade. Isto tanto nas grandes crises das nações como nas pequenas questões dos municípios.

Ninguém virá trazer ao povo o seu bem-estar se ele não o for procurar pela ordem moral e social. O povo é o coração da pátria: a indiferença do povo é a morte da pátria. Se nós a abandonamos, quem velará por ela? Virá um dia uma nação

estrangeira apanhá-la e cosê-la, como um farrapo, ao seu território. O povo tem grandes instintos, mas pode fortalecê-los pela união e realizá-los pela acção: só assim serão fecundos; o homem que se deixa adormecer numa estrada infestada, poderá de manhã acordar roubado e nu. E a Europa, mais do que nunca, está uma floresta perigosa.

União e acção: a vitória nunca se aproxima dos que se desunem, a justiça nunca se aproxima dos que adormecem.

N.º 4, 17 de Janeiro

Em cada cidade, em cada município, em cada povoado há sempre um grupo de homens que estão longe do povo, dos seus interesses, dos seus tormentos, da sua alma: chama-se a este grupo mundo oficial, camarilha, aristocracia, etc.

Esse grupo vive solitário, cerimonioso, desprezando os partidos populares; tem uma vida especial, tem falsos sentimentos e dura consciência, não conhece a Justiça, não aceita a Verdade; ali estudam-se as influências, apontam-se os patronatos, contam-se os compromissos; só com estas coisas se ocupam, só por elas se dirigem; andam constantemente compondo e recompondo os seus apoios morais, porque se sentem fracos; andam erguendo e fortificando defesas, porque se sentem culpados; andam-se escondendo e recatando, porque se sentem vistos; a voz austera da verdade incomoda-os, por isso fingem não a escutar; tomam as atitudes únicas e desprezadoras para cobrir o enfraquecimento moral, como hístriões que se pintam de vermelho para encobrir a palidez; o bem público, o interesse de todos, a felicidade popular, o bem das classes pobres, os cómodos dos que trabalham, são-lhe coisas indiferentes, imperceptíveis, importunas; estudam todos os homens que se aproximam deles e não descansam enquanto não lhes enfraquecem e esterilizam os poderes da alma; têm um jesuitismo burguês: olham de longe, sorrindo e parodiando, o pobre povo que tra-

balha, sua, vive explorado e morre de cansaço; têm todas as fraquezas e todos os orgulhos; têm ouvido falar na justiça e não conhecem bem a consciência; adoram a pequena vaidade que dá a dominação e a representação, e por elas combatem e morrem; se o povo supplicasse, não lhe estenderiam a mão, não lhe matariam a fome, não lhe apagariam a sede; mas quando precisam dele para fazer triunfar as suas pequenas vaidades, adulam-no, festejam-no, abraçam-no.

Ora, estes homens, nem todos são assim por instinto, mas a força do costume, a educação influente, a tenacidade da tradição, tudo os leva por esse triste caminho do mal.

Em volta deles é que é necessário andar bradando, aconselhando, esclarecendo, dizendo o mal que vem das opressões injustas, das malevolências erradas. É necessário esclarecer bondosamente, guiar para a luz, encaminhar para o bem, e ao mesmo tempo castigar as pequenas hostilidades, os rancores imperceptíveis, os ódios injustos. A verdade nunca é branda de mais para os que erram; a justiça nunca é terrível de mais para os que oprimem.

As condecorações, as comendas, os hábitos, as medalhas, as grã-cruzes, são um meio político muito querido das monarquias.

A origem das condecorações é feudal; é a representação apagada dos senhores de castelo; é uma cavalaria mutilada, reduzida a proporções mesquinhas.

Nas repúblicas antigas, as aclamações do povo e a alegria da consciência bastavam àquele que tinha feito eminentes serviços ao Estado; sob aquele regímen austero, um acto de virtude, ou de dedicação, era uma coisa santa. Ninguém se dedicava com a mira no interesse, na esperança de obter uma satisfação de amor-próprio, ou um pouco de dinheiro, mas para cumprir os deveres de cidadão.

As recompensas não se davam neste mundo: os heróis

sabiam que nas regiões divinas seriam festejados e recebidos pelos deuses da pátria.

Nos tempos modernos prevaleceu o pensamento egoísta: parece que os homens só praticam acções nobres e úteis em vista do ganho ou da vaidade.

Não se procurou o móbil das belas acções na consciência humana, no amor da pátria, na dedicação, na santa religião do dever; foi-se procurar esse móbil às más paixões.

Esta diferença foi compreendida já por Montesquieu quando disse que o princípio das monarquias é a honra, isto é, a honra artificial criada pelos homens, enquanto que a virtude é o carácter distinto das repúblicas.

Há, pois, o quer que seja de imoral no fundo daquelas pretendidas instituições de honra. O legislador, assim, confessa tacitamente que perdeu a esperança de obter serviços para o país, e que se vê obrigado a recorrer aos instintos apaixonados do amor-próprio.

Só isto deveria levar a suprimir todas as condecorações.

Mas como é necessário dar um pretexto honroso mesmo às piores instituições, diz-se que as condecorações são destinadas a recompensar serviços, a ser o símbolo do reconhecimento público a todos os que trabalharam em vista do interesse público: e que é assim um distintivo que indica à admiração e ao respeito público todos aqueles que bem mereceram da pátria.

Mas se esse é o seu fim, esse fim não se alcança, porque em tal caso as condecorações só deveriam ser dadas em vista das provas de dedicação, de serviços ou de trabalhos pela nação, e é isto o que se faz? Não. Dão-se como brinde oficial, como se poderia dar um alfinete de peito, dão-se por influência e dão-se por pedidos, para satisfazer pequenas vaidades: faz-se mais ainda, trafica-se com elas, vendem-se e pagam-se, bate-se moeda com o sinal da honra, faz-se comércio com os sentimentos cívicos, compram-se quinhentos mil réis de glória e um conto de réis de amor da pátria.

E enquanto que uns poucos de vaidosos, corruptos e sem virtude, se pavoneiam com o peito cheio de condecorações, simples soldados, crivados de cicatrizes, envelhecidos debaixo das armas, morrem nos hospitais, e sem ter alcançado a medalha que uma falsa educação lhe fez desejar e adorar.

Hoje em vão se procuraria tornar a dar algum valor às condecorações. Os nossos costumes democráticos têm-nas desacreditado. Aqueles que quiserem dedicar-se ao serviço da pátria, não esperem fitas ou cruces; confiêm-se ao reconhecimento público, o seu nome viverá na memória dos homens pela tradição e pela história, e se a ingratição os ferir, terão sempre por recompensa a satisfação interior, que é o perfume da virtude.

A comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia propôs ao governo a transformação do seu fundo na instituição de um banco rural. É um pensamento fecundo, que vem cheio de desenvolvimento, de riqueza, de actividades, de trabalho.

A ideia de um banco rural, que era uma necessidade sentida, e que estava profundamente em todos os espíritos, realizada com bases justas e proveitosas, com uma organização inteligente e zelosas direcções, pode ser um elemento poderoso da riqueza do Alentejo.

A comissão, tendo o duplo pensamento de criar um crédito importante e largo, pelo movimento do capital para a Santa Casa, e, ao mesmo tempo, palpando a necessidade íntima do Alentejo, e vindo trazer-lhe espontaneamente o remédio e a satisfação, bem mereceu de todos aqueles que ainda sentem um resto de amor pela sua terra, que lhe desejam ver a riqueza, a actividade do trabalho, a abundância e a felicidade do povo.

Felizes as administrações que assim podem ficar abençoadas na memória do povo! Felizes porque não vêem a sua acção abafada, os seus bons desejos cortados, a sua ambição

de melhorar e de produzir medidas fecundas esmagada, a sua livre acção entorpecida. Essas deixam de si uma memória larga e nobilíssima. Foram fecundas, foram proveitosas.

As outras, as que nunca puderam caminhar livremente, as que por pequenas influências, sentimentos imperceptíveis, motivos desonestos, baixas opressões, foram embaraçadas, peadas, cercadas de dificuldades, de obstáculos, de desconsiderações — essas passam e esquecem. Não as deixaram ser fecundas, não as deixaram ser proveitosas. Mas fica-lhes serena e satisfeita uma coisa que os que governam nunca esmagam, e nunca entorpecem — a própria consciência.

O governo, animando o pensamento da comissão, mostra os seus justos desejos pela riqueza, prosperidade e adiantamento do Alentejo.

É nobre animar, louvar e incitar a boa iniciativa da comissão. Há duas maneiras, ambas verdadeiras, de velar pela prosperidade pública: uma é reformando, melhorando, criando; outra é animando e protegendo as iniciativas fecundas.

N.º 5, 20 de Janeiro

Pesa sobre nós uma imensa tristeza.

Quem olha ao longe e ao largo por este triste país vê só indiferença, tristeza, apatia.

Perto de nós, a Espanha morre também em agonias ásperas e dolorosas.

Porque é que nesta terra, protegida pela clemência da natureza, num solo fecundo, úbere, num clima sereno, com carácter sofredor, com braços robustos, com força na alma e lucidez do espírito, esta triste raça morre no entorpecimento, sem esperanças, sem remédio?

Tudo o que se faz oficialmente, reformas, melhoramentos, economias, leis, regulamentos, são apenas alterações de forma.

A decadência é íntima, estéril, destruidora.

Todas as feições de decadência se enraizaram em nós: temos a corrupção e a devassidão como no Baixo Império; nós temos a futilidade, o desleixo, o escárnio, como a monarquia em 87; nós temos o embrutecimento como a Turquia; nós temos o impudor político, a vileza oficial, o desprezo pela pátria, como os italianos da decadência.

Quem nos salvará?

O sistema presente, fecundamente aplicado?

A ascensão do novo mundo económico?

Que nome há-de ter na história esta época portuguesa?

Nem é o amor pela monarquia constitucional, nem a saudade da velha tradição absolutista, nem a esperança íntima na democracia; nem se respeita a religião, nem se proclamam impiedades vãs; nem é o amor da propriedade e do território, nem o respeito pelas grandes individualidades; nem é a instrução fecunda, nem a ignorância; nem há a aniquilação da pátria, nem há elementos de regeneração e de vida; nem há um profundo respeito pelo princípio da autoridade, nem há na consciência o desejo da anarquia individual e autonomia pessoal; nem há o direito exclusivo dos reis, nem a soberania popular; o que há é uma coisa sem nome: confusão, apatia, indiferença, desesperança de melhor dia.

Se a geração que vem em nome da justiça e do direito, e que já começa a mover-se na França, na Itália, na Inglaterra, na Prússia, na Alemanha, fará deste país uma nobre pátria, não o sabemos nós; mas que esta geração oficial, que vai passando, não fecundará, não criará, não dará alma ao corpo morto e ideal à inteligência adormecida, que morrerá, deixando a apatia, como começou, encontrando a indiferença, que será estéril e inútil — isso podemos nós todos jurá-lo. É esta mais que nunca a hora de dizer — Deus salve a Pátria!

Em o *Diário de Lisboa* de sábado, 12 de Janeiro de 1867, lemos uma parte oficial expedida pelo ministério dos negócios do reino, em que Sua Majestade El-Rei manda louvar a actual comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Évora, por ter solicitado a sanção do governo para converter os capitais que possui, assim como o produto da venda dos seus bens de raiz, tudo em importância, segundo a estimação, de 500 000\$00, na instituição de um banco agrícola distrital, etc. E que Sua Majestade há-de por bem mandar declarar ao governo civil do distrito faça constar à comissão impetrante que, sendo a sua deliberação em harmonia com a disposição facultativa da lei de 22 de Junho de 1866, cumpre

à mesma comissão organizar as bases da instituição que se propõe realizar, e submetê-las ao governo pelos ministérios do reino e obras públicas.

A ideia da instituição de uma tal natureza foi fácil; ela pode mesmo ser taxada, na época actual, de mera lembrança. A necessidade de bancos agrícolas ou de instituições que protejam a agricultura fornecendo capitais baratos, e libertando os lavradores (aqueles que morigerados e incansáveis cultivam as terras) da usura que os devora, está de há muito conhecida pelos economistas, pelos homens de senso prático, e atestada pela experiência entre as nações mais adiantadas, como por exemplo na Escócia.

O ponto difficil da questão, esse de que nos propomos tratar, está na organização e no mecanismo da instituição que se pretende criar. Está na aquisição de homens aptos e cheios de uma grande experiência dos lugares, dos indivíduos, dos costumes inveterados e dominantes no ponto onde o banco vai ser estabelecido. É esta uma classe de homens que, segundo julgamos, está ainda por formar entre nós. Não julgamos porém a difficuldade invencível. Apliquemos para aqui aquele exemplo de Séneca, citado por Gemiensis: «Mille sunt exempla, in quibus pertinacia impedimentum omne transcendit, ostendit que, nihil esse difficile, cujus sibi ipsa mens pamiencia indieret.»

Consequentemente, em circunstâncias tão melindrosas e tão difíceis, é preciso que se proceda com profundo e aturado estudo; que se leve nisto consciência pura e intenção ilustrada, para se realizar um facto que, bem assentado, há-de trazer a vida e prosperidade da agricultura, e com isto a prosperidade das outras indústrias; mal estabelecido e susceptível à ambição desordenada de egoístas preguiçosos, desperdiçadores e pródigos, encobertos debaixo de diferentes nomes, como os que contém a nobre profissão da agricultura e lavoura, há-de antes perverter mais os costumes e há-de trazer por isso a morte, em vez da vida, ao trabalho, à agricultura e às artes.

Entre nós, hoje, os costumes são contrários à actividade

e ao trabalho. Entre nós os indivíduos desconhecem a necessidade de economia; a necessidade principal para o lavrador de evitar o luxo da corrupção dos costumes, o bulício das cidades e a perda de tempo, sempre fatal para a agricultura, gasto hoje inutilmente nas árduas e inteiramente inúteis questões da política, que nos devora ou nos oprime, em vez de nos libertar e trazer a actividade e a vida.

Dedicamos, pois, este nosso trabalho ao público e aos homens que, esclarecidos e conhecedores da matéria, possam impugnar os nossos escritos, ou queiram tratar a matéria segundo as suas habilitações; e em especial o dedicamos ao governo, a quem importa, antes de dar a sanção, estudar a fundo matéria tão importante.

N.º 6, 24 de Janeiro

C. Seneuil, escrevendo sobre *crédito agrícola*, diz: «Quando uma classe (refere-se aos lavradores) que não é despojada por violência, nem paralisada por força inimiga, luta com fortes embaraços e se vê sobremodo oprimida, pode afirmar-se que a essa classe falta ou a actividade e habilidade no trabalho, ou economia, ou inteligência dos negócios.»

É isto que se pode dizer dos lavradores do Alentejo, a quem faltam as noções e o gosto de cultivar a terra em profundidade, e só querem, sem alterarem a sua rotina ronqueira e inábil, adversos mesmo aos progressos da ciência e às inovações que ela exige (à reserva de alguns adoptarem, talvez por vaidade, mais que por inteligência, novos instrumentos oratórios), explorar em extensão.

O lavrador alentejano, adverso ao trabalho e ignorante, não se satisfaz senão com uma grande superfície; e arrastado talvez por sua vaidade, só tem empregado o melhor de seus capitais, havidos até à força de uma enorme usura, não em cultivar a terra, mas em reunir de uma a outra centenas de propriedades.

Daqui tem vindo a acumulação da propriedade, ajudada por muitas outras causas políticas, onde não intervém nunca nem a moral nem o bom raciocínio. Hoje a agricultura do Alentejo é manejada na sua maior extensão pelos lavradores

proprietários, por *esses burgueses* que censuram acerbamente as ambições, a moleza e o egoísmo dos morgados e fidalgos, e eles, por seu turno, levados pelo amor do fausto e dos prazeres sensuais, têm deixado a residência dos campos para irem para as povoações consumir o tempo em distrações frívolas, que a ociosidade e o dissídio fazem nascer a cada passo, e das coisas mais vãs e inúteis. Escusado é insistir em declarar que daqui vem a perda de tempo e abandono da agricultura. Esta espécie de *absentismo* que os proprietários lavradores fazem, desamparando os campos para residirem nas cidades, tem por consequência inevitável a entrega de toda a indústria e manejo agrícola a criados ignorantes, para quem a rotina é um ídolo, e em quem, podemos afiançá-lo, é inextinguível a influência do costume. São como os gregos e romanos que entregaram à mercenária mão dos escravos toda a sua agricultura. E assim vemos a bela província do Alentejo, com quem a natureza foi tão benigna e pródiga, contrariada e mesmo destruída pelo mau sistema dos homens e pelas paixões adversas ao trabalho, à moral pública e individual, e a todas as virtudes sociais e económicas.

É certo que os lavradores alentejanos, os lavradores proprietários, ignoram os benefícios da economia e não sabem fazer bom emprego dos seus capitais. A vaidade de que se têm deixado possuir, leva-nos a fazerem quase sempre despesas improdutivas. Vemos lavradores proprietários, que, em vez de empregarem o seu capital, ou para maior aumento, ou para melhor sistema agrícola, ou para levantarem uma indústria, onde o capital se reproduza, ou para aumentarem ou formarem novas empresas, beneficiando com isto as classes trabalhadoras, dando um emprego permanente àqueles que, sem terem propriedade, só podem viver sem se entregarem ao deboche e ao crime, fornecendo-se-lhes trabalho; isto, que os homens inteligentes sempre devem ter em vistas, em vez, repetimos, de darem protecção do trabalho, multiplicando os valores, gastam os capitais que ficam improdutivos e imóveis na formação de

grandes edificios ,em objectos de luxo, em prodigalidades excessivas, que são causa, em vez de economia, de uma despesa progressiva que desmoraliza as famílias e os indivíduos, sujeita a lavoura aos agiotas, e a pedir emprestado por dez e vinte por cento.

É, pois, no meio destas circunstâncias e de costumes tão contrários à economia, ao trabalho e à agricultura, que o banco agrícola distrital vai ser instituído.

Um banqueiro hábil, com seus empregados, é, segundo julgamos, uma das melhores condições da instituição.

São estes os homens aptos e cheios de uma grande experiência dos lugares, dos indivíduos, dos costumes inveterados e dominantes no ponto onde o banco vai ser estabelecido, que indicámos em o nosso primeiro artigo. Depois da mobilização do capital, sobretudo o banqueiro.

Nós temos a temer sempre mais do abuso que a esperar do bom uso.

Para que o capital destinado ao benefício e ao progresso da agricultura se não gaste improdutivamente em jantares e outras muitas prodigalidades (basta o mal talvez irremediável da centralização da propriedade, centralização que exclui do banquete da natureza a muitos indivíduos que só podem viver por meio do trabalho), o banqueiro deve ser conhecedor não só dos costumes, da habilidade científica, e propensão para o trabalho e economia, dos indivíduos que foram tirar ao banco, senão também deve ser agricultor, e saber dirigir e encaminhar.

Finalmente, em tudo e para tudo, deve saber para quê e a quem empresta. É preciso que se tenha em vista auxiliar sempre os homens que mais se apliquem ao trabalho, e tornem o capital produtivo; mesmo para que estes sirvam de exemplo.

Sem trabalho não há agricultura.

«A população de Zurique», diz um viajante inglês, «não tem rival para a cultura. Quando eu abro a minha janela, entre as quatro e as cinco horas da manhã, para observar ao longe o lago e os Alpes, eu vejo o trabalhador nos campos; quando eu

volto do meu passeio da tarde, muito tempo depois de se pôr o sol, o trabalhador está regando o seu prado e empando a sua vinha. Não se pode espriar a vista sobre um campo, um jardim, uma árvore, uma flor, um só vegetal, sem se observar as provas do cuidado mais assíduo.»

Não é pois só o capital que falta à agricultura alentejana, falta-lhe também o trabalho, os bons costumes e a moralidade dos obreiros.

Os agricultores precisam de dinheiro, de educação, e de outras muitas medidas económicas.

(continua)

Começam a tomar corpo os boatos sobre a entrada do Ex.^{mo} conde d'Ávila para o ministério.

Este jornal, desligado de compromissos, afastado dos partidos que militam na capital, pode emitir a sua opinião franca e desapaixonada, porque é insuspeita, formando e desenvolvendo apenas pela convicção.

Há alguns anos que as crises se multiplicam em Portugal com infinita celeridade; a razão deste fenómeno político é bem palpável: aqui as paixões, os interesses, as ambições, os caprichos, são sempre antepostos à política leal e desinteressada, e a máquina governativa só encontra no seu giro incessantes escolhos e recifes, que a vão deteriorando de uma maneira assustadora.

Ainda em nós não pôde nascer uma fé viva nessa evolução política: a fusão. Vemos que o gabinete que dela nasceu se tem robustecido desmedidamente; vemos que continuamente tem procurado em todos os partidos novos elementos de vida; vemos que tem empregado uma diplomacia activa e tenaz em enfraquecer os seus adversários, robustecendo-se constantemente; vemos enfim que tem sido extraordinariamente secundado nos seus intentos por circunstâncias fortuitas, alheias

à sua influência, à sua acção, à sua proeminência política.

Irá pois o senhor conde d'Avila fazer parte da nova recomposição?

Poderá a sua entrada ir alterar a viciosa, se bem que robusta, organização do gabinete?

Os factos breve nos poderão responder.

No entanto, o senhor conde é talvez o homem que, nas circunstâncias actuaes, mais convenha ao país que entre nos conselhos da coroa.

Irá ele dar ao ministério a vida, a força moral de que ele carece?

Muito o desejamos; quem lucra é o país.

Irá ele ser contaminado pelos achaques, pelas affecções mórbidas do gabinete?

É uma desgraça talvez irreparável, porque é uma das últimas estrelas que ainda fulgem no nosso horizonte político que vai sumir-se nas trevas, no caos de corrupção da sociedade contemporânea.

N.º 7, 27 de Janeiro

A política moderna não é de individualidades, é de ideias.

Quando a política era um solo estreito donde o povo era afastado, e onde não tinha eco o clamor das multidões, as grandes figuras históricas davam a força e luz, faziam as leis, criavam as magistraturas, concebiam as revoluções; moviam como um vento invisível a grande seara dos homens, e o povo seguia como um rebanho a cor dos seus penachos.

Hoje não. Quem resolve e cria a vida da pátria é o povo; quem move o povo são as ideias; hoje a política é toda um resplandecimento de ideias, como outrora era uma provação de forças; os homens não movem, não combatem, não resolvem; a acção toda é das ideias, por elas dissolvem-se as nacionalidades, desmoronam-se as religiões, abatem-se os sistemas, criam-se os partidos, dilaceram-se as fracções; antigamente tudo isto na vida política era feito por um grupo de homens que tinham o segredo de governar, o prestígio misterioso, a virtude oculta. Em volta deles é que a multidão se reunia, fiel e enérgica; o seu nome era o mote de união; esperava-se tudo da vinda deles como de uns messias profanos; quando eles saíam de governar tudo se julgava perdido como se o sol morresse. A grande virtude então era segui-los, não ter iniciativa própria, obedecer, trilhar o caminho oficial.

Hoje os indivíduos pouco são: segue-se um partido, com-

bate-se por ele, luta-se, sofre-se por amor dele, não porque à sua testa esteja este ou aquele homem, mas porque no seu coração está esta ou aquela ideia.

Os homens pouco podem numa soberania popular, como hoje há na Europa.

Certas individualidades há, porém, que simbolizam uma ideia, um princípio, um pensamento fecundo: esses são a encarnação justa e poderosa de um movimento espiritual; devem ser seguidos, aplaudidos, defendidos; esses homens são providenciais; tomam nas suas mãos os destinos da pátria e levam-nos através das amarguras e dos desalentos ao ideal distante; são nobilíssimos: andam precedidos da razão e seguidos da justiça, por isso a razão os alumina e a justiça os coroa.

N.º 7, 27 de Janeiro

No *Campeão do Alentejo* lemos uma correspondência de Lisboa, datada de 15 de Janeiro, na qual estão exarados os seguintes períodos:

«As boas acções e o zelo que os chefes dos distritos praticam em benefício dos seus administrados, não merecem ficar no olvido: trato do sr. governador civil do distrito de Évora, S. Ex.^a acaba de dar mais uma prova que está bem penetrado da sua alta missão.

«Pediú a Sua Majestade para poder converter os fundos que possui a Santa Casa da Misericórdia de Évora, e cujo valor é superior a 500 contos de réis, na instituição de um banco agrícola distrital.

«O sr. ministro do reino, atendendo ao interesse público que deve resultar de uma tal instituição, submete à aprovação régia aquele pedido, que muito honra aquela autoridade.

«Parece-me que este magistrado administrativo já serviu de governador civil nesse distrito, se assim é, devem ufamar-se esses povos por terem sido governados por um homem ilustrado e imparcial, que só atendeu ao bem-estar e justiça dos subordinados.

«O sr. Guedes, com a instituição do banco rural do distrito de Évora, dará uma grande importância e desenvolvimento à agricultura da rica província alentejana.

«É assim que as autoridades se popularizam, é assim que os homens se tornam salientes no seu país.

«Por meios idênticos aos que propôs o sr. governador civil do distrito de Évora, é que há-de prosperar o país; seria para louvar se tal exemplo fosse seguido.

«A prosperidade de uma nação está no desenvolvimento das artes, da indústria e da agricultura: para estes dois últimos pontos seriam precisos capitais, e não é recorrendo aos *usurários* que se pode preencher o fim.

«O digno magistrado que preside no distrito de Évora, compreendeu o fim da desamortização; homens como o sr. Guedes são dignos de toda a consideração.»

Somos oficiosos com os nossos amigos e sabemos sê-lo com todos os homens particularmente; estimamos muito, e até dedicamos uma espécie de culto às maneiras afáveis e à múltipla qualidade de obséquios que aproximam o homem do homem, que tornam a sociedade aprazível, a relação das famílias e dos indivíduos cada vez mais estreita e mais amigável, e que realçam finalmente todas as virtudes morais, sociais e religiosas.

Estimamos pois estas virtudes como procedentes da civilização, introduzida pelo progresso da filosofia e da religião cristã.

Mudamos porém de plano em relação e respectivamente ao funcionário público.

Verdadeiros democratas, não renderemos nunca lisonjas sobremodo intempestivas nem oferecemos humilde incenso ao funcionalismo público que intente, sempre debaixo da cor do bem público, alongar a esfera da autoridade, levando em mira oprimir a liberdade do cidadão, estreitando cada vez mais o horizonte da iniciativa popular e individual em qualquer negócio administrativo e político.

Detestamos, consequentemente, esses funcionários, como prejudiciais, e como inimigos do progresso e da liberdade do nosso país.

Quanto mais estimamos as coisas, mais receamos perdê-las, diz Segur na sua *História Universal*, referindo-se aos Gregos, ou ao quanto eles eram zelosos da sua liberdade.

Somos pois, como os Gregos, ciosos da nossa liberdade, e detestamos portanto todo o funcionário que não tem em vista senão a centralização ou o concentramento da autoridade, que é aquilo que, em milhares de casos e em multiplicados negócios, os Gregos, sempre atentos e sempre defensores acerbos das suas imunidades políticas, chamavam *aspirar à tirania*.

Também não chegámos ainda a esse ponto de degradação moral que nos faça ajoelhar à opressão da autoridade, ou mirar indiferentes o progresso do funcionalismo para o governo arbitrário e absoluto; nem somos semelhantes a essa multidão miserável das populações obreiras da Inglaterra, que, na sua decadência e abatimento moral e intelectual, nem ao menos sabem murmurar contra a injustiça dos fortes e opulentos.

Para nós tolerarmos os elogios feitos ao sr. Guedes, era mister que ele tivesse deixado a iniciativa do negócio por que o correspondente o quer elevar às nuvens, à mesa da Santa Casa da Misericórdia, que é a quem pertence a administração primária dos bens pertencentes àquela irmandade. Esta mesa há-de ser nomeada no dia 2 de Julho do corrente anno. E há-de então acabar a comissão administrativa que actualmente deve fazer apenas a administração ordinária da casa, conforme está consignado no código administrativo.

Porém, esta comissão, levada pelo chefe administrativo, está procedendo com tanta ou maior iniciativa do que se fora a mesa administrativa nomeada pela irmandade.

E a quem se deve este irregular procedimento e esta variada aplicação das leis? Não é a esse funcionário ou ao seu zelo, que alguém tanto preconiza e exalta?

Nós não vemos, portanto, no sr. Guedes senão um funcionário cujos predicados administrativos só provam, e muito

extensamente, que ele não segue senão o princípio da autoridade... e nisto tira vantagem pela ignorância das massas e pela numerosa colecção das portarias e decretos. O arbítrio do funcionário apoia-se também na dificuldade de aplicar tantas leis e decretos, pois todos os ministérios são máquinas incansáveis e férteis em proporção dos empregados, que são aos milhares, à custa do pobre povo, que tudo sofre, na expedição de decretos e portarias, etc.; e a administração pública é cada vez mais exótica, como consequência necessária de tantas leis sem regra determinada, e apresentando pela maior parte dos casos práticos o predicamento da violência e da exploração do homem, do governo do homem pelo homem, e da força do homem contra o homem.

Não é pois somente de capital que a agricultura tem precisão; precisa de boas estradas; precisa de polícia em toda a extensão da palavra: polícia que defende os frutos e a propriedade, polícia que conserve a saúde e bem-estar do cidadão e do habitante dos campos; polícia que reprime a vadiagem, ou essa espécie de caravanas selvagens que em certos tempos percorrem o Alentejo, saqueando os frutos do trabalho de outrem, os interesses e lucros que em pacífica posse só deve desfrutar o cidadão laborioso, esse a quem o governo pede contribuição sob promessa de lhe proteger a vida e a propriedade; mas infelizmente o governo gasta o capital da contribuição, que é uma parte ou uma extensão da propriedade geral e individual, em ordenados para os funcionários inertes e preguiçosos e que, sem respeito à moral pública e social, gastam com uma admirável sinceridade de corrupção, sem nada fazerem de maior utilidade para o país e a agricultura, o numerário que o cidadão formou à custa do trabalho e que vai tornar-se, nas mãos do funcionário inábil, um capital improdutivo, ao passo que se podia converter em cabedal produtivo, sendo empregado em empresas industriais e agrícolas pela mão do cidadão laborioso.

Nos seguintes números mostraremos quanto era fácil a

ideia do banco, e quanto o sr. Guedes, no espaço de mais de 12 anos que aqui é governador civil, tem abandonado a agricultura, faltando-lhe com todas as medidas úteis que na qualidade de magistrado superior do distrito lhe incumbe levar à execução.

N.º 8, 31 de Janeiro

O relatório e projecto de lei apresentado à câmara pelo sr. ministro das obras públicas, oferece decerto um trabalho superior àquele que porventura nós poderíamos dar ao público, respeitando todos os interesses, conveniências, instruções e preceitos que se encontram tão profusa e magistralmente inseridos naquele documento official.

Nós não fariámos mais do que rastrear o assunto. Como não somos, porém, sectários do absoluto nem da prioridade de princípios, faremos sobre a matéria algumas observações, segundo a indicação da experiência e observação própria, e conforme às doutrinas e opiniões dos homens que têm neste assunto empregado um profundo e aturado estudo, baseado na prática e experiência.

No relatório indica o ministro a necessidade que tem o agricultor da moeda, o mais circulante de todos os capitais, para formar capitais fixos, como as máquinas, os talentos úteis adquiridos e realizados nas pessoas dos trabalhadores, os melhoramentos do solo arável, o curso das águas, etc., e dos capitais de exploração que, pelo exercício das faculdades diversas dos indivíduos, se transformam sucessivamente nas vistas de um fim útil, e respeitando a todas as necessidades físicas, intellectuais e morais das pessoas e das famílias, etc.

É um documento superiormente instrutivo e que prova os conhecimentos profundos do ministro sobre a economia.

O projecto tem em vista a segurança do capital, princípio geralmente adoptado e reconhecido em toda a parte onde há capitais, indústria e comércio.

Esta segurança, porém, não deve ser tão tímida, e auxiliada pelas nossas preocupações que contraste inteiramente com todo o espírito de empresa, e promova obstáculos aos fins para que a instituição do banco vai ser criada. Os pequenos cultores e industriais serão repellidos por aqueles que, apresentando melhores hipotecas, penhores, e uma maior e mais abalizada consignação de rendimentos, dão uma mais perfeita segurança aos capitais emprestados. É esta uma das razões por que pedimos um banqueiro hábil que só pode evitar este, assim como outros inconvenientes, que aderem naturalmente a uma instituição de tal natureza, criada no meio de circunstâncias, de costumes e hábitos, que a podem converter em meio de corrupção e de preguiça, em vez de actividade e de trabalho.

Os nossos costumes e as nossas preocupações levam-nos a tornarmos tímidos os capitais.

Nós aventuramos mais depressa a nossa vida que a nossa fortuna. É o que C. Seneuil diz dos franceses: «Em França os homens aventuraram facilmente as suas vidas, difficilmente a sua fortuna.

«O homem é comum, os capitais são raros, o homem é o acessório dos capitais. Em Inglaterra e Estados Unidos, ao contrário, os capitais são o acessório do homem; a opinião não se excita pela perda de capitais, sempre fácil de ser reparada.»

Em última análise, o projecto, em seu ajuntamento, é, retomando-nos a instituição do crédito, o meio de alguém que possui poder emprestar àquele que não possui. E como entre nós, que temos *alardeado tanta liberdade*, o princípio governamental aparece por toda a parte, no crédito, no ensino, nas

reuniões, no uso da vida dos cidadãos, e nada se deixa à iniciativa particular, o oposto da Inglaterra. Podemos apoiar-nos neste exemplo, onde o governo retira a cada passo e restringe cada vez mais a esfera da sua marcha e da sua acção, e onde o cidadão, reconhecendo que nunca se pode gozar de uma verdadeira liberdade sem se ir por uma acção lenta, porém, calculada, cerceando o poder e os seus mais fortes attributos, pospõe constantemente a iniciativa popular aos actos officiais e administrativos, que são sempre sinónimos de violência, de desprezo, de preguiça, de abandono, de egoísmo, de orgulho, de cobiça, etc. Como entre nós, torno a dizer, só vigora, em tudo e para tudo, o princípio governamental, foi preciso o projecto para a organização dos bancos de crédito agrícola e industrial.

Observamos, pois, novamente ao governo, cuja marcha tem sido de fazer sempre tudo por metade ou a remendos, ao governo, que nunca tem tido unidade na sua acção, onde não tem havido política pelas ideias mas sim pelas paixões, pelos corrilhos, pelo compadrio e influencia dos grandes, por isso em toda a administração constitucional não vemos senão factos deslocados, arbitrio, governo de homens, vontades particulares, arbitrarias, opressão e furor, etc.; observamos ao governo que não deixa criar nas cidades o gosto, o uso e a vontade da iniciativa dos negócios; já que interveio na formação dos bancos, intervenha também na formação de banqueiros para gerirem aqueles estabelecimentos, banqueiros, que é o mais essencial e o mais difficil de formar para a boa administração do crédito. Banqueiros que estudem por si e nas localidades os meios de que devem lançar mão para o bom resultado de toda a operação.

Observamos que os banqueiros estudem por si as necessidades das localidades, e sobretudo o conjunto dos nossos meios e instrumentos, tanto naturais como adquiridos, finalmente, toda a economia, artes e officios, que se designam debaixo do nome de Agricultura.

Mesmo a importação de sistemas, os mais bem combinados e os que dão os mais vantajosos resultados debaixo de outros costumes de outros povos ou de outros sistemas políticos, pode não nos ser vantajosa.

É sempre difícil a importação da menor indústria do banqueiro, como diz C. Seneuil, que opera sobre os homens, e cuja inteligência é o principal agente: é bem difícil de transplantar de um país a outro.

N.º 8, 31 de Janeiro

O Partido Popular é aquele que, longe das camarilhas e das falsas aristocracias, das vaidades grotescas, rodeia o povo, lhe conta as esperanças melhores, o robustece na tradição da pátria, lhe dá o bem-estar, o consola nos seus trabalhos, o esclarece, o protege.

Ele repele e combate, em honrada luta, as opressões, as violências, os descatos tenazes; tem as ideias espontâneas e a alma independente; acima do sangue, do interesse, do hábito, da timidez, da tradição, respeita a razão, a justiça e o direito.

Não quer o contacto com os outros dos bandos oficiais, porque o julga impuro, estéril, prejudicial, opressivo.

Não tem ambições nem avidez: a sua consciência tem uma ambição, mas é a do bem; a sua inteligência tem uma avidez, mas é a verdade.

Não tem orgulhos, nem desesperos cerimoniaes, tem a consolação de se sacrificar pelos pobres e a glória de se compadecer dos humildes; se as suas mãos estivessem cheias de felicidades, de boa vontade as abriria; se a sua voz estivesse cheia de revelações proveitosas, de boa vontade a solitaria; aceita e festeja os nobres espíritos; trabalha, lida, é proveitoso.

Tem o coração bom, o espírito sossegado, a consciência complacente. Mas quando o oprimem, quando o entorpecem, quando o martirizam, tem nobres cóleras e terríveis desapon-

tamentos; então diz a verdade: aponta a traição, as infâmias; revela as culpas, e arma terrivelmente os castigos.

Depois de ter sentido muito e muito tempo cair sobre os seus ombros a injustiça, a hostilidade, a violência traiçoeira — ergue-se; não admira que então seja excessivo, desmedido, violento; depois da tirania da opressão, vem a anarquia do desabafo; não conhece recato, conveniência cerimoniosa, pudores do espírito; fala, brada, castiga; a sua voz pode ser desvairada, mas a sua razão é sempre justa.

Quando vem o dia dos castigos, nenhuma súplica vale, nenhuma humilhação aproveita.

Diz-se *violência!* Mas quem a provoca? Queriam atacar com opressão e que os outros se defendessem com a resignação?

Sofre-se um ano, outro negro ano; mas por fim o coração cansa, a consciência encoleriza-se, a piedade esquece; só lembra a justiça.

E quem pelega em nome dela vai direito, sem se importar que cabeças faz curvar no seu caminho. E para a conter, esta palavra, *em nome da autoridade*, não é nada em presença desta outra: *em nome do povo*.

A autoridade vive pelos seus actos proveitosos, pela nobreza da sua consciência, pela sua honra imaculada, pela sua independência áspera; uma autoridade não vive porque um governo a conserva e uma facção a sustenta; vive pela vontade do povo; quando ele a repele, rejeita, desconhece, ela pode vestir a sua farda, tomar as atitudes oficiais; não tem a vitalidade nem a força, tem apenas a forma; não tem a alma.

Qualquer sopro a abate, qualquer mão a despenha.

Pode ela tomar uns poucos de baixos espíritos, consciências maculadas, inteligências estéreis, para fazer um pedestal; esse pedestal é de lama, e como a lama cairá.

O que é necessário é que todos os que amam a justiça se reúnam contra todos os que servem a opressão.

É necessário que muitos que estão ligados ao bando oficial, não por instinto, nem por livre vontade, mas por interesses

rasteiros, pela força de uma tradição, pela tenacidade de um costume, se desprendam e soltem dessa triste comunhão.

É necessário que saiam da domesticidade, para entrar na liberdade!

E então, todos reunidos, santificados com a bênção da justiça, podem começar o desmoronamento das camarilhas, levando por mote e conselho só esta palavra — *perseverai!*

N.º 9, 7 de Fevereiro

Diz-se todos os dias *opressão*: é necessário saber se não é uma grande e terrível palavra para frouxos e pequenos factos.

Se não, estamos como o cavaleiro da legenda, dando grandes lançadas aos moinhos.

Se uma autoridade está longe das grandes acções políticas, dos movimentos populares, da história contemporânea, pode ter influência incisiva, criando ou esterilizando na alma popular.

Mas uma autoridade local, mais que todas, pela sua íntima relação com o povo, pode oprimir e desalentar.

A sua acção, influenciada por um mau princípio, por um interesse desonesto, por uma hostilidade injusta, pode matar.

Por isso essa autoridade local, ainda que sem o prestígio da força e o aparato da violência, pode todavia oprimir.

E as autoridades oprimem quando não pagam as dívidas da justiça, velando pelas necessidades dos que trabalham.

E as autoridades oprimem quando se ligam a uma facção, se enredam em interesses rasteiros, se fazem instrumentos injustos de um ódio, e representantes desgraçados de uma opressão.

E as autoridades oprimem quando abafam a acção fecunda, os desejos justos, a iniciativa proveitosa, só porque

partem de homens independentes que lhe não curvam a alma e não lhe aceitam os pedestais.

E as autoridades oprimem quando tomam nas suas mãos impuras os destinos dos territórios e os deixam perder, despedaçar-se, desaparecer, inutilizarem-se, sem piedade dos povos e com aplauso das camarilhas.

N.º 10, 10 de Fevereiro

O *Jornal de Lisboa* fez ultimamente a lúcida exposição do novo partido.

Esse partido chama-se a *Liga Patriótica*.

É a união de todos os homens honestos contra todos os impudicos.

Esses homens vêem a decadência, a inércia, as consciências maculadas, os espíritos enegrecidos, todo o céu das almas nublado.

Vêem em nós a corrupção imunda do Baixo Império: as festas ímpias, o desleixo escarnecedor, o amor dos estofos e das pedrarias, os galanteios oficiais da monarquia de 87, e querem arrancar os destinos da pátria das mãos impuras que os destroem.

De facto, quem olha por esse triste país vê só decadência, decadência, decadência.

Camarilhas galanteadoras e aparatosas, favoritos condecorados de condecorações, festas pomposas, saraus melodiosos, uma falsa piedade, sentimentos macios e frouxos, um altivo desprezo pelo pudor, um elegante escárnio da seriedade, esquecimento das velhas virtudes da liberdade e não sei que ruídos de alegrias e de cantos que parecem querer esconder um choro imenso, o choro do povo.

Depois, duas tendências terríveis, aquelas tendências que

nas antigas repúblicas levavam à tirania: o poder militar e o poder dos funcionários.

Aqueles homens honestos vêem esta época dolorosa, sem crenças, sem respeito, sem religião, e organizam um grupo enérgico que, derramado pelo país, vá levar a todos, ao povo, aos que trabalham, aos que são o coração da pátria — a vida, a inteligência das coisas públicas, a virtude cívica, a esperança de um melhor dia.

Mas será fecunda esta ideia? Podem salvar-nos? Será preparar somente aos espíritos um desengano? Será simplesmente mais uma alteração de forma como todos os movimentos políticos que se têm feito em Portugal há 20 anos?

O que esperam aqueles homens contra a decadência crescente?

Vão limpos e puros de ambições e interesses? A vida que eles levam bastará para ressuscitar o corpo morto? A ideia que eles levam bastará para despertar a inteligência adormecida?

A salvação da pátria estará nos partidos?

Que nova ideia trazem? Que pensamentos ensinam? Que profunda verdade vêm esclarecer?

Nós esperamos. Todo o sinal de vida é bom, ainda que custe um desengano. Todo o entusiasmo é bom, ainda que custe uma tristeza.

N.º 11, 14 de Fevereiro

O que são há 20 anos os partidos em Portugal? Que pensamento traduzem? Que grande facto social querem realizar? Formam-se, desagregam-se, dissolvem-se, passam, esquecem, sem que deles fique uma edificação aproveitável, uma criação fecunda. Estabelecem patronatos, constroem filiações, arregimentam homens e braços trabalhadores, preparam terreno e solo robusto, onde eles possam sem embaraço tomar as livres atitudes do aparato e da vaidade reluzente. Nada mais fazem. Nascem infecundamente, morrem esterilmente.

Quando qualquer partido chega de novo, dizem que traz as mãos unguidas para receber o sacrário da pátria, todos erguem os olhos e estendem as mãos, esperando ver desse lado uma luz de salvação. Debalde. Os partidos vêm, empenham-se nas lutas estéreis da peroração pomposa, soltam nobres programas, cheios de esperança e de transformações, tomam o seu lugar na arena política com grande desperdício de sons e de vozes, movem-se um momento, luzem ao sol, e depois adormecem, esquecem e morrem cansados.

Isto é uma política superficial.

Superficial, porque atende à questão de forma e de aparência, e não discute os princípios.

Superficial, porque se ocupa tenazmente em recompor velhos erros.

Superficial, porque não cria para o país uma verdadeira condição de prosperidade, de actividade, de trabalho, de beleza moral.

Superficial, porque não levanta o país até às alturas de onde ele possa também estender a vista e colocar a mão nos destinos da Europa.

Superficial, porque não toma coragem de esquecer os patronatos, as influências oficiais, as velharias consagradas, e ir direito à Justiça, para a erguer, à Razão, para a proclamar.

Superficial, porque está intimamente presa ao interesse imperceptível, à vaidade rasteira.

Superficial, porque não tenta instruir, dirigir os espíritos, despertar o povo do adormecimento semelhante à morte.

Superficial, porque vai fundando o futuro em bases estéreis e bases perigosas; estéreis porque não podem produzir nem mais liberdade, nem mais felicidade; perigosas, porque podem trazer a tirania e podem trazer a ruína.

Superficial, porque é feita só para o mundo oficial, para as magistraturas, para as grandes dignidades do exército, para a aristocracia favorita e cortesã, sem atenção ao povo, aos que trabalham, aos que são o país.

Toda a política há 20 anos tem sido assim; todos desesperam já de ver correr um sangue puro e uma vida enérgica e fecunda neste corpo consumido.

Por isso, aqueles que não se prenderam a partidos, que não seguiram corrilhos, que não adoraram as conezias políticas, que não imploram prebendas, só pedem aos que vêm de novo, aos que entram, com maior fé e mais pureza, que atendam a estas coisas divinas que são as únicas que elevam, enobrecem, e fazem a grandeza de uma nação — a instrução, a dignidade, o sentimento popular, a inteira liberdade, a profunda razão, e a verdadeira justiça.

Para se fundar o crédito agrícola julgamos necessárias três coisas: capital em dinheiro, capital científico e intelectual, e a economia; e a isto deve juntar-se precisamente o trabalho e os bons hábitos; fora destes pontos, que julgamos capitais, não vemos medida salvadora possível.

Uma das melhores bases do antigo e moderno crédito, é sem dúvida a economia; sem esta não se podem formar capitais, e sem estes não se podem criar indústrias nem empresas. Sem o capital não pode haver trabalho produtivo, e o crédito sem os bons hábitos não pode nunca desenvolver-se, seja qual for a forma por que se pretenda criar, ou pela qual se institui, ou em agências, ou em bancos, ou em associações de proprietários, etc. Sem entrarmos a fundo na questão sobre se os Antigos conheceram a economia ou ensaiaram muitas experiências para melhorar a sorte da espécie humana, observaremos contudo que, tanto no antigo como no moderno tempo, a base de todo o crédito está na economia, nos bons hábitos e na inteligência dos indivíduos.

Modernamente tem-se escrito muito sobre crédito, sobre a criação de bancos e das utilidades auferidas destas instituições, mas vemos que apenas na Escócia se têm tirado os resultados necessários para a florescência e riqueza da agricultura e felicidade do povo entre o qual foram instituídos os bancos de crédito agrícola. E em geral em Inglaterra e nos Estados Unidos, onde vigoram os costumes e a actividade comercial, e onde se não preferem as teorias aos resultados positivos da experiência e da pátria, os bancos de créditos têm dado melhores resultados que nalgum outro país do mundo.

Em França, onde vigora o sistema alemão modificado, e onde os hábitos são ainda muito contrários ao crédito, apesar das teorias e actividades nacionais, não têm contudo os bancos e os capitais produzido as vantagens que têm dado nos Estados Unidos e em Inglaterra, principalmente.

Vemos, pois, na Alemanha, na Rússia, na Prússia, na Bélgica (o país por essência da pequena propriedade), na Itália,

na Inglaterra, na Escócia, nos Estados Unidos, instituições de crédito, variando em sistema e produzindo praticamente diferentes resultados.

Inferimos daqui que a ciência do crédito é apenas um corpo de doutrina onde não pode haver dogma nem máximas cuja infalibilidade seja evangélica; ela reduz-se à observação dos factos, e faz ver o que neste ou naquele país, os costumes, a prática, a experiência, a actividade, o trabalho, as virtudes morais e intellectuais, têm dado em resultado para se melhorar o bem-estar da humanidade, applicando para isto aquillo que hoje se chama crédito, que vem a ser o capital dado ao trabalhador e empreendedor para produzir valores e apropriar a natureza às necessidades dos indivíduos mais ou menos no estado de civilização; e enfim a produzir utilidades que tenham, como diz M. A. Ott no seu excelente tratado de economia política, «à conservação social e individual, e à realidade da liberdade, da igualdade e da fraternidade».

Trata-se pois de facilitar aos agricultores o crédito pessoal? E a realização desse crédito, com todas as consequências úteis e precisas à agricultura, depende só da criação de bancos, e de esse estado elevado, mas teórico, em que se acha hoje a ciência económica? Cremos que não; precisamos da ciência prática; precisamos de bons hábitos. Sobre isto apresentamos ao público dois exemplos tirados do tratado de agricultura e população por Léonce de Lavergne: «Fazemos ainda sobre o ensino agrícola uma ideia falsa e acanhada. Fala-se em o estabelecer nas escolas primárias, como se a França tivesse necessidade de obreiros agrícolas. Nós temos os primeiros obreiros agrícolas do mundo, e se se pretende ensinar-lhes a prática da agricultura, não haverá um que não saiba mais que todos os professores. A prática propriamente dita não se ensina; o que é necessário ensinar é aquillo que nos falta, o emprego da ciência e do capital.» Escutemos ainda o mesmo escritor, no que respeita aos hábitos (e não à legislação), para se introduzir o crédito com os resultados profícuos e necessários para a flores-

cência e bom êxito da agricultura: «Tendo recebido do ministério da agricultura e comércio o convite para passar à Alemanha e Inglaterra para ali estudar o que se chama *crédito agrícola*, eu expus os resultados dessa viagem numa relação publicada há mais de dois anos. Não me parece impossível introduzir, ou antes, derramar em França alguma coisa bastante análoga aos bancos de Escócia, porém, seria necessário proceder com extrema prudência...

... «Alguns propõem alterações em nossa legislação; o que sobretudo seria bom mudar, são os hábitos.»

Já no século passado o doutor António Henriques da Silveira castigava os hábitos e os costumes dos lavradores do Alentejo, como contrários ao crédito. Diz ele que o dinheiro que aqueles (os lavradores) poderiam ter empregado na cultura da terra, o desperdiçavam em objectos de luxo, etc. O dr. Silveira compreendia, já naquele tempo, as bases do crédito moderno, que é a economia, a moralidade, a ciência e o trabalho: o luxo imoderado e excessivo dissipa os capitais, impele os homens para a moleza, a vaidade, e outros vícios que enervam os indivíduos, embotam as inteligências e desviam os braços ao trabalho e às indústrias, e fazem perder o tempo, este instrumento natural, preciso como a inteligência e o capital para todas as empresas. Portanto, todos os hábitos que são contrários à economia, são contrários ao crédito. Pela economia formam-se os capitais que são a base e a matéria do crédito. Esse capital de 600 ou 1000 contos com que se pretende instituir o banco agrícola, é incontestavelmente o resultado de muitas economias. Dissipados em sedas e outras galas, e em satisfação de prazeres sensuais, eles não teriam chegado até nós, e não constituíriam um capital, para fazer avances às operações produtivas.

Uma grande parte do capital dos bancos da Escócia, é o resultado das economias de diferentes indivíduos. De 10 libras para cima, todos podem ter o seu dinheiro nos bancos. Os bancos na Escócia são a caixa comum de todos os habitantes.

E este hábito está tão arreigado no Escocês, que antes quer muitas vezes papel do que o dinheiro do banco, etc. Vê-se por isso que é dos hábitos morais e costumes económicos, mais depressa que da legislação, que depende o crédito.

Os bancos na Escócia começaram por monopólio. Em 1695, um acto do parlamento estabeleceu o banco da Escócia, dando-lhe por 20 anos o privilégio de se dar às operações de bancos com a exclusão de toda e qualquer companhia; expiraram os vinte anos e o privilégio não se renovou, como diz Seneuil no seu tratado sobre os bancos. Depois, os costumes, a actividade e o bom-senso dos Escoceses, têm multiplicado os bancos e as caixas filiais, confiados a banqueiros hábeis, inteligentes e experimentados, que dirigem ao mesmo tempo as operações do banco e os negócios da agricultura.

É visto pois que o dr. Silveira em seu tempo conhecia, assim como se conhece hoje, que o *trabalho e a abstinência*, como diz Garnier, é o meio directo para se formarem os capitais. O dr. Silveira censurava em seu tempo, assim como ainda hoje se poderia fazer, as prodigalidades e o desperdício dos capitais; censurava o luxo, porque judiciosamente pretendia que a classe dos lavradores fosse abstinentemente e económica, e que não empregasse todos os valores produzidos nas necessidades pessoais e na satisfação de vontades incessantemente multiplicadas pelos objectos de luxo ou supérfluos.

Temos fé, porém, que a instituição do banco, posto que os costumes lhe sejam hoje contrários, virá contudo pelo tempo adiante a desenvolver o crédito e a ser profícua, remediando os costumes, pois, como refere Courcelle Seneuil: «Diz-se que os hábitos dos Escoceses favorecem o desenvolvimento dos bancos de circulação. Isto é verdade, mas é certo que estes hábitos não existiam quando os bancos começaram a funcionar, e mesmo durante os primeiros sessenta anos do século passado. Estes hábitos são o resultado do trabalho assíduo e obstinado sobre um dos povos mais prudentes da Europa, e talvez o mais obstinado em seus costumes.»

Desejaríamos, porém, que a lei dos bancos saísse isenta de privilégios e se desse logo ampla liberdade para a pluralidade dos bancos, tal como em Inglaterra, que é o meio mais eficaz para o desenvolvimento do crédito, como vamos mostrar por esta passagem de um autor inglês: «A perfeição e as ramificações extensas do nosso sistema de bancos, a estrita economia no emprego dos capitais, que é o resultado da concorrência, são tais que se conservam sempre o menos possível os capitais desempregados...

... «Não obstante, em cada cidade, em cada vila, em quase todas as terras pouco povoadas do Reino Unido, existem bancos ou caixas filiais que recebem de dia a dia em depósito cada libra que é economizada pelos homens de todas as classes, desde o rico proprietário até ao humilde comerciante por miúdo».

N.º 12, 17 de Fevereiro

Há dias escrevíamos, magoados:

«Temos ouvido falar num triste facto dado no último baile de máscaras.

«Parece que um indivíduo, seguido de uma pequena força, colocado à porta do teatro, obrigava vexatoriamente todos os mascarados a que descobrissem a cara.

«Pessoas presentes reagiram com ásperas palavras àquela vexação opressiva, inútil e inexplicável.

«Esse indivíduo defendia-se que tinha ordem escrita pelo punho de uma autoridade para proceder assim.

«E, no entanto, as pessoas oficiais, a quem compete manter a polícia do baile, estavam tão escandalizadas e tão estranhas àquela medida opressiva como os próprios vexados.

«É doloroso que isto se passasse assim por arbitrariedade inútil, por uma injustiça calculada.

«No entanto, falamos nisto com toda a justa reserva, mais propensos a achar no facto um motivo proveitoso e razoável do que a considerá-lo indigno; e estamos certos que se dará disto a explicação aceitável que pede a honra de todos.»

E todavia não foi dada. Esperamos debalde essa explicação, que devia vir sossegar os descontentamentos e esclarecer as confianças.

É portanto uma arbitrariedade que se cerca de rebuços e de silêncios.

Chama-se a isto atacar com a violência e com a acção, e defender-se com o desaparecimento.

Isto prova:

Que a consciência culpada conhece a sua cor menos pura, e não quer vir à luz com receio que todos lhe apontem a nódoa.

A polícia aqui é perfeitamente abandonada, a iluminação é pequena e imperceptível; a construção da cidade é, infelizmente, pelo acanhamento das travessas e das vielas, apta às emboscadas, às escondidas hostis; nem patrulhas, nem vigilância, nem rondas, nem protecção; deixa-se livre de noite o lajedo da rua e todos os maus instintos à vadiagem, aos que querem mal fazer; há horas em que o aspecto das ruas é sinistro; o pouco movimento produz uma isolação tal que um grito não seria ouvido e um ataque passaria despercebido; nos lugares mais centrais, onde estão as lojas, riquezas, fazendas acumuladas, o abandono é o mesmo, completo e terrível. Parece isto uma cidade saqueada e devastada, onde o desalento é imenso e a indiferença completa, onde ninguém se importa de ser roubado, e pela preocupação do espírito deixa as ruas alentas e livres à violência.

Um assalto à força armada, com cavalos e bagagens de estrada, é decerto impossível, pela reunião da população e pelo auxílio que todos se prestariam valentemente. Mas hoje, que desgraçadamente estão belamente esclarecidos e sabidos pelos bandos do roubo os meios do ataque e do assalto despercebido e subtil, nenhum proprietário, nenhum lojista, nenhum comerciante, pode afoitamente jurar que não aparecerá uma manhã saqueado e pobre. Este receio manifesta-se pela cautela empregada pelos meios de defesa, pelas armas que cada um usa, com bom direito e justa razão. Num grande território bem cultivado, cheio de herdades, de fazenda, onde não há palmo de terra que não tenha vegetação, gados e gente, não é fácil

a acumulação de ladrões, mas nas cidades cercadas de descampados nota-se sempre que aparecem mais vadios, mais miseráveis, mais gente que ainda sempre com as mãos preparadas para o roubo e os pés pouco dispostos para a fuga. E todavia esta é das cidades mais importantes do reino pela sua riqueza, pela sua antiguidade histórica, e pelos grandes elementos de fecundidade e de poder que tem, e que estão hoje infelizmente um pouco adormecidos.

Tudo o que constitui as cidades bem policiadas, e que é a glória de Paris, de Londres, de Berlim, é aqui completamente esquecido.

Não se quer dizer que apareçam já os grandes meios de segurança e vigilância que aquelas cidades têm. Não. Isso pede anos, grandes inteligências e muito cabedal. Mas os elementos de polícia que tem cada cidade, cada aldeia, quase cada povoado, isso devia-os ter, e a sua falta só prova o desleixo, o adormecimento, a incúria, o abandono das coisas públicas. Antes que haja melhoramentos administrativos, obras de aformoseamento, edificações, é primeira condição da vida social — a polícia. Sem ela a vida é um sobressalto constante: é uma luta interrompida da desconfiança com a honestidade.

E a pouca polícia que ainda há, é desleixada, arbitrária, inconsequente. É toda dependente dos patronatos, das amizades, das influências.

Hoje a polícia é insultada, violentada, agredida, foge; não se procede, não se castiga; o agressor é do bando oficial, protegido e adulado; amanhã se um pobre homem miserável, roto e desgraçado, fizer um pequeno ruído, der um grito de noite, é repreendido, preso, autuado, degradado.

Estas coisas são mais dolorosas do que vergonhosas, prendem-se à decadência geral, mostram que nos espíritos morreu o resto da lucidez, e na consciência o resto do pudor.

A polícia não é para andar pelos teatro e pelos bailes, desmascarando; isso é uma polícia de vexação e de insulto; essa

não protege, não defende, não vela, não dá segurança nem descanso ao espírito; essa é dos velhos tempos e dos velhos regímenes; essa é criminosa, está dentro do código penal; essa é uma polícia de domesticidade, que tanto pode prender um bandido como servir num galanteio; essa é exercida por homens que vêm não se sabe de onde, pouco limpos de consciência e pouco vazios de mãos. Essa não se respeita, nem se despreza; lastima-se e afasta-se.

A questão de polícia geral é radical e soberana.

Este abandono da polícia traz profundas desmoralizações: não que haja vontade de acobertar o crime, não; é só completa e absoluta indiferença; a polícia secreta, a polícia de prevenção, a polícia oculta, é opressiva e vexatória; só é dada às tiranias e como apoio de grandes opressões: essa não a queremos, não a devemos ter; nos países onde o poder é de usurpação, a polícia secreta é o seu primeiro elemento de vida. Nós queremos a polícia organizada aqui, como garantidora da segurança pública. Não pedimos espíões, enredadores de intrigas, vexadores ocultos; pedimos gente que vele, de noite, de dia, a toda a hora, pela nossa segurança, pela nossa fazenda, pela nossa propriedade. O homem não tem por único fim da vida o defender-se; o seu único pensamento não pode ser o precatar-se e livrar-se de emboscadas, o seu único trabalho não pode ser limpar e afiar armas que o protejam; é necessário que os poderes públicos velem por ele, pensem por ele nos meios de segurança, se ocupem por ele em afastar as hostilidades, imponham medo aos mal intencionados e recato aos imprudentes.

Todos, uns e outros, sofrem com este estado aflitivo. A desligação, o abandono e indiferença entre as autoridades e o povo, causam mais a morte da autoridade do que a decadência do povo.

Este tem poderosos elementos: tem a coragem, tem o trabalho, tem a origem da vida, tem a força, tem o poder moral. Aquelas nada têm. Podem um momento oprimir, podem sufocar as justas aspirações, cortar as nobres tendências.

Mas um dia vem. Caem. Então não fica delas nem conceito honroso, nem recordação grata, nem proveito estabelecido.

Elas vão decaídas em sua tristeza; o povo fica, robusto, com a sua nobreza.

N.º 13, 21 de Fevereiro

Quando se comete uma grande injustiça a consciência dói-se — quando essa injustiça vai ferir os pobres, os miseráveis, os desvalidos, os rotos, os esfomeados, a consciência indigna-se e desespera-se. Tem então uma linguagem áspera, mas filha de um sentimento nobre e piedoso.

Foi assim que, desde que se soube que tinha sido aforada a herdade do Sobral, com grave detrimento da Casa Pia, sem as garantias de livre arrematação, sem a devida publicidade, um pouco às escondidas, como quem se livra dos olhos honestos, o espírito público escandalizado começou atacando com enérgica violência todos aqueles que viu envolvidos na mesma injustiça, por uma escritura de contrato.

Muito tempo se debateu essa questão, ora plácida, ora calorosamente: suplicava-se pelos pobres, o que era nobre.

A herdade tinha sido aforada por 131\$000, devia-o ser com justiça por mais de oitocentos mil réis. Isto era lesão enorme, desperdício, uma especulação com os pobres.

Dias depois de feito o aforamento, o enfiteuta vendeu a cortiça de 12 anos por 4 800\$000: só o rendimento da cortiça lhe triplicava o foro e dava um largo ganho, mas na herdade não havia só cortiça, esta era apenas uma das suas riquezas; havia bolota, trigo, centeio, pastagens, etc.

Ora a cortiça, que rendia 400\$000 anuais, estava avaliada

na matriz em 33\$000, pela mesma razão o centeio, que estava avaliado em 30\$000, devia dar um rendimento anual pelo menos de 300\$000; se se fizer assim a proporção seguidamente, vê-se que o preço do aforamento, como foi feito em 12 de Julho de 1862, está tão longe do seu devido valor como o aforamento por aquele preço está longe de um acto honesto, justo, legal e nobre.

Todo o mundo sabe: muitas e muitas vezes tem sido isto questão debatida na voz popular. O acto foi sempre julgado mau, ainda que os que governam, negavam atenção aos que clamavam em nome dos pobres; nenhum facto legal comprovava a injustiça.

Ultimamente, porém, o enfiteuta requereu para remir o foro, pelo que teve a herdade de sofrer uma nova avaliação.

Ora, por esta nova avaliação, foi o rendimento anual da herdade fixado em 660\$000 (13 200\$000). E isto é uma avaliação; onde iria o seu rendimento se a propriedade fosse à praça com plena publicidade, livre arrematação, etc.?

Todas as reclamações e todas as defesas são vãs; não falemos já nas questões da forma em que o aforamento foi indevidamente feito na secretaria da Casa Pia, em que no acto se dizia ser o aforador antigo rendeiro, quando ele nunca fora colono da herdade, coisas que mostram a combinação, o plano tramado, a calculada falta de publicidade, e de negócio oculta e rapidamente feito.

Queremos estabelecer só que esta nova avaliação para a remissão do foro, é uma marca infamante, posta pelos meios legais sobre a primitiva escritura de aforamento. Agora, como nunca, não são acusações vagas, representações estéreis; é uma avaliação devidamente feita que vem demonstrar a injustiça, a desonestidade do contrato.

É sempre nobre, generoso e necessário, fallar em erros cometidos, enquanto se podem remediar.

Quem continua a sofrer são os pobres; quem deve continuar também é uma voz de opposição: é sempre a mesma voz

dos descontentes, porque é sempre o mesmo sofrimento dos pobres.

Com aquele contrato, a Casa Pia pode perder talvez 800\$000 ou mais, anualmente.

Isto é um acto de péssima administração. Se o administrador não quer conhecer o erro, e intentar uma acção de rescisão por lesão enorme, prova não ter as qualidades de bom administrador, o zelo, a dedicação, a vontade e a energia; e deve o sr. ministro do reino, em nome da moralidade e dos interesses da Casa Pia, compeli-lo a isso.

Em todo o caso, o contrato deve findar: pede-o a justiça e a pobreza, duas coisas que não devem ser desatendidas, sob pena de morte moral.

O sentimento que hoje domina os espíritos perante a política é sobretudo a desconfiança. Sente-se um vago receio. O governo está trémulo, a opposição inquieta, os homens dos pequenos partidos sem saber onde ir buscar o seu apoio e a sua força — o povo, descontente.

Presente-se que se vão passar os grandes factos, que resolvem as crises políticas com as crises da doença.

Mas o quê? Hoje não há no país nenhuma ideia predominante, nenhum princípio querido, nenhum grande sistema surdamente combinado, nenhum vasto plano de organização social. Os homens políticos têm-se occupado naquêle embate de ambições, de intrigas, de transacções, de regulamentos, de reformas imperceptíveis, em todo aquêle movimento que ondeia lentamente de S. Bento às secretarias e das secretarias ao conselho de Estado. Fora desse movimento nada sabem, nada aceitam.

Quando vier o momento do perigo, a que se há-de recorrer, a que ideia, a que sistema, a que método de governar? Vai-se procurar aos espíritos políticos e encontra-se lá um vazio: eles tinham-se só movido — não tinham pensado. As

nossas finanças estão perdidas, a nossa instrução esquecida, o nosso exército desorganizado, o nosso funcionalismo corrupto, as nossas leis dispersas, o nosso comércio enfraquecido, a nossa autoridade moral perdida. De quem é a culpa? Não é destes nem daqueles, é da fatalidade das decadências. Se amanhã o país se encontrar na hora da agonia, e se se perguntar aos que pensam, aos que governam, aos que andam com o cérebro aceso alumando a marcha— se se perguntar: que havemos de fazer?, é possível que eles respondam, e com justiça: succumbir.

Em Portalegre tem havido uma opposição tenaz e emérgica à supressão daquele distrito.

O povo está descontente, vê o empobrecimento daquele território, receia e reclama.

Em casa do sr. conde de Avilez reuniram grande parte de habitantes, a fazer uma representação às cortes. A reunião foi autorizada e houve geral sossego.

N.º 14, 24 de Fevereiro

A nossa política está-se tornando incompreensível, obscura, indefinida. É como uma mole confusão de sombras onde se não destaca nenhuma atitude enérgica. Como não há partido definido, ideia estabelecida, princípio assente, oscila, confunde-se, altera-se, reforma-se e revolve-se.

O governo oscila, inquieta-se, apresenta medidas, procura discuti-las, supõe atentá-las. A opposição, austera e moral, na antiga posição olímpica dos deuses irritados, faz escorrer o desdém, a ironia, a apóstrofe, sobre as cadeiras governamentais.

Há talvez homens no parlamento que queriam fazer ouvir uma nova ideia e vê-la estender longos ramos protectores, mas julgam o ar daquela sala, a luz daquele lugar, pouco puros, pouco lúcidos para aclimatar a planta nobre. Por isso andam inquietos, desconfiados, entre os braços do governo, que se estendem derreados de promessas, de títulos, de recompensas officiais, de pingues adubos que amaciam as consciências, e entre as mãos da opposição, trémulas do velho ódio. Disse há dias um deputado: *por piedade, menos palavras!* É assim, menos palavras. Que o governo em Portugal não seja um concílio de académicos e de retóricos. A palavra sonora, o som harmonioso, o conte elegante, primoroso e robusto, do período, não nos diminuem o défice, não nos erguem em moralidade,

não nos codificam a legislação. Servem apenas para acalentarem os descontentes com uma suave e ampla música oratória. Isto, só os estofos dos gabinetes o devem ouvir.

Não se traz para o sol e para o dia. Nesta culpa cabem ministeriais elegantes e austeros oposicionistas.

Batem-se nobremente, com posição escultural e de belo talhe muscular, enquanto as reformas dormem, as realidades esperam, os factos criam bolor, e o povo desespera.

Nós queremos um parlamento, um governo, uma opposição, de menos calorosa forma, de mais desleixada attitude material, sem a sonoridade de voz e a beleza compassada do gesto, homens simples e de ideal moralidade que se curvem sobre o povo, que lhe expliquem simplesmente as suas necessidades, que o aconselhem, que velem por ele. Se assim vamos, sempre discutindo e clamando, traçando as togas e tomando voz teatral, podem todos os Catilinas cruéis bater à porta desta pobre Roma que nem serão ouvidos nem serão repellidos. É necessário sobretudo que a opposição aconselhe mais e combata menos.

Só fulminações, só ataques, só destruições!

Palavras! Palavras! Palavras! dizia Hamlet. A opposição deve esclarecer, elucidar, combinar planos, apontá-los, substituir reformas que julga estéreis por medidas nobres e fecundas.

O trabalho de destruição pede um trabalho de reconstrução. Se atiramos assim a todos os ventos o tecto que nos cobre, a roupa que nos abriga, ficaremos expostos ao ar, à neve, sem abrigo e miseráveis. É necessário apoiar o que pode haver de bom no pensamento do governo, doutro modo só se assalta o poder depois de ter assassinado a razão.

N.º 15, 28 de Fevereiro

O artigo publicado há tempo no *Campeão das Províncias*, tinha o erro de acusar vagamente, dar grandes golpes no ar, bastonar o vento e depois marchar triunfante, como se deixasse os seus inimigos a escorrer em sangue.

Pouca frequência, familiaridade entre os discípulos e os mestres, falta de vigilância, travessuras e pouca seriedade dos estudantes, imoralidade, ignorância, pouco asseio dos professores, fraqueza e inércia, do sr. reitor, corrupção de todos, era o que ele via no liceu e sobre o que ele derramava a sua cólera soberba.

Revelava pequenas faltas, irregularidades imperceptíveis, perturbações inatendíveis, como grandes crimes, como cometimentos audaciosos, como negras imoralidades.

Feria incisivamente a corporação do liceu pela pouca frequência; a pouca frequência não prova nunca desmoralização, desleixo dos estabelecimentos de instrução. Prova que não há um instinto que leve a mocidade para ali. Através da desmoralização e do desleixo, os cursos vão ao fim do ano, estuda-se, trabalha-se, e quem ia com a firme resolução de aproveitar e de curvar a sua inteligência aos livros e ao trabalho, importa-se pouco com as questões imperceptíveis de professores, ou com a falta dos guardas, ou com o pouco asseio dos bancos. Se houvesse um amor derramado pela instrução,

se as famílias destes territórios, ainda ricas, sentissem a necessidade de esclarecer o espírito dos filhos, mandá-los-iam ao liceu, embora soubessem que lá andava a guerra feroz entre os srs. professores e o sr. reitor, que havia falta de guardas, e que andavam mal vestidos os professores; somente recomendariam aos filhos que trabalhassem, que aproveitassem, que enchessem a alma com uma pouca da grande luz dos livros.

É necessário ver estas coisas friamente e mostrar as simples e positivas verdades, e não dar grandes brados e grandes clamores sem ideia.

Parecia-lhe um crime que os professores leccionem particularmente, ensinando assim com mais zelo e mais carinho, explicando daquela maneira familiar e simples que não comporta uma preleção oficial, fazendo um grande serviço aos estudos e aplanando assim aos espíritos fracos os ásperos caminhos das letras; parece-lhe um crime que uma ou outra vez o professor saia da sua cadeira por um incómodo leve, por uma necessidade instante, e quera que os discípulos não se desinquietassem, não nrissem, não conversassem, e ficassem imóveis e sonolentos!

Chama a isto uma irregularidade, uma desordem, uma immoralidade.

E sobretudo fulmina o sr. reitor e julga-o protector de indolências e autor de immoralidades, Torna-o culpado imaginário das imaginárias desordens. Ataca-o com uma falsidade, quando o podia combater com uma verdade.

O sr. reitor é talvez culpado em não proceder de harmonia com os professores, em os não respeitar como corporação, em os não considerar como indivíduos.

Tem havido desinteligências, discussões violentas, porque os homens probos, enérgicos, fiéis ao trabalho e à virtude, viam, como diz o nosso colega da *Folha do Sul*, a lei desprezada e a moralidade ofendida.

Quando o chefe de uma corporação, como os lentes do Liceu, em lugar de a representar nobremente, de velar pelos

seus interesses, de lhe promover todas as aceitações e todas as considerações, hostiliza, falseia o espírito de serenidade e de dignidade que é a qualidade suprema do magistério, promove obstáculos, embaraça, peia certas iniciativas fecundas, pode fazer um grande mal.

Com esse mal não sofre o ensino nem a ordem da instrução, nem a regularidade dos estudos, porque esses mantêm-nos os professores, pela sua inteligência e pela sua nobreza; mas sofre a dignidade da corporação.

E sofre porque ao longe vai-se lançar um boato de descrédito e acusação. Sofre porque acaba a harmonia, a combinação pacífica que é indispensável nos estabelecimentos de educação moral.

Haveria talvez anarquia se os professores abandonassem o liceu às perturbações que o sr. reitor ali semeia. Mas eles impedem — tanto quanto podem — que isso possa prejudicar o fim sagrado do estudo e a paz religiosa do trabalho.

Terminamos. As acusações do comunicado são falsas, indiscretas, improváveis.

Nada há a reformar — só uma coisa — o procedimento menos justo do sr. reitor. Bem merecia ele de todos os que respeitam o estudo e a dignidade do professorado, se, pondo de parte as intrigas, as malquerenças, as pequenas vinganças de secretaria, desse ao Liceu o seu verdadeiro carácter de seriedade, nobreza, elevação moral, ordem profunda e pleno aproveitamento.

Sempre que no parlamento se levanta a voz plangente de um ministro, pedindo que cresça a bolsa do fisco e se cubra de impostos a fazenda do pobre, para salvação económica da pátria, há agitações, receios, temores, inquietações, oposições terríveis, descontentamentos incuráveis. O povo vê passar tudo, indiferente, e atende ao movimento da nossa política, da nossa economia, da nossa instrução, com a mesma somolenta indife-

rença e estéril desleixo com que atenderia à história que lhe contassem das guerras exterminadoras de uma antiga república perdida.

Mas quando o imposto começa a aparecer vagamente entre as profundidades do déficit, o povo exalta-se, reclama, pede, exige, e às vezes deixa a sua cólera varrer os partidos e dispersar os corrilhos.

A oposição tem bradado com inada energia contra o governo, pelo déficit, pelos tributos, pelos desperdícios, pelo pouco amor das economias. Nós estamos prostrados, como sacerdotes mudos de respeito e de temor diante da sagrada majestade dos ídolos governamentais. Mas conhecemos que a oposição, às vezes, para dar um golpe na cabeça de um ministro, atravessa cruelmente o peito da justiça.

Temos um déficit de 5000 contos. Esta é a negra, a terrível, a assustadora verdade. Quem o promoveu? Quem o criou? De que desperdícios incalculáveis se formou? Como cresceu? Quem o alarga? É o governo? Foram estes homens que combatem, foram aqueles que defendem, foram aqueles que estão mudos? Não. Não foi ninguém. Foram as necessidades, as incúrias consecutivas, os maus métodos consolidados, a péssima administração de todos, o desperdício de todos. Depois, as necessidades da vida moderna, de terrível dispêndio para as nações. Como na vida particular, cresceram as superfluídades, o vão luxo, o aparato consumidor, mais precisões, mais gastos, a vida internacional tornou-se tão cara que mais ou menos todas as nações estão esfomeadas e magras.

Um déficit de 5000 contos não cresceu assim só de uma administração; não foram homens vindos de ontem que atiraram assim já ao vento a melhor parte da riqueza da pátria. Mil causas concorreram. O déficit tornou-se um vício nacional, profundamente arreigado, indissolúvelmente preso ao solo, como uma lepra incurável.

Não é um homem, por mais poderosa iniciativa, por mais tirânica e aquilina energia, que pode, no meio constitucional,

anrancar o défice sem dilacerar o país. Por isso quando se combate este governo atirando-lhe este golpe — o défice — não se traz o remédio e não se respeita a justiça.

Em Portugal as oposições esquecem-se facilmente do poço onde donne a verdade; e se por acaso o procuram, é para o encher de água envenenada até às bordas.

O que não admira, porque todo o combate apaixona e toda a resistência desvaira. Mas dir-se-á: o governo é por consequência puro e imaculado? Não. Peca. Porque hoje a obrigação de todo o governo, se não é cortar o défice, o que é impossível, é pelo menos diminuí-lo, o que é urgente.

Logo que se prove que no orçamento não há uma verba prejudicial, que tudo foi escassamente aproveitado, que a lista das despesas foi avaramente redigida, que nenhuma inutilidade acresceu, quando se prove que uma economia vergonhosa mostra a sua magreza entre as folhas do orçamento, então o governo está ilibado e deve ir, triunfante, receber as coroas cívicas. Mas isto pode claramente e seriamente provar-se? Não houve desperdício, não se fizeram embaixadas? Não se deu mais seda para os aparatos e mais ricos estofos para os gabinetes? Não se escutou a vaidade? É bem certo? Os áulicos podem dizê-lo, mas os pobres negá-lo. Nós não o sabemos.

Mas os ministros têm um meio de salvar a pátria, esse meio são os impostos; faça o fisco uma grande *razia* pela fazenda do povo, saqueie e fuja, e o país continuará caminhando na sua liberal lentidão, gordo de cabedal e grato aos salvadores. A oposição, quando isto vê, enche-se de nobres cóleras, e solta os seus raios. Engano ainda. Os tributos são necessários, mas mais tarde. Calculadamente e inteligentemente.

Porque se considera em globo, de longe, a actividade do país, porque se vê um pouco mais florescente, julga-se que ele tem o sacco legendário de onde caía uma chuva de barras de ouro, de dobrões e de pedrarias? Não.

Esse método perdia o país. Deve estudar-se a riqueza na-

cional, ver os elementos que mais podem crescer, as indústrias que tendem a florescer, e os pontos em que a pequena e a grande agricultura vai cobrindo tudo de plantações fecundas; então, convenientemente, por uma sábia distribuição, lançar o tributo onde ele menos custe ao país, menos sensível seja, e que não vá ser um assassinato do país pelas mãos inocentes do país.

O país está de certo mais rico, está, mas atenta um largo período. Não é nestes últimos anos que ele tem enriquecido. E ainda há bem pouco houve a revisão do sistema tributário; desde essa época o país não cresceu em riqueza, logicamente o imposto não deve crescer em opressão.

E ainda quando se conseguisse fazer uma repartição racional, gradativa, era necessário pensar no sistema de imposto. Muitos há hoje condenados e desacreditados, porque trazem consigo a ruína, a perdição, a bancarrota. Não é a esses que havemos de ir buscar a nova receita regeneradora.

Não é. Lançar impostos, vagamente, sem sistema, sem crítica esclarecida, sem justos e longos estudos do país, da sua riqueza, do seu trabalho, é arruinar, despedaçar, dilacerar a pobre pátria.

Então mais vale anexar-nos à Turquia, ou fazemos presente do solo e da população, e das cidades, ao vice-rei do Egipto.

N.º 16, 3 de Março

Perante uma crise temerosa, perante a sinistra realidade de um défice de 5000 contos, o povo não pôde ficar indiferente, estranho aos embaraços do governo, e a sua bolsa não se recusará às novas imposições. Ele está pronto a sacrificar-se para que se estabeleça o equilíbrio, e que o Estado esteja nobremente habilitado a prever as crescentes precisões, os gastos progressivos que pede uma civilização crescente e progressiva. O povo não se oporá. Disse-se que ele podia e devia pagar mais: não sabemos se pode, sabemos que deve: numa crise, quando todos clamam salvação, o povo, que é bom e generoso, e cheio de instinto de dedicação, não pode abandonar a pátria. Há momentos em que todos sofrem, e é uma glória partilhar o sofrimento comum: os sacrifícios do povo são santos, é a sua felicidade, é o seu bem-estar, é o seu calor, é o seu sustento que ele dá ao fisco para salvar o Estado.

Despede-se de tudo generosamente, para dar à mãe-pátria. Despede-se sem mágoa, com nobre alegria. Mas será justo que este sacrifício seja para cobrir as prodigalidades dos governos? Que se tire um pedaço do pão do pobre, para dar mais uma farda a um embaixador? Que se onerem os géneros de consumo, a carne, o sal, o azeite, o arroz, o pão, para que no mundo oficial haja mais aparatos reluzentes e mais transformações feéricas?

É necessário ver a aplicação dos tributos; pedem-se em nome da Pátria, sejam para salvar a Pátria. Que o fisco venha tirar o pão das mãos necessitadas, para o esmigalhar ao vento do desperdício e da prodigalidade, isso não. Falam em repartição dos tributos; mais que na sua repartição, é necessário pensar na sua aplicação. É talvez um nobre pensamento que leva assim a onerar a fortuna popular: vê-se a grande cova do déficit e trata-se de a cobrir com os dinheiros pedidos, com os dinheiros do imposto, com os emolumentos, com tudo o que possa fazer vulto, número e peso. Compreende-se este sentimento.

Mas se, depois de arrancada a migalha do povo, se vir que ela nem se percebe na cova do déficit?

Tratar de saldar já o déficit, é impossível. Justificar o aumento das despesas com os vários ministérios, não é fácil. De maneira que pedir impostos, ou é para cobrir o déficit, ou a despesa — ou é para uma impossibilidade, ou para uma injustiça.

Os impostos não chegam para o déficit, e não chegam para o aumento de despesas com os vários ministérios: logo é inútil lançá-los, a não ser para novos desperdícios; mas a isso se opõem todos aqueles que sentem um resto de amor por este canto da terra, que, por obra e graça não sei de quem, ainda se chama Portugal.

Podem servir os impostos para atenuar o déficit; ser mais para um resultado futuro que para uma conveniência presente. Nesse caso, o lançá-los precipitadamente, sem estudo e sem prudência, como se fosse para um caso de salvação, é iníquo e inconveniente. Então vejamos primeiro até que ponto eles são indispensáveis; até que ponto devem ser oneradas as alimentações das classes mais pobres; ver até que ponto eles são proporcionais com a riqueza pública. As questões de finança não se devem tratar com paixão, com o espírito azedado pelas discussões e irritado pelos menoscabos.

Numa palavra, o déficit quer antes uma atenuação que

uma salvação: a atenuação liberta-nos a todos; a salvação mata os vindouros; o desleixo mata-nos a nós e aos vindouros; se vamos agravar o déficit, se não andamos prudentemente na questão financeira, se lançamos indevidamente impostos, se não contamos certas despesas, se não coibimos certas necessidades, preparamos a bancarrota para as gerações infelizes que hão-de vir.

O que verdadeiramente nos mata, o que torna esta conjuntura inquietadora, cheia de angústia, estrelada de luzes negras, quase lutuosa, é a desconfiança. O povo, simples e bom, não confia nos homens que hoje tão espectacularmente estão meneando a púrpura de ministros; os ministros não confiam no parlamento, apesar de o trazerem amaciado, acalentado com todas as doces cantigas de empregos, rendosas conezias, pingues sinecuras; os eleitores não confiam nos seus mandatários, porque lhes bradam em vão — *sede honrados*, vêem-nos apesar disso adormecidos no seio ministerial; os homens da opposição não confiam uns nos outros, e vão para o ataque, deitando uns aos outros, combatentes amigos, um turvo olhar de ameaça. Esta desconfiança perpétua leva à confusão e à indiferença. O estado de expectativa e de demora cansa os espíritos. Não se pressentem soluções nem resultados definitivos: grandes torneios de palavras, discussões aparatosas e sonoras; o país, vendo os mesmos homens pisarem o sol político, os mesmos ameaços do fisco, a mesma gradativa decadência. A política, sem actos, sem factos, sem resultados, é estéril e adormecedora.

Quando numa crise se protraem as discussões, as análises reflectidas, as lentas cogitações, o povo não tem garantias de melhoramento nem o país esperança de salvação. Nós não somos impacientes. Sabemos que o nosso estado financeiro não se resolve em bem da pátria no espaço de quarenta horas. Sabemos que um déficit arreigado, inoculado, que é um vício

nacional, que foi criado em muitos anos, só em muitos anos será destruído.

O que nos magoa é ver que só há energia e actividade para aqueles actos que nos vão empobrecer e aniquilar; que só há repouso, moleza, sono beatífico, para aquelas medidas fecundas que podiam vir adoçar a aspereza do caminho.

Trata-se de votar impostos? Todo o mundo se agita, os governos preparam relatórios longos, eruditos e de aprimorada forma; os seus áulicos afiam a lâmina reluzente da sua argumentação para cortar os obstáculos eriçados; as maiorias dispõem-se em concílios para jurar a uniformidade servil do voto. Trata-se de um projecto de reforma económica, de uma despesa a eliminar, de um bom melhoramento a consolidar? começam as discussões, crescendo em sonoridade e em lentidão, começam as argumentações arrastadas, frouxas, que se estendem por meses, que se prendem a todo o incidente e a toda a sorte de explicação frívola, e duram assim uma eternidade ministerial, imensas e diáfanas.

O país, que tem visto mil vezes a repetição desta dolorosa comédia, está cansado: o poder anda num certo grupo de homens privilegiados, que investiram aquele sacerdócio e que a ninguém mais cedem as insígnias e o segredo dos oráculos.

Repetimos as palavras que há pouco Ricasoli dizia no parlamento italiano: «A pátria está fatigada de discussões estéreis, da fraqueza dos governos, da perpétua mudança de pessoas e de programas novos.»

Sobre todas as coisas amamos a justiça, e sem discutir a política do Sr. Lobo de Ávila em 1865, sem querer idealizar os seus actos como ministro da fazenda, respeitando, como todos, a lucidez e nobreza da sua intelligência e a sua admirável energia, censurando também o que houve de menos justo na sua administração, não podemos deixar de arquivar, transcrita do excelente jornal *As Economias*, a relação das medidas fe-

cundíssimas, na maior parte das quais teve directa acção o Sr. Lobo de Ávila, saídas do ministério de 1865. Fazemos isto desprendidos de política, e só como fazendo justiça a uma das melhores administrações que o país tem visto. A relação é esta:

1.^a — Lei de 13 de Junho de 1863, que regulou a remissão e venda de bens, foros, censos e pensões do estado, e bem assim o distrate de capitais mutuados, etc.

2.^a — Lei de abolição dos vínculos.

3.^a — Lei para o estabelecimento do banco hipotecário.

4.^a — Leis para o estabelecimento dos bancos do Minho, Del Credere, Lusitano e Ultramarino.

5.^a — Construção de muitos vasos de guerra, os melhores que possuímos.

6.^a — Construção da excelente ponte do arsenal e a colocação do não menos excelente guindaste, que tão útil tem sido para os trabalhos de mastreação, etc.

7.^a — Abolição do monopólio do tabaco.

8.^a — Reforma das alfândegas.

9.^a — Construção de muitos milhares de metros de estradas, pelo que o Estado pagou grossas somas.

10.^a — Construção de muitos centenares de metros de via férrea e o pagamento de prestações anteriores, pelo que o governo teve de pagar somas importantes.

11.^a — Regulamento da contabilidade pública, no qual se prescreveu o modo de regular toda a contabilidade de forma que as contas públicas, ao contrário do que até então sucedia, fossem apresentadas com toda a regularidade.

12.^a — Elevação do crédito público até ao ponto de serem cotados os nossos fundos a 50 ³/₄ por cento.

13.^a — Dois empréstimos necessários e indispensáveis para pagamento dos caminhos-de-ferro, estradas e vasos de guerra, ao preço de 47 105, preço pelo qual nem antes se tinha jamais feito empréstimo algum, nem depois se fez.

14.^a — Descida do juro da dívida flutuante de 7 a 6 $\frac{1}{2}$ por cento.

15.^a — Melhoramento, em muitos pontos, das leis de contribuições.

16.^a — Cobrança dos rendimentos públicos numa soma que jamais se tinha cobrado, nem depois se cobrou, dentro de um ano.

17.^a — Propostas de lei de desamortização dos bens das confrarias, irmandades, câmaras municipais, etc., depois convertida na Lei de 22 de Junho de 1866.

18.^a — Proposta de lei para a liberdade dos vinhos do Douro.

Para pagamento de todos esses melhoramentos materiais, que deixamos enumerados, despendeu o Estado cerca de 17 000 000\$000 de réis, soma que, por duas operações brilhantes, o Sr. Lobo de Ávila conseguiu levantar vantajosamente na praça de Londres, sendo então tanto o nosso crédito que, apesar de ser a cifra de um dos empréstimos cinco milhões de libras esterlinas, a subscrição para ele elevou-se a vinte milhões de libras, isto é, quatro vezes a soma pedida pelo governo de Portugal.

N.º 17, 7 de Março

Na câmara dos pares, numa das últimas sessões, o senhor conde de Lavradio declarou solenemente que em Londres se tratavam certos negócios secretos que punham em perigo a nossa nacionalidade.

Na boca de um homem sisudo, profundamente instruído da política europeia, que apoia as medidas do gabinete, aquelas terríveis palavras têm toda a importância de uma ameaça directa. Não podemos saber em que sentido são aquelas negociações secretas, por onde periga a nossa nacionalidade, que sistema político estará adoptado para a resolução do nosso futuro, que destino está combinado para a nossa pobre independência, porque parece que nós estamos aqui por compassiva misericórdia dos poderosos, e que um dia vem chegando em que nos será intimada a ordem suprema de aniquilação.

Perante isto devem cessar todos os vãos clamores de intriga política, todas as oposições vozeadoras e todas as timidez e vaidades ministeriais, só nisto se deve pensar; em volta desta ideia devem reunir-se todos os espíritos, trazendo o instinto da dedicação e o amor do sacrifício.

Não é uma cadeira governamental que se despedaça ao vento da vã glória, não é a voz lenta e embaladora dos retóricos políticos, não é uma questão de administração, não é a surda concentração de forças para uma eleição combatida, é o perigo,

perigo claro e bem definido, de perdermos a independência, a liberdade, de vermos as fortunas perdidas e confiscadas, as famílias dispersas, a felicidade extinta, as searas lançadas ao vento e os espíritos à agonia.

Se verdadeiras são as palavras do senhor conde de Lavradio, então bem clara está a sorte deste canto de terra: se as potências se concertarem em desmembrar o território nosso, para uma nova geografia— como havemos de resistir? As nações nem sempre resistem pela grandeza e pela força; resistem pela sua elevação moral, pela sua superioridade espiritual, pela sua perfeita administração interna, pelas suas organizações proveitosas, pela sua íntima união; assim num momento de perigo o seu vigor é imenso, a sua altivez indomável; o povo tem a consciência da sua segurança e luta com esperanças de vencer.

Mas no estado presente das coisas, o que pode dar uma esperança? As nossas finanças estão desorganizadas e perdidas, o déficit é imenso, o crédito pouco, a administração péssima, os meios de defesa nenhuns, o exército desorganizado; as classes elevadas na fortuna e no aparato, são corruptas e indiferentes à independência da pátria. O povo saberá sacrificar-se, mas não poderá resistir.

As nações enfraquecidas e doentes estão à mercê de qualquer abalo.

Na Europa ainda não foi abolida a política de invasão e de conquista; anda somente disfarçada: chama-se de *anexação*, *arredondamento de território*, *federação*, *fusão*, etc., mas é a mesma, a velha política conquistadora com todos os seus horrores, as suas agonias, as suas ruínas.

Ou a sorte do mundo seja providencial ou espontânea, o nosso destino está bem definido. Providencialmente, vem a decadência, a desolação e a absorção pelos grandes Estados; espontaneamente, as más administrações sucessivas, a exageração do funcionalismo e do militarismo, a corrupção, a falta do amor da pátria; tudo leva a um estado de crise, de

hesitação, de desespero, que nos porá à mercê de todos os saqueadores de reinos.

Remédio não o há, digamo-lo bem alto. De hoje para amanhã não podemos levar o país àquela força material e àquela energia moral que defende e guarda as nacionalidades.

Temos apenas a esperar! Muitos, quando ouvem fallar em perda de independência, não atendem, não se aterram, porque vêem o facto indistintamente, ainda bem longe, sem sofrimentos directos, sem dor pessoal. Mas quando se pensa no que têm sido as opressões dos pequenos Estados, nas fortunas roubadas, nos campos destruídos, nas perseguições, nos impostos imensos, na opressão constante, na vexação de todos os dias, em todas as liberdades oprimidas, na intelligência esmagada, nos próprios sentimentos mais inofensivos e doces do coração sufocados, nas prisões, nas emigrações, só não empalidecem os traidores ou os imbecis.

Poder-se-á dizer que esta agonia só se dá longe da vida moderna da Europa e das nações nobres: que só a Rússia esmaga a Polónia, que só a Turquia esmaga a Grécia; mas ao pé de nós há nações que estão tão longe do nobre movimento do espirito moderno, da serenidade civilizada, dos grandes instinctos de protecção, como a Rússia e como a Turquia.

Bem adjantada está a Prússia, bem doce e compassivo o carácter alemão, e não foi doloroso e trágico o estado dos territórios amexados a ela, depois da última campanha da Boémia?

Neste momento é que é necessário estar vigilante e enérgico; esquecer as desuniões, as oposições, as pequenas questões de vaidade, de capricho, de interesse; abandonar tudo, para só pensar na causa da pátria: tudo se perderia talvez, mas ficaria salva a honra.

Disse alguém que o imposto era a maneira mais justa e mais eficaz que o contribuinte tinha de colocar a sua fazenda. Decerto. Decerto, se as despesas públicas fossem nascidas da

utilidade e do bem do povo; se os recursos que o imposto dá fossem administrados com economia, vigilância, probidade e inteligência; decerto, se as despesas servissem para acrescentar o poder, a riqueza, a moralidade, a nobreza da nação; decerto, se essas despesas fossem com um sistema de instrução pública bem aplicado, se fossem para cumprir os terríveis compromissos do Estado para com os seus credores, se fossem para grandes obras públicas sabiamente reguladas.

Mas as despesas são muitas, são com aparatos de vaidade, são com reformas prejudiciais e estéreis, são com um funcionalismo exagerado e corrupto. São sobretudo para andar constantemente construindo e comprando os apoios monumentais, para pagar à imensa clientela dos sequazes, dos adoradores e dos servidores sem consciência. Não se sabe aqui, neste pobre país, sustentar a dignidade nacional, instruir o povo, animar as agriculturas, fazer as obras precisas, criar as instituições necessárias.

O que se sabe é comprometer a nossa liberdade e a nossa honra, o que se sabe é criar acomodações rendosas e opulentas para os zelosos protecctionados, o que se sabe é corromper com dispêndio enorme toda aquela multidão de funcionários que dão aos governos o apoio do número e do aplauso sem consciência; o que se sabe é criar vãos aparatos; o que se sabe é pagar um numeroso pessoal administrativo e fiscal para oprimir o povo; o que se sabe é criar, com enorme despesa, uma polícia vexatória e opressiva.

Digamos uma profunda verdade: os governos que são impopulares, repelidos pela consciência pública, abandonados da imensa e sagrada protecção popular, precisam cercar-se de coortes pagas e arregimentadas. Essas aplaudem sempre, prostram-se mudas de temor e respeito, cantam em amplo coro as maravilhas de administração, vigiam e intrigam.

Com essas coortes gastam-se somas enormes, para essas

criam-se acomodações pingues e rendosas, dão-se-lhe condecorações e dinheiros; os recursos dos impostos, as migalhas do povo, a melhor parte do seu trabalho, é entre elas repartida, desperdiçada, desbaratada.

Precisamos de um governo que tenha as simpatias populares, que tenha provocado manifestações affectuosas, que tenha um assento no simples coração da multidão; esse não precisará sustentar protecçionados e aduladores, não precisará fazer baixamente a vontade aos que, sem consciência nem pudor, querem atirar ao vento a fortuna pública; não precisará vergar a consciência com o peso dos desperdícios e dos sacos de dinheiro mal gastos, porque é fundado na confiança de todos, tem a força no povo e o apoio na razão.

Ontem appareceram, pelas esquinas das cidades, pasquins que lembravam que o povo devia reunir para protestar contra o ministério que estragava os dinheiros públicos, e não velava pela honra da nossa independência. Aqueles pasquins, sem aparato, mas filhos de um justo sentimento, recomendavam sobretudo ao povo a ordem e o sossego. Lembravam, enfim, a liberdade de 1640.

Perante os actos do governo e a sua má administração, os mais sensatos e os mais sossegados inquietam-se e bradam. Aqueles pasquins por si não são um protesto, mas são um decisivo sintoma de descontentamento.

Antes de se fazer ouvir a grande voz de opposição e de revolta, ouvem-se vagamente estas pequenas vozes de desaprovacão e de ansiedade.

Ainda há pouco, uma folha desta cidade, com admirável desprezo da verdade, dizia que o contentamento era geral, e imensa a simpatia pelo governo nos território do sul do país.

Nós faremos sentir em breve que nem há simpatia nem maioria, mas só descontentamento que é necessário sanar; mas só antipatia e opposição, que em breve se vai manifestar.

N.º 18, 10 de Março

Quem olha ao longe e ao largo por este país, o que vê? Surdas murmurações, reuniões populares aclamadoras e sentidas, protestos violentos, hesitações dolorosas, vozes de revolta, movimentos de forças, representações legais. Parece isto uma daquelas grandes cidades antigas na véspera da sua agonia, quando as sentinelas viam ao longe, no nevoeiro, a massa informe das multidões invasoras e bárbaras.

Nós também estamos na véspera de uma invasão — é a invasão da miséria!

E outros dizem, os sabedores de segredos do concílio da Europa, negros profetas da desgraça, que se avizinha também a outra invasão, a dos exércitos, a das tomadas, a dos assaltos e a do sangue.

Vésperas de uma miséria, vésperas de uma invasão! Famílias arruinadas e dispensas, proletariados dolorosos, roubo da propriedade pelo fisco, perda da liberdade, extinção da vida moral da pátria!

Perante tudo isto, o que faz o governo? O governo, sossegadamente, risonhamente, propõe impostos, desperdícios, aparatos reluzentes de fardas e de constelações de medalhas; cerca-se de uma polícia vexatória como os antigos tiranos; organiza uma guarda civil com despesa crescida; retalha o país numa divisão impopular, inconsequente, injusta, desbaratadora;

dá saraus e festas; compra coortes que o embalam numa ampla música adulatora; talha largamente no tesouro para assalariar consciências; escarnece a opinião das praças; jura que há-de esfomear os ricos e consumir os pobres; responde com improperios e motejos às representações das cidades livres; acometida-se ao seio da maioria na véspera inquietadora das votações, e dali arruina galhardamente o país, achando importunas e vilãs as vozes populares que pedem justiça, e achando deliciosas as músicas dos saraus e das festas cortesãs.

E no entanto, em Londres, retalha-se sossegadamente o país e faz-se almoeda da nossa liberdade; e no entanto, o fisco prepara um exército de escritores, para ir pelo país abrir violentamente a bolsa do pobre e levar-lhe o suor, o trabalho, o calor, a luz, a vida e o vestido.

Então as cidades representam, as municipalidades protestam, os partidos revoltam-se, os probos indignam-se, as praças alvoroçam-se. Há alguns que negam ainda a agitação popular e o descontentamento nacional; e ainda há pouco uma folha desta cidade, atropelando tudo o que há de nobre e de santo, desde a razão até à verdade, dizia que eram grandes as simpatias, fútil e diminuta a oposição, que no povo só havia doce alegria e no governo alta austeridade; mas dizia isto com voz tímida e envergonhada, como uma criatura enflezada e medrosa que, entre as fulminações de uma tempestade, estivesse negando a luz dos relâmpagos e a voz das trovoadas.

Não, o povo não está contente: por essas cidades e por essas terras está-o demonstrando com reuniões, com pasquins, com proclamações, com ajuntamentos, com vozearias. As cidades protestam; o seu pedido é uma intimação: é a pátria que sacode de si, tremenda e severa, as criaturas vis que a estão sugando; embora o governo linja surdez, a voz do povo é como as antigas vozes santas dos profetas; para a ouvir não são necessários os ouvidos da carne, embora o parlamento complacente e estéril, siga cortesamente o governo; perante

um povo, uma maioria não é nada; a cada deputado que diz *sim!*, responde uma cidade: *não!*

Chega sempre um momento em que se acumulam na alma do povo todos os descontentamentos passados; se ele protesta hoje, não é só porque há dias appareceu no parlamento, para ser cortejada, aplaudida e defendida, a negra sombra do imposto do consumo; não é isso tanto o que levanta a onda popular.

Esse é um dos grandes crimes! Mas a immoralidade? Mas o desprezo pela opinião? Mas o país sobrecarregado de despesa inútil e vangloriosa? Mas a divisão do país contra a soberana vontade nacional? Mas o desprezo que os ministros affectam, com a indignação das almas nobres, pelas representações das cidades? Mas o impudor político? Mas o sistema de corromper e de criar vassalagem?

Tudo isto revolta; por tudo o povo reclama e exige; deve reclamar com sossego, com placidez, com elevação, como compete aos que as más paixões não desvairam e só a justiça guia.

Deve reunir-se nas praças, e aí, com ordem, moderadamente, fazer sentir a sua opinião, que seja arquivada no parlamento, e mostrada, como um decreto supremo, ao governo e à maioria. Deve fazê-lo sem armas, sem tropel, sem aclamações vãs. Devem ser aquellas reuniões nobres concílios, e não motins de vagabundos.

Esta sim, que é a nobre, a elevada, a séria, a justa, a profunda e santa opinião das praças, que o senhor ministro da fazenda tanto despreza.

Despreza a opinião das praças públicas! As praças pagam desdém por desdém: está-se vendo no Porto e em toda a parte; há só uma coisa que iguala o desprezo em que o senhor ministro tem as praças públicas — é o desprezo que as praças públicas têm pelo senhor ministro.

Mas das praças públicas é que sai a opinião constituída dos povos; as praças públicas são as que se fazem representar pelos deputados que o senhor ministro tanto corteja; as praças

públicas são as que fazem as constituições dos reinos e transformam um ministro vaidoso num homem desacreditado; foram as praças públicas que aboliram os direitos feudais; foram as praças públicas que deram ao país a florescência e o sossego; foram as praças públicas que criaram a vida moderna, onde quem domina é a lei; as praças públicas foram as que aboliram o privilégio, a exacção da nobreza, os senhorios; foram as praças públicas que criaram a imprensa; são as praças públicas que fazem a paz ou a guerra; foram as praças públicas que criaram essa pequena coisa que eu creio que o senhor ministro acha ridícula e que nós achamos sublime — a Liberdade.

Aí está o que o senhor ministro despreza; aí está o que o senhor ministro há-de em breve adular.

É pois ao governo, às medidas de fazenda, à divisão administrativa, à criação da polícia e da guarda civil, à criação de uma diplomacia ostentosa, que as praças públicas devem pôr o seu supremo veto.

E cremos que elas o farão.

Ontem era Lisboa, hoje o Porto, depois Portalegre, depois Coimbra, depois Braga; e assim cada cidade, como num concílio tremendo, se erguerá e dará o seu voto — rejeito!

Nós também somos daqueles insensatos que não desprezamos as praças públicas e desejamos que o povo se reúna nelas.

Todas as cidades devem dar o seu voto: as que o não fizerem, ou são indiferentes à sorte do país, ou têm a cobardia de succumbir silenciosamente, ou querem a ruína e a morte: em qualquer caso, parece não pentencerem àquele país de valor insofrido que sacudiu Napoleão de ter sacudido Filipe II.

Devem-no fazer, sem alarido, nobremente: o motim desonra, o protesto enobrece: quem alimenta os motins é a fúria grotesca da população, quem alimenta os protestos e as manifestações é a soberania popular.

Aqui nesta antiga cidade, o descontentamento é grande

e oculto: a oposição é plácida, mas enérgica; o povo repele as medidas da fazenda; e tudo o que tem um pouco de pensamento e uma pouca de consciência, afasta-se do governo e censura as frouxas cobardias da maioria; e há quem se admire que este povo tão enérgico, tão sensato e tão livre, não tenha feito a sua manifestação decisiva; sobretudo, lembrando-se que no tempo dos Filipes, nos anos da maior opressão e da maior amargura, foi o povo de Évora o primeiro que saiu, terrível e forte, para a praça, protestando bem alto, e tão alto que se ouviu na Espanha, contra os tributos, contra a corrupção dos tiranos, e contra as infelicidades da pátria.

Por toda a parte começa a manifestar-se uma ira imensa contra a maioria, que, sem pudor, sem consciência, segue humildemente as pisadas incertas do governo, que a cada movimento faz nascer uma irritação.

Realmente a maioria não tem importância como apoio governamental, porque não há apoio possível contra a vontade inteira do país, tão solenemente manifestada.

No entanto, indigna aquela adoração cega de uma multidão de homens livres que têm os vícios dos antigos clientes, sempre de olhos fitos na púrpura ministerial, tomando-lhe o jeito e a atitude, inúteis e indiscretos, com os cérebros obscurecidos pelo respeito profundo e esclarecido de homem a homem, sempre acompanhado com ar favorito e cortesão, aplaudindo as inércias e os desperdícios, gente que não atende à fecundidade e à lisura das administrações e só querem saber se pagam correntemente, sem escrúpulo e sem avareza.

Os deputados da maioria estão atraindo o seu mandato, não por votarem os tributos, mas por apoiarem os desperdícios. Os tributos têm de ser votados; a sua aplicação, os gastos fabulosos num momento de pobreza, a prodigalidade aparatosa num momento de fome, isso é que indigna o povo, por isso protesta, por isso se erguerá.

Em todas as cidades os eleitores andam desconsolados e magoados, por verem que os seus eleitos rasgam o pacto de protecção e de zelo, e se põem, contentes e honrados, a seguir a grande procissão dos escândalos e das baixezas.

Em alguns pontos do país pensa-se em tirar ao deputado o mandato, como descurador da procuração e comprometedor dos interesses mais caros dos eleitores.

Aqui mesmo, nesta cidade, parece haver um certo descontentamento pelo deputado eleito, que ligou indissoluvelmente o seu voto às prepotências ministeriais.

Disto, só os eleitores têm culpa: quando nomeiam quem em cortes os vá representar, zelar, defender, aceitar reclamações, exigir melhoramentos, devem ter confiança e esperança nesse a quem deram tão subido encargo de responsabilidade pública e municipal.

Os que sofrem mais são os que não deram o seu voto, os que se opuseram, que se vêem mal representados, sem terem quem os defenda, sofrendo resignadamente, porque eles não tinham confiança no eleito, e estão vendo realizada a sua previsão.

Este governo, quando não tivesse outras qualidades, tinha pelo menos uma certa serenidade, certeza na discussão, uma forma oratória aprimorada e fina, uma suave delicadeza que provava que ele saía profundamente da camarilha e da retórica.

Mas agora parece que ele deixa aquela palavra untuosa, delicada, fina, cortesã, para descer à linguagem áspera e rude daquele populacho das praças que Cristo abraçava, e o senhor ministro da fazenda tão galhardamente escarnece. Há dias era o senhor ministro dos estrangeiros que, sobreexcitado de um modo brusco, incontê e violento, agredia os pares que se bandeiam na opposição. Depois, era o senhor ministro da fazenda, aquele aristocrático espírito, que se derramava em

violências injuriosas na câmara baixa, porque lhe tinham pulverizado não sei que frouxa argumentação.

Hoje, enfim, o senhor ministro do reino, que se ergue e injuria o direito de representação, a câmara municipal do Porto, a cidade, o espírito de liberdade, os peticionários, etc.

De maneira que estes ministros, uns desprezam a opinião espontânea das praças, e outros as reclamações legais das cidades.

Não se pode negar que seja um ministério enérgico e activo; em menos de uma semana é negada por ele a soberania do povo e o direito de liberdade.

O senhor ministro dos negócios estrangeiros, mais modesto e mais tímido, só despreza a imprensa!

Falemos sério. Onde vamos nós? O que significa isto? É um grande sonho vago, que obscurece as inteligências, ou é uma realidade que nós estamos vendo? O ministério agregado faz um coro: *Eu desprezo a opinião do povo! Eu desprezo a imprensa! Eu desprezo o Porto e o direito de petição!*

O povo tem três coisas supremas que são a sua vida: a opinião das praças, que é a sua ideia espontânea e sentida; a imprensa, que é a sua opinião esclarecida e estudada; o direito de petição, que é a sua apelação, o seu desagravo das injustiças e das opressões. Se ele não tivesse estas coisas, era uma massa inerte, morta, material, sem importância na vida pública, sem união com a pátria. Ele tem-nas, mas são-lhe negadas: e quem nega um direito não está muito longe de o querer extinguir. Os senhores ministros quereriam talvez ver o povo mais inerte, para o poderem afeiçoar a seu modo, esmagá-lo sem ouvir gritos, consumi-lo sem ver movimentos.

É o que eles queriam. Há um limite ao impudor político; pode-se desperdiçar, pode-se carregar o povo de tributos, pode-se oprimir com um fisco avaro e rigoroso: o povo tudo sofre; mas quando se vem às injúrias, quando se despreza, quando se insulta o povo, a imprensa, a opinião, a liberdade, então incorre-se naquele crime que se castiga com os processos, com

a imprensa atenta contra os traidores, e com a sentença de sangue que as praças executam.

Aquele desprezo pelas praças, pela imprensa, pelos direitos de petição, pela liberdade, quer dizer: «Nós somos os que nunca erram, os que nunca se transviam; só uma coisa respeitamos, a nossa vontade suprema; não nos importa a opinião popular porque a havemos de sufocar com a força; queremos que o povo sofra, que se cale, que tenha fome e que nos beije as mãos.»

Como há-de o povo responder a isto? Há-de continuar representando? Há-de fazer ainda petições humildes? Para quê? para ser escarnecido, apupado?

Pois o ministério quer sustentar-se e aconselha a revolta?

Pois é ele, o que devia manter o sossego e consolidar a paz, é ele o que atira o primeiro desafio às multidões opostas?

Quais são os meios que o povo tem de reclamar, de apelar, de dizer que não pode sofrer tal lei, porque o esmaga tal lei? Quais são? Vê-se a história e encontram-se só estes: o direito de petição, a imprensa, a revolta.

O ministério não aceita a imprensa e não aceita o direito de petição: logo aconselha a revolta, logo quer ver o povo em armas, destruindo e esmagando.

E se amanhã se ouvirem os rebates de revolta, se começarem as fatalidades dos motins populares e a tremenda explosão da cólera das massas, o culpado, o único factor, o caudilho oculto, é o governo, que dos três meios que o povo tem de reclamar só lhe deixou aquele.

Isto é uma tristeza; para isto não valia a pena terem todos feito tantos sacrifícios, ter havido uma guerra civil, ter-se lutado pela liberdade, sofrido prisões, perseguições, e chorado tantas vezes de fome e de sede nas linhas do Porto.

Os ministros foram lógicos e admiravelmente coerentes, desprezando e insultando a reclamação do Porto. Do Porto saíu a liberdade; lá nasceu, lá foi embalada: e quem nega e despreza a liberdade, deve negar-lhe e desprezar-lhe o berço.

Agora o que falta é negarem as garantias, declarar o país em estado de sítio, criar capitánias gerais, desdobrar um grande aparato reluzente e constelado de regimentos e de baterias.

Voltamos aos tempos bárbaros de luta e de ódio: dissolve-se, desorganiza-se a vitalidade da pátria; e virá então de longe não sei quem lançar-nos a corda ao pescoço.

Este estado não pode durar; isto paralisa as forças da nação: o comércio enfraquece, o espírito cansa-se, a inteligência perturba-se, perde-se a energia nestes combates estéreis da hesitação; e toda a coragem, toda a supremacia que ainda hoje há, se evapora como um fumo ténue.

É necessário findar pelos meios parlamentares ou pelos meios populares: é necessário que a nação, como o antigo israelita, despedace a túnica que aperta.

Nós não podemos andar por mais tempo desconfiados e hesitantes, com medo que não venha o fisco saquear-nos, que se rompam as ondas populares, enchendo de sangue as famílias, e a toda a hora pondo o ouvido no chão, a ver se ouvimos pelos campos do Sul ou do Norte, o rolar do canhão espanhol.

As palavras do senhor conde de Lavradio, na câmara alta, são a última condenação do governo.

Aquelas palavras lembram que vem próxima a agonia da pátria e que esta nossa liberdade, que é a vida, o sangue, e o ar, se vai tornar em pó.

Desde o momento em que o senhor conde de Lavradio revelou aquele negro segredo de diplomacia, o governo devia pôr noutras mãos os destinos da pátria, que tão rotos traz.

Como se conserva ele ainda?

Como se vêem sair ainda dele as medidas desastrosas, as violências, as reformas destruidoras, as vexações inexplicáveis? Como é que as maiorias o cercam e não se afastam dele, como antigamente o povo se afastava dos leprosos? Como é que a oposição ainda o não levou recuando ao peso terrível da

verdade e da justiça indignada? Como é que em todas as cidades, em cada município, se não reuniu o povo, mostrando energicamente, pela sua grande voz, a sua imutável vontade?

Pois declara-se a pátria na véspera do seu funeral, e aqueles homens, que tinham a oposição espontânea e sentida do povo, o ódio das praças, a responsabilidade das maiores opressões, ainda estão governando, dirigindo e movendo a política?

Pois estes homens impossíveis, no momento sereno de paz e de amizade internacional, hão-de ser aceites quando vier a hora das lutas e dos sacrificios sem conta?

Que dificuldades encontram eles hoje na sua marcha para o bem e para a felicidade do país? Opõe-se alguém? Andam-nos porventura cercando de intrigas? Alguém porventura os peia e os enreda? Há ódios desconhecidos que os firam? Há invejas impenitentes que os indisponham? Não; faz-se-lhes oposição porque eles exercem opressão. Se eles quisessem tallhar pelo justo, fazer economias, libentar de tributos, velar pelas necessidades, reformar proveitosamente, estabelecer melhoramentos, salvar o perigo financeiro, apresentar enérgicas medidas de supressão de despesa; todos nós, de qualquer ideia ou de qualquer bando, andaríamos afastando as pedras da estrada para que os seus pés se não pisassem, e cortando os obstáculos e as fatalidades da vida política para que as suas inteligências se não embaraçassem; esta oposição que se faz ao governo não é sistemática; quando eles subiram às cadeiras não havia pacto nenhum estabelecido para os atacar e para os violentar; todos esperavam deles o bem, isto é, as economias, as boas administrações, as iniciativas férteis. Foi ele que esmagou toda a esperança, entrando, com corajoso desprezo da justiça e elegante escárnio da moralidade, no caminho do mal, isto é, dos desperdícios, dos impostos, das vexações tributárias, das reformas inúteis e prejudiciais.

Pois se eles hoje não encontram dificuldades, se não encontram partidos tenazes a destruir, fomentos de revolta a sufocar, e apesar disso vão levando o país para um estado

de ruína e de miséria incurável, o que será então quando estivermos agredidos, quando o medo comprimir a muitos, quando o perigo excitar a todos, quando as despesas centuplicarem, quando não houver impostos possíveis que cubram os gastos, quando for necessário erguer exércitos, impor à Europa, repelir os estranhos e animar os próprios? O que será então? O que fará nessa hora de desespero, de angústia, esta gente que é tão fraca, tão desperdiçadora, tão inerte, tão estéril nos dias de paz e de sossego em que tinham largo tempo para meditar reformas, e espíritos pacientes para as aceitar?

N.º 19, 14 de Março

Temos um défice de perto de 7000 contos, gastamos anualmente 22 000 contos.

O governo quer impor 3000 contos de tributos e ao mesmo tempo gasta mil contos com as pompas triunfantes e grotescas do militarismo de Tancos; no primeiro ano da sua gerência aumenta a despesa pública em 1 300 000\$00 de réis; depois, no segundo ano, relaxa um pouco mais a atitude de lisura e austeridade, e aumenta a despesa pública com 1 400 000\$00 réis; depois, lançando os olhos pela terra portuguesa, como a visse fértil, úbere, florescente de searas, estrelada de corações sofredores, propôs 3 mil contos de tributos; depois, um pouco mais afoito, propôs a reforma da secretaria do estrangeiro, em que se gastam 100 000\$00 réis; depois, honrado com aquele esplendor cor de oiro e de púrpura, propôs a reforma administrativa; depois, mais sossegado e sempre enamorado do resplandecimento das fardas, propõe a criação da guarda civil; e lembrando-se que os antigos tiranos medrosos e intrigadores se cercavam de polícia áspera e opressiva, para lhes andar apanhando as cortesãs nos bairros de Suburra e os favoritos nas tabernas dos gladiadores, e como são ostentosos e nobres, propuseram que se cobrisse o país com um exército de polícia, de devassadores, de executores solitários; depois, foram aos cofres de riqueza da pátria e atiraram às mãos-cheias,

com grande aplauso e alarido, os sacos, as rendas, os dinheiros, às maiorias avassaladas; depois, como iam num crescente orgulho, disseram que desprezavam a imprensa e a opinião do povo; depois, como se julgavam sagrados como o sol, ousaram sujar de violências e de ultrajes a representação livre e pura de uma cidade pura e livre.

Assim tem vindo caminhando sempre, pedindo ostentações, destruindo a riqueza, amaldiçoando a liberdade, negando o direito sagrado dos povos, comprando consciências, fiado na uniformidade servil do voto das suas maiorias, hoje desperdiçador, amanhã insultador, depois inerte e indiferente; ouvindo este clamor de petições, de protestos, de reuniões populares, e esta voz de maresia humana, mais terrível que a voz do equinócio, apregoando a força, abusando da confiança nacional, atirando a todos os ventos da prodigalidade e da fantasia o tesouro que o país tinha acumulado com o suor perdido e as febres do trabalho, esquecendo que existe a liberdade, lembrando-se talvez em segredo que ainda não tem caruncho o pau das forcas, caminhando entre as maiorias, assustado, apupado, repellido, amaldiçoado pela pátria, pressentindo já as vinganças da história, e aquele decreto do povo que tem uma só palavra — *basta*.

Esta situação é anormal: o país está dilacerado; onde se viu este ódio do povo aos ministros, este desprezo dos ministros pelo povo? Quando se pensa nestas coisas, sobe à face todo o calor das indignações justas. Nós não queremos este governo, entendemos que está criando com mãos negras e traidoras as infelicidades da pátria, não lhe queremos confiar o produto dos tributos, que é grande e nascido do trabalho, com medo que ele o desperdice e o disperse sem honra e sem consciência; nós não o queremos, e ele vive, propõe reformas, sobrecarrega as despesas, amontoa os gastos, dá por coorte ao fisco o reluzir das baionetas. E sustenta-se. Mas porquê? Pede humildemente, de rojo e com a cabeça na lama, que lhe deixemos a vida e a farda? Implora a nossa compaixão? Pede misericórdia, pedindo

que o deixemos ainda algum tempo encostar-se aos estofos custosos das salas reais?

Não. Não implora: insulta-nos, insulta a imprensa, escarnece o povo, despreza a opinião.

Porque se sustenta?

O medo? Mas o povo podia, soprando fortemente, fazer desaparecer como uma vista de teatro estas pompas estereis do mundo official.

É o respeito? Mas todos os dias as vozes que protestam, se erguem, bem fortes, bem sonoras, sem medo que os delicados ouvidos ministeriaes fiquem a escorrer sangue.

Porque se sustenta ele ainda?

Que esperança dá?

Trazer economias?

Está propondo desperdícios.

Respeitar a opinião do Povo? Escarnece-a e enlameia-a.

Seguir a iniciativa popular? Repele os conselhos justos do espirito público, desacata o sacratissimo direito da petição.

O que esperamos então?

Pois nós não vemos?

Ele, o ministério, folga no seu próprio descrédito; uma vez que lhe atiraram um pouco de pó das praças à púrpura venerável que os cobre, querem agora empoeirar-se mais, e tanto o fazem que a gente já não distingue bem um ministro de um histrião.

O seu próprio desvairamento irrita-os: «O povo reclama! aquele miserável fala! aquele mendigo tem opinião! aquele vil da lama e dos andrajos toma-nos a nós outros, os reluzentes e os triunfantes, contas do seu dinheiro!... pois bem: aos tributos sucedem os tributos; à penúria sucederá a fome, à propriedade sucederá o proletariado; se se revoltarem serão esmagados. Se não quiserem deixar ver a cor ao dinheiro, havemos de nós querer ver-lhes a cor ao sangue. Os que hoje andam pelas praças, amanhã estarão nas cadeias. E os ousados que quiserem vir mostrar-nos austeramente os seus protestos

e as suas petições, mandá-los-emos apupar pelas nossas maiorias.»

Atenda o povo que o ministério diz isto e pensa isto, ocultamente, nas suas ocultas consciências.

A opposição irrita e faz dos homens bons e compassivos desprezadores implacáveis e vexadores sinistros.

O povo sofre; é a sua condição trabalhar, será o seu destino sofrer? É assim que lhe pagam, a ele que os veste, que os serve, que os alimenta, que os protege, que os eleva? É assim, com o desprezo! Porque é desprezo, e desprezo nunca visto pelo povo e pelo seu trabalho, impor tributos e fazer desperdícios.

O povo quer entregar o seu dinheiro, o povo abnega e abre a sua bolsa ao fisco; fica para si com a fome, com o trabalho, com a penúria, com o cansaço, e dá de boa vontade à pátria a comodidade, a felicidade, o calor e a vida. É uma verdade. Quer dar o seu dinheiro, mas não o quer dar a estes, quere-o dar talvez àqueles, não confia nos que estão de vigia ao depósito: não quer dar o seu bem a guardar ao governo porque o vê sem lisura, sem honra e sem moralidade.

O povo quer levar tudo pela conciliação e pela serena nobreza do direito, mas repelem-no, provocam-no; agrada talvez às vaidades do governo, ele, tão pequeno, tão débil e tão fútil, lutar com esta grande causa tão enorme e tão temida, tão desconhecida e tão terrível, que se chama o povo.

O povo tem a consciência da sua força, agrega-se em reunião nobre e proveitosa, mas não dispersa em guerrilhas e bandos.

Não é pelos campos e pelos vales, mas emboscadas e nos assaltos, que se curam as infelicidades da pátria.

A conflagração de baionetas e de baterias, fulmina e passa; as opposições sossegadas da vontade do povo, ficam na história.

Proteste pois o povo sempre, e em todas as cidades, em todas as vilas, em todos os povoados; se o desprezarem,

reúna-se o reclame: se o insultarem, sofra e diga a sua vontade; se o repelirem, contenha-se e mostre o decreto da sua soberania incorruptível; se o martinizarem, pense na imagem augusta da pátria e sucumba nobremente; mas se ainda assim, terminados os meios pacíficos, as reclamações, os protestos, as reuniões, os pedidos, as súplicas, e se ainda assim estes homens tirânicos e imperceptíveis teimarem em o calcar, em o despojar, em o esfomear, se ainda estiver iminente a ruína dos filhos e dos netos, e perdidas as esperanças, e quase morta a pátria, e abandonada às feras da Europa — então — dê o seu grande brado, e, dizemos isto sem medo, faça reluzir pelas ruas e pelos campos aquelas espingardas patrióticas e aquelas espadas puras que retalharam outrora os bandidos da Península, que se ensanguentaram em 20 e que ainda não estão ferrugentas desde 46.

A entrada do Sr. Lobo d'Ávila na câmara baixa foi a última e mais enérgica condenação do governo; o governo, combatido pela opposição, pela imprensa, pelo entusiasmo popular, foi ultimamente desoladamente derrubado, com a força imutável e impecável das cifras e do cálculo.

O Sr. Lobo d'Ávila provou os desperdícios, inqualificáveis, a pouca honestidade do governo na administração do tesouro, o seu nenhum tacto político, a sua vaidade estéril.

Provou que havia desperdícios enormes e injustos como o campo de manobras, que nada justifica, como a reforma diplomática, de fútil memória; provou que as pretendidas reduções que eram prometidas, eram apenas transformações de despesas; disse, com elevada honestidade e honrosa abnegação, que era necessário suprimir os altos funcionários, os cargos opulentamente estipendiados, o tribunal de contas, o conselho de Estado, o conselho ultramarino, e pediu com grande aplauso a extinção do conselho das obras públicas, de que ele mesmo faz parte; levou à evidência que o governo tinha desperdiçado o crédito; que o déficit ficava existindo, apesar dos sacri-

fícios populares, com vida e com larga duração; que o tesouro fora lesado nos empréstimos de Londres e Paris; mostrou que as despesas cresciam, o crédito estava morrendo, a dívida fundada, aumentada; os sacrifícios não bastavam e o país ia para uma ruína. Falou assim durante duas sessões, serenamente, com elevação e cordura, ferindo a cada argumento o governo, esmagando-o ao peso implacável da argumentação aritmética. Deixou o país esclarecido sobre o estado das finanças, sobre a sorte que o espera, sobre a salvação que deve procurar.

O esclarecimento do estado da fazenda por aquela maneira séria, positiva e clara, é de toda a vantagem para aqueles que podem cientificamente discutir a vitalidade e a lisura deste governo. Ao povo não se pode falar com cifras, com cálculos e com deduções aritméticas, porque ele não tem o espírito preparado para estas compreensões difíceis.

Mas no parlamento é a única, a verdadeira maneira de fazer opposição. As proclamações pomposas, as representações entusiásticas, podem derrubar; mas discussões assim frias, e inteligentes e nobres, esclarecem e aproveitam. Instintivamente todos os olhos do país se vão voltando para o Sr. Lobo d'Ávila como aquele que há-de talvez prestar às nossas finanças a justa atenção zelosa, aquela dedicação inteligente e aquela admirável ciência, pois se não curarem a chaga da miséria, o que é impossível, devem pelo menos melhorá-la, o que é indispensável.

Há dias na câmara electiva o Sr. Mártens Ferrão disse estas palavras memoráveis:

«A representação nacional reside no parlamento, o governo não reconhece outra, e tem a força necessária para manter a ordem e abafar a revolta se ella ousar apanecer.»

Estas palavras memoráveis disse-as o Sr. Mártens Ferrão há dias no parlamento.

O senhor ministro viu que o povo se ia aproximando e

intervindo nos negócios públicos, e quer sacudi-los; sentiu tremer já os braços da revolta, e quer despedaçá-los.

Ao menos, há pouco o povo tinha o direito de protestar, fazendo motim e erguendo guerrilhas; não podia protestar pela imprensa, porque essa era desprezada; não podia protestar pelo direito de petição, porque esse era insultado; tinha só aquele meio violento da força descomedida: não era o mais justo, mas perante a atitude hostil do governo, era talvez o mais necessário. Mas agora, de todos os modos, está suprimido e sufocado.

O senhor ministro assim o declara, porque sabe que no seu sistema político o povo é uma coisa vil e inerte sobre o qual o ministério só se curva para lhe arrancar dinheiro; por isso concentra pela reforma administrativa as forças da nação, por isso se cerca de uma guarda pretoriana que seja pródiga de sangue iníquo, ávida na perseguição e avara de liberdade.

A representação nacional reside no parlamento...

No parlamento não está a representação nacional, está a representação oficial; não está uma representação espontânea, nobre e sentida, está uma representação ensinada e assalariada. O governo pode contar com essa, porque a educou, e porque a afeiçoou a si; o governo e a maioria são como duas figuras de uma tragédia, que se falam e replicam, de há muito ensaiadas nos bastidores. Para assassinar o povo, distribuíram os papéis: o governo é o tirano melodramático, a maioria o coro que aplaude. Aquela representação não é nacional, é ministerial: não representa o povo que a rejeita e que a censura, representa simplesmente os homens que lhe dão os cargos opulentos e os estipêndios largos; a maioria é o corpo diplomático do governo; ele trá-la ostentosa e bem fardada, e engorda-a com a magreza do povo.

O governo não reconhece outra... confessa o nobre ministro que não conhece outra; o governo não reconhece o povo: perante ele esta entidade sublime — a pátria, nada é; as cidades, as vilas, os povoados, os proprietários, milhares de

homens, o exército, os magistrados, as corporações, as câmaras, as associações, tudo isto é imperceptível, é inatendível perante a sagrada maioria. O povo espontâneo e livre, milhares de homens honrados e puros, não valem nada perante os homens avassalados. O que é que o governo está dirigindo então? O povo não, porque o não reconhece. Quem então? Não sabemos, só se governa as árvores e as searas, ou ainda a maioria, que é tão inerte como as searas e tão impassível como as árvores, deixa-se igualmente cortar e transformar. Mas então é um governo sem pátria, é um governo sem país; sem país sim, porque o país lhe retirou o seu apoio moral, a sua confiança, o seu amparo; sem país porque o país o rejeita, protesta contra ele, reclama contra ele, quere-o levar recuando até à aniquilação política; sem país sim, porque o país está revolvendo na mente a estas horas o acto da sua emancipação explosiva.

Aí está como o sr. ministro não reconhece o país; mas o país também de modo nenhum reconhece o ministro.

E tem a força necessária para manter a ordem... Tem a força da guarda civil e de algum regimento mais bem pago. Mas essa é que é porventura a força do governo? Com isso é que ele conta? Pois o governo pode existir no país, estando a toda a hora armado e preparado que o não venham despedaçar?

Dá assim garantias de felicidade pública, de harmonia e de prosperidade? Pois cria-se o governo para ele estar, no meio da nação, em atitude de hostilidade e de malevolência?

Que casa pode ser feliz e bem governada, estando todos os membros da família desconfiados, irritados, armados, prontos ao ataque e ao doesto?

O governo não nasceu para ser força, nasceu para que lhe dessem força; essa força deve vir do povo, que é ele o coração da pátria: são as suas palpitações apressadas que criam a revolta, são as suas palpitações suspensas que produzem a morte.

E essa força, nós não vemos como o país lha vai dando, mas vemos que o país lha tirou.

E abafar a revolta se ela aparecer... Abafar a revolta! Declarar uma guerra civil! Trazer os horrores de uma revolução! Para quê? Para o governo continuar a vestir as suas fardas.

Pois o país rejeita o governo, e ele pretende abafar a rejeição do país? Quer estar violentamente metido nos negócios públicos com oposição da nação! Quer usurpar um poder que todos lhe negam!

O governo entende que está fazendo a felicidade do povo e não quer privá-lo desse contentamento inefável! Lança-lhe tributos, oprime-o, e quando o povo diz: *mas eu não posso*; o ministro responde: *silêncio! hás-de sofrer resignado, e succumbir em silêncio.*

Ele só tem por si a sua própria vontade. Se se votasse a sua conservação, só teria os seus cinco votos. E para que prevaleça a vontade de 5 homens contra a vontade de 5 milhões de homens, haja uma revolução, quando a vontade dos 5 é oprimir, vexar, esmagar os 5 milhões.

Isto nem tem senso, nem justiça, nem moralidade. Promove duas coisas opostas mas ambas lógicas — o ódio e o riso.

De tal sorte que a gente, quando as lembra, não sabe se há-de temer as suas armas e fazer a justiça das praças, se há-de muito galhofeiramente emigrar para bem longe, onde se não ouça o choro do povo.

Mas não, não se deve atraiçoar a pátria, e é uma traição abandoná-la, e é uma traição revoltá-la; o povo deve ter ordem, resignação, força nobre e elevada, sossego, e ampla liberdade de acção.

N.º 20, 17 de Março

Publicamos em seguida o manifesto que o povo de Évora fez contra as medidas do governo, contra o imposto de consumo, contra a reforma administrativa, contra a criação da guarda civil.

É assim que se batem as maiorias parlamentares — pelos protestos das cidades. É assim que o povo colabora nos destinos nacionais.

O povo de Évora não faz requerimentos humildes à câmara, implorando que não vote cegamente os actos prepotentes e os projectos reaccionários; não, mostra o seu manifesto, que é a nobre voz da sua vontade, como um decreto.

Poderá o governo não atender e desacatar; o povo poderá então não atender e ferir! Por cada assinatura que ele vilipendiasse, haveria mil homens que o castigassem.

MANIFESTO DO DISTRITO DE ÉVORA

O povo de Évora vem depor nas mãos da Câmara o seu protesto de severa opposição ao governo. O povo de Évora rejeita o imposto de consumo, a reforma da administração e a criação da guarda civil.

Neste concílio tremendo das cidades e das vilas, de onde sai sonora e forte a voz das oposições populares, o povo de Évora vem dar o seu voto justo e incorruptível, fazer sentir a palpação do seu coração, para que o não julguem prostrado e morto e o não atirem à vala da miséria.

O povo de Évora protesta contra o governo, porque ele, pelo imposto de consumo, representa as imoderadas violências do fisco; pela reforma da administração, representa o sistema estéril da concentração da vida social; e pela criação da guarda civil, representa a intolerância organizada dos antigos regímens.

O povo de Évora não se quer subtrair à imposição dos tributos.

Ele julgaria mesmo o imposto a maneira mais justa e mais eficaz de colocar a sua fazenda, se as despesas públicas fossem nascidas da utilidade e do bem do povo, e se os recursos que o imposto dá fossem administrados com economia, vigilância, probidade e inteligência; se as despesas servissem para acrescentar o poder, a riqueza, a moralidade, a nobreza da nação; se as despesas fossem com um sistema de instrução fecundamente aplicado; se fossem para grandes obras públicas, sabiamente determinadas.

Mas o povo de Évora vê que as despesas são com aparatos de vaidade, com reformas prejudiciais, com um funcionalismo exagerado e corrupto; que são para o governo andar constantemente construindo e recompondo os seus apoios, para pagar à imensa clientela dos sequazes e dos servidores sem consciência.

Vê que não são para instruir o povo, para animar as agriculturas e as indústrias, para fazer as obras precisas e criar as instituições vitais, mas só para comprometer a nossa liberdade, para criar acomodações rendosas e opulentas para os zelosos e protecctionados; para corromper, com desperdício enorme, aquela multidão de funcionários que dão aos governos o apoio do número e do aplauso sem consciência; para criar vãos esplendores, para pagar a um numeroso pessoal administra-

tivo e fiscal que tolhe a liberdade; para criar, com despesa vastíssima e improdutiva, uma polícia vexatória e afrontosa.

O povo de Évora vê isto e protesta então contra os tributos.

Se ele visse que no orçamento não havia uma verba prejudicial, que tudo fora escassadamente cortado, que a lista das despesas fora avaramente redigida, que nenhuma inutilidade tinha crescido, que uma economia vergonhosa mostrava a sua magreza entre as folhas do orçamento, e que ao mesmo tempo o déficit arreigado e inoculado, nascido das incúrias consecutivas, dos maus métodos consolidados, dos desperdícios sucessivos, das necessidades luxuosas da vida moderna, de antigas superfluidades consumidoras, existia imutável e insaciável, então o povo de Évora viria, cheio de instinto de dedicação e do amor do sacrifício, dar o seu pão, o seu trabalho, os seus cansaços dolorosos, o seu calor, para salvar a ruína da pátria.

Todo o homem tiraria a capa, ficaria despido e contente, para cobrir sua mãe, que visse a morrer num caminho deserto, de inanição e frio.

O povo morreria de trabalhos dolorosos e de fomes insaciáveis para que a pátria ficasse liberta e nobre, vital e enérgica, e a não pusessem a um canto do mundo, morrendo ao abandono, de miséria e de inércia, exposta a que os lobos diplomáticos da Europa a viessem morder e retalhar.

Hoje e sempre, o povo pagará tributos mais penosos para que a pátria tenha sempre os cofres bem cheios, a honra bem imaculada, e a liberdade bem resplandecente.

Mas o povo de Évora vê que nesta áspera decadência, de dinheiro e de imoralidade, todos os dias se alargam pomposamente as despesas do Estado e se prodigalizam as reformas custosas.

Assim o povo de Évora só se dará espontaneamente às imposições fiscais quando o auxílio dos recursos tributários for indispensável à salvação da vida económica.

De todos os meios a escolher — para deter o movimento progressivo e irreductível da decadência financeira — os últimos deviam ser os tributos; o governo abandona aqueles meios que salvariam e propõe precisamente aqueles que matam, ferindo o trabalho e a pobreza.

É necessário prever os gastos da vida moderna, absorvedora e difícil; é necessário reduzir o déficit, que ele se não alargue até à mortal bancarrota; é necessário cumprir os compromissos com os ásperos credores do Estado; para levantar recursos o governo podia reduzir o funcionalismo exagerado — o que era uma moralidade; podia cercear as despesas com os ministérios respectivos — o que era uma garantia de mais zeloso serviço; podia abolir as acomodações rendosas, preço do voto das maiorias e das consciências avassaladas — o que era uma elevação de espírito; podia repelir as pompas militares, as inúteis organizações de forças, o resplendor dos estados-maiores e das camarilhas de acampamento — o que era um manifesto de liberdade. Mas não: escolheu precisamente os impostos, que são uma vexação, uma injustiça e um começo de agonia popular.

Dentre os tributos podia escolher aqueles que ferissem o luxo e a vaidade custosa — o que era uma austera moralidade; podia estudar a riqueza nacional, ver os elementos que mais podiam crescer, as indústrias que tendem a florescer, os pontos em que a pequena, a grande agricultura fossem cobrindo tudo de plantações fecundas, e então, conveniente e inteligentemente, lançar o tributo onde ele menos custasse ao país — e isto era uma sábia moderação. Mas não: escolheu precisamente o imposto de consumo — o que é um roubo violento.

Assim o governo, dentre os meios que estavam sob a sua mão para salvação económica do país, despreza aqueles que poderiam salvar e escolhe aqueles que perdem; despreza aqueles que fariam crescer a moralidade, e escolhe aqueles que generalizam a miséria; podia escolher aqueles que fizessem deste povo uma agregação admirável de homens livres, e es-

colhe aqueles que fazem um povo de miseráveis e de proletários.

À proposta que tributa corajosamente a carne, o arroz, o azeite, ajunta o governo uma proposta de reforma de administração e a criação de uma guarda civil.

No momento em que escolhe aqueles meios que fazem principiar a agonia, apresenta medidas que fazem apressar a morte.

Assim há no governo uma má vontade, uma decisão madura e corajosa, de deixar o país esfomeado, indolente, pobre, inferior, amesquinhado.

E como o povo de Évora quer que os governos deixem o país rico, activo, desperto, superior, elevado, por isso protesta, com a sua ideia, com a sua alma, com o seu coração, com a sua força, contra este governo destruidor do bem, e magistrado das injustiças.

Mas o governo, não contente em matar o povo pela fome, quer aniquilá-lo pela organização social: por isso o povo de Évora protesta alto perante os Senhores Deputados contra a reforma administrativa.

A reforma, sob uma aparência descentralizadora e liberal, consolida realmente o sistema de concentração de forças sociais e a extinção da vida municipal. O mal supremo que daqui vem é a morte do patriotismo, o quebrantamento da alma popular.

O patriotismo só existe pela afeição cheia de raízes que prende o povo às localidades.

Ele só ama a pátria por aqueles trabalhos, aqueles descansos suaves, aqueles affectos delicados que tem nos seus vinte palmos de terra, entre a humanidade das veigas e a sombra das árvores.

Só conhece o Estado pelo fisco. Só conhece a Pátria porque lhe dá tributos. Concentrar a justa derramação das forças sociais, abolir a vida municipal e querer substituir aquele vivo e inoculado sentimento da localidade por o amor a uma abstracção, a uma ideia indefinida e inconsciente, é querer

substituir um sólido e fértil patriotismo por um patriotismo vago e infecundo; é querer criar uma unidade robusta com aniquilações e com destroços; é como se para construir um monumento se estivessem primeiro, com grande cansaço, pulverizando as pedras e aniquilando as madeiras.

A direcção dos negócios de todos pertence a todos, temos a câmara de eleição, o que interessa a uma fracção só deve ser resolvido por essa fracção — devemos ter os municípios; o que só tem relação com o indivíduo, deve ser resolvido pelo indivíduo — devemos ter a liberdade.

O homem livre nos municípios livres, representados por uma livre câmara — é esta forma mais fecunda dos governos democráticos.

Portugal hoje precisa mais que tudo de um robusto patriotismo. É necessário que a vida do país seja espontânea e não formulada; é necessário que cada povoado seja uma agregação vital de homens, e não um complemento estéril do mundo oficial.

Os municípios, com a sua individualidade moral, obrigados a velarem pela própria acção, a administrarem os bens peculiares, a animar a ascensão do seu bem, a cortar as fatalidades embaraçosas da vida positiva, a dissolver as dissidências perigosas, a repelir as invasões do princípio autoritário, são uma escola de ideias, de sentimentos, de concepções, uma iniciação de vida política; há ali a lição perpétua dos factos, que organiza a lucidez das inteligências e forma a austeridade dos caracteres. Os municípios, recolhida a sua acção sob saudáveis prescrições, prosperam, dão o robusto instinto da independência e da hombridade, e o feracíssimo hábito da espontaneidade e das tentativas animosas; enrijam a alma popular pelo embate incessante e fortificador de interesses, de organizações, de contrariedades, de trabalhos, pois que a luta é que dá a robustez. Isto é a causa primeira de actividade, de economia, de dedicação, de moralidade, de elevação e de amor da pátria.

E o amor da pátria, mais que nunca, é preciso a este país

enfraquecido e prostrado. Se o povo o não defender, quem o defenderá? Se o povo estiver inerte e estiolado, quem velará pelo país?

Quem se deixa adormecer numa floresta infestada, acorda roubado e nu; e a Europa está uma floresta perigosa!

Ora a reforma, atraindo disfarçadamente toda a palpitação e toda a respiração a um falso coração do país, deixava o povo indolente, esquecido, fraco, inerte.

O patriotismo é gerado de afeições, de hábitos, de recordações — estas coisas só se encontram na intimidade serena da vida local.

É necessário prender os homens àqueles lugares que lhe dão hábitos, afeições, recordações; é necessário dar-lhes nos seus domicílios, nas suas localidades, nos seus municípios, a importância política compatível com a ordem geral. Uma das coisas mais fortes da vida social é o patriotismo da localidade: homens de uma vila, de uma aldeia, de um povoado, não acham contentamento senão naquelas aparências de corpo social que a sua localidade tem; há mesmo aquelas invejas de vilas e povoados que são uma virtude social e uma garantia moral.

Os sentimentos que prendem à vida local, são fortes, desinteressados, imaculados e nobres; os sentimentos que prendem à capital central são frouxos, agressivos, interessados e ásperos. Aniquilar aqueles sentimentos, para desenvolver estes, é uma política deplorável.

Nos Estados em que se destrói a vida parcial, forma-se no centro um outro pequeno Estado que é a concentração das forças, das actividades, das concorrências. Chama-se a Capital. Ali há a perpétua excitação de ambições irrealizadas e de invejas insaciadas; ali nasce a desconfiança permanente, depois o egoísmo, do egoísmo a fatalidade da corrupção, e daí a miséria e os proletariados. O cérebro geral anda aceso e febril com as ambições, com as lutas, com os interesses; ali há concorrência áspera e um frenesi de elevação; ali consagra-se a

dissolução e dissolve-se a virtude. Ali se reúnem as grandes actividades; tudo o que no comércio, na arte, nas letras, na política, na especulação, na vadiagem, é aventureiro e audaz, vai para a capital, porque não encontra na vida local onde derramar a sua força superabundante; e uma capital, passado um certo tempo de centralização e de concentração, é uma arena onde todas as más paixões, todas as devassidões, todos os crimes, todos os enganos, se entrechocam tenebrosamente, com sangue e com choro.

Ali, na cabeça do corpo social, haverá sobreexcitação, concentração de sangue, febre; o resto estará frio, imóvel; será uma congestão social, então começará o lúgubre esfriamento das extremidades e poder-se-á mandar pregar o esquife da pátria.

Os homens, perdidos no isolamento, sem a vida local que tanto amam, com a vida central que nada conhecem, vivem sem passado, sem recordação, sem comoção, e vão-se lentamente desprendendo da pátria, porque a vêem tão vasta e tão organizada, e eles não têm um pedaço de aldeia ou de vila onde vão depor as actividades do espírito. Se prevalecesse a ideia de reforma, todos os que ainda não têm cabelos brancos, veriam em seus dias este doloroso abandono do país.

Digamos a verdade, friamente. No Estado, através de todas as complicações políticas, de todas as aparências organizadoras, interesses bem verdadeiros, e bem reais, só há os interesses locais: os interesses locais tão sentidos e tão queridos — quando são os mesmos, porque então se unem; quando são diversos, porque então se compensam.

As forças particulares enrijam a robustez geral. Na graduação dos sentimentos e das ideias, primeiro ama-se a família, depois estima-se o município, depois respeita-se a província, depois considera-se o Estado: esta graduação insolúvel está no espírito popular como uma construção irruinável. Subtraindo um dos materiais, toda a construção desabararia, esmagando o patriotismo. Num momento de perigo, o amor pela família

aconselha à emigração; o respeito pela província e a consideração pelo Estado, aconselhariam a obediência; só a estima pelo município aconselharia o sacrifício.

A reforma administrativa é disfarçadamente, sob um aspecto liberal, num futuro vizinho, esta concentração de forças e de prestígio; é esta atenuação da liberdade, pela extinção do cidadão; é esta transformação de uma agregação de homens livres num rebanho de indolentes, de indiferentes, de inertes; é enfim aquela política, estreita e antiga, de onde o povo era afastado e onde não tinha eco o clamor das multidões.

E todavia quem deve criar a vida da pátria é o povo; enquanto o povo não tiver uma interferência directa na acção do país, nunca realizará a sua felicidade; enquanto o povo não tiver uma vontade actuante e respeitada, a liberdade é para ele uma inutilidade, que atirá, de bom grado, ao vento feroz da conquista.

O governo, neste país, é um grupo exclusivo de homens que parecem ter a virtude oculta, o segredo, a ciência misteriosa de governar; é uma magistratura suprema enfeudada numa certa família de chefes, que a ninguém deixam as insígnias sagradas e a púrpura distintiva. Só eles são os que concebem e os que pensam, os que dão a força e a luz.

O povo é excluído dali, a voz das praças desprezada, arremessado para o monturo o papel das petições.

Mas devem saber que a pátria não é como aqueles antigos templos onde só tinham acesso os iniciados; é um amplo espaço onde todos podem vir trazer o seu voto, fazer sacrifícios, mostrar a sua vontade, dispor e elevar o espírito. Se o não deixarem, ele poderia penetrar com mão rude no templo inacessível, e pôr-se a cantar a missa estridente da Liberdade, e a fazer ouvir no púlpito a voz da Revolução.

O povo de Évora protesta perante a câmara contra a criação da guarda civil.

Ele sabe que aquella medida não é a realização sensata de

alguma necessidade sentida, mas o complemento de um sistema de pressão, de afronta, de sufocação de liberdade.

O povo é sossegado, fiel e bom, laborioso, sofredor e compassivo; o exército é valoroso, enérgico e justo; não há pelo país nem revoltas militares, nem saques de cidade, nem levantamentos anárquicos, nem emboscadas de guerrilhas. Para que é então a criação da guarda civil? O governo quer uma força assalariada para repelir a justiça do povo e o direito armado? É para vexar o contribuinte? Para sufocar o direito de petição? Para abafar os protestos justos? Para criar a desunião?

A guarda civil não é uma polícia para a pacífica tranquilidade do país, para a criação da florescência e do sossego, para a serena e moderada consolidação da harmonia e da ordem; será para apoiar com a ameaça constante das armas a opressão constante do governo?

Não pode ser como meio de defesa; seria uma ofensa inexplicável ao exército a criação de um corpo de defesa, assalariado nas intimidades do governo, saído das librés e das criadagens oficiais, para lhe tirar o direito de velar e defender a pátria.

A polícia não deve sair dos limites administrativos; a guarda civil é uma polícia política, de espionagem e de afronta, de vexação e de insulto: essa não protege, repele; não defende, acusa; não vela, espiona; não dá descanso ao espírito e dá miséria ao corpo. É dos regímens tirânicos.

É a polícia covarde e devassa do baixo império: polícia de domesticidade, impopular, guarda pretoriana, inadmissível num país livre onde há homens honestos a dirigirem cidadãos, e não favoritos a mandarem libertos.

Com a criação da guarda civil a despesa aumenta em centenas de contos; para isso é que se tributa o azeite, a carne, o vinho, o arroz; o trabalho do povo é convertido em canga do povo; semeia cansaços para colher misérias. Por cada migalha de pão que lhe roubam, dão-lhe um guarda civil que o vexa.

Assim o povo de Évora declara energicamente a sua oposi-

ção nesta assembleia parlamentar que tem por sala o país, se o governo está sentado *na direita*, cercado das suas maiorias, o povo de Évora, acompanhando o justo sentimento dos seus irmãos de Lisboa, do Porto, de Pontalegre, de Viana, de Setúbal, de Guimarães, de Braga, senta-se resolutamente *na esquerda*.

E se é certo que neste corpo social, como no corpo humano, o *lado direito* é que tem a massa dos músculos, a energia nervosa, a força; é certo que aqui, como no corpo humano, é do *lado esquerdo* que está a região do coração.

Senhores Deputados, o povo de Évora protesta entre um concílio da soberania popular e não entre um motim de vagabundos: como tal espera ser respeitado e atendido; di-lo com nobre orgulho, a sua opinião sai profundamente das praças — por isso tem por irmãos gémeos a liberdade, a independência, a moralidade, a lei.

Pressente que nesta decadência da pátria não só são muitos mil contos que se desperdiçarão, são muitos mil santos direitos que vão ser sufocados; e o seu corpo clama pela abundância, como a alma chora pela liberdade.

O povo de Évora viu, com mágoa, desacatada a livre representação de uma cidade livre.

Ele espera que a sua reclamação seja cercada de respeitos, porque anda fazendo uma gloriosa opposição de povo, e não um assalto de guerrilha.

Perante uma câmara livre protesta como um povo livre; a revolta pertence ao escravo, a petição ao cidadão.

Quando o povo de Évora se sentir escravizado, então proclamará ao vento de desolação e de morte o fim das tutelas injustas!

Hoje o povo de Évora protesta na esperança de ser atendido: porque ele tem a certeza e consciência de que há na vida moral da Pátria um grande direito sagrado e um grande Dever imprescritível: Vontade do povo manifestamente expressa — eis o Direito; Vontade do povo religiosamente aceite — eis o Dever

O governo quer a autoridade, o povo quer a liberdade: o imposto, a centralização, a guarda civil, a organização da diplomacia — significam que o governo quer edificar os seus apoios sobre a autoridade. Os *meetings*, os protestos, as petições, as reclamações, significam que o povo quer fundar a sua vida na liberdade.

Todos os dias dizemos liberdade; é necessário não iludir o povo, e fazer-lhe sentir quanto há de divino, de grande, de nobre, de santo, de útil, nestas quatro sílabas — li... ber... da... de.

- A liberdade significa:
- A instrução do povo;
- O fim da força;
- A extinção dos privilégios;
- A razão pública governando;
- A completa reforma dos abusos;
- As penas e castigos do código, adoçando-se;
- A justiça protegendo a todos;
- A economia prevalecendo;
- A simplificação da administração;
- A morte das polémicas vãs;
- A consolidação do crédito público;
- A divisão racional do trabalho;
- O acréscimo do consumo;
- O desenvolvimento da produção;
- A consolidação da paz;
- A atenuação da miséria;
- A universalidade do bem-estar;
- A transformação do imposto.

Agora saibamos o que vem dos governos autoritários, quais as grandes características que os fazem distinguir — pelos sinais do mal.

A autoridade quer:

A ignorância do povo. O governo tem porventura fundado escolas e derramado um sistema de instrução?

A preponderância de uma classe. O governo não tem desacatado e desprezado a opinião das praças?

O arbítrio da polícia. O governo não quer criar uma guarda civil, para ter quem possa corajosamente metralhar a justiça?

O aparato da glória. O governo não fez Tancos, não promoveu a criação de um monumento estulto?

O abuso da força. O governo não declarou que esmagaria o povo, se ele fosse procurar à revolta os meios de protesto que lhe negam quando ele emprega as formas constitucionais?

As prodigalidades do favor. Não tem o governo arregimentado homens e homens que o cercam com aplausos, e com vozearias laudatórias, que andam por entre a massa popular pregando o verbo governamental?

Os rigores da inquisição, a sufocação do pensamento, a escravidão da palavra, o suplício do silêncio. Pois o governo não exerce esta tirania contra aqueles empregados que pela imprensa combatiam as suas medidas?

A dilapidação do tesouro. Será necessário prová-lo? Não se vêem bem claras as prodigalidades, as despesas, os desbaratamentos?

A pressão do imposto. Será necessário prová-lo? Não vêem todos que o governo, entre os meios de obter recursos, escolheu os mais penosos para o povo — os impostos; e dentre os impostos, escolheu os mais dolorosos para os pobres — o imposto do consumo?

Ausência de vigilância eficaz. Será necessário prová-lo? Não vêem todos os habitantes das províncias como são dirigidos pelos empregados de confiança do governo? Como todos esses empregados abandonam tudo ao desleixo, deixam estragar tudo pela ferrugem da miséria? Como se fazem chefes de facções, opressores da honestidade e da lisura? Como por

todo esse país os povos estão clamando contra os empregados do governo? Como toda a imprensa sensata lhes faz opposição? Como eles postergam a dignidade dos cargos entrando na domesticidade governamental?

Interdição do livre exame. Pois não é verdade que o governo cerca o seu orçamento de mistérios e as suas contas de obscuridade?

Imobilidade do espírito, da alma nacional. O que tem este governo feito em bem do país, que leis, que medidas, que organizações, que sistema, que iniciativa?

Ou não tem feito nada, ou tem cometido o mal. Isto são factos, homens do povo!

Por toda a parte se fazem representações, reclamações, protestos: daqui a pouco, todo o país, sem excepção de uma cidade, de uma aldeia, de uma vila, estará fazendo opposição hostile ao governo, desconfiado, ameaçador. O que será então? É um dilema assustador. Se aceita os protestos, tem de se retirar das cadeiras governamentais; se repele os protestos, provoca a revolta.

O governo não pode ser governo contra a vontade do país. Se não reconhece ao país o direito de representação nacional, não a reconhece também à câmara, porque os deputados são delegados do povo — e só pode delegar o poder de representar quem tem o direito de representar por si. De modo que se o governo não reconhece o povo com direito de representação, não reconhece a câmara, que é simplesmente a procuradora desse povo. Esta é a força do dilema. Se reconhece o país, tem de cair; se não reconhece o país, não reconhece a câmara, não reconhece a maioria, não reconhece o seu apoio, tem de cair. É lógico.

Mas o governo diz em palavras que reconhece o direito de petição, e em obras não atende esse direito. Embora um

governo se julgue o único capaz de salvar o país, não tem direito de existir contra a vontade do país.

Não despertemos a questão da soberania popular, porque então muitos serão os derrubados e poucos os eleitos.

Nós vemos que as petições têm sido baldadas, os manifestos desatendidos, as reclamações esquecidas. Parece que as paredes da câmara são tão espessas que as não atravessa a voz do povo. Ao princípio dizia-se: quando o povo reclamar e se fizer ouvir, o governo cederá. Hoje vê-se que o governo não atende e que não cede.

A maioria tudo vota, tudo aceita, tudo aplaude.

Não queira o governo que nós um dia nos arrependamos de termos sido moderados. Tem-se votado tudo. Quanto mais o povo fala, maiores são as votações; quando uma manifestação vai fazer dobrar para a banda do povo a balança dos destinos do país, correm logo mais vinte votos, mais trinta, mais cem, a estabelecer o equilíbrio, carregando o outro prato.

O povo desconfia que é desprezado. Quem anda entre ele não vê que sinistros planos de emancipação ele revolve na mente.

Daqui a pouco o dever da imprensa, será talvez conter os ânimos, esclarecer os espíritos exaltados, suster as mãos indignadas. O povo não compreende nada do jogo financeiro, não entende a cotação dos fundos, não sabe o que é dívida flutuante nem dívida consolidada, não sabe os contratos dos governos com as agências e com as casas bancárias. Vê só que lhe tributam o alimento, que impõem as necessidades da vida material, que o tolfhem de viver, que lhe embaraçam a existência, já penosa, com as dificuldades do pão. O povo vê isto. Se ele um dia se erguer, se a sua cólera explosiva ameaçar derrubamentos e aniquilações, debalde lhe explicaremos que o imposto é necessário, que não tínhamos crédito na praça, que negociamos na baixa devendo negociar na alta; debalde acarretaremos montes de cifras e citações, e trechos e documentos, ele sacudirá tudo, e seguirá com o estrondo terrível da justiça

indignada. Haja cuidado. O governo semeia despezos para colher castigos.

A indignação lavra com tanta força que se pode estender até ao coração da maioria. O governo está sendo apoiado hoje por homens que o abandonarão numa crise tumultuosa.

Nenhuma maioria se sujeita ao ver de frente e corajosa, a cólera popular.

A maioria deve lembrar-se que ela será sacrificada, insultada, indivíduo por indivíduo, peito por peito. O povo sabe que é ela quem sustenta o governo no parlamento; e sustentá-lo no parlamento é sustentá-lo perante o país, porque no mundo oficial e governamental convencionou-se em considerar como país só aquele espaço que fica entre as paredes de S. Bento.

Fazemos modestamente estas reflexões aos amigos do governo: não serão atendidas de certo; mas regiões ministeriais anda igual a surdez dos ouvidos pela rigidez do coração.

Possam todas as coisas correr sempre nesta hora de luta o mais vizinhas possível da honestidade e do bem, para que nos não obriguem a isto: em lugar de fazer reflexões ao governo, atinar proclamações ao povo.

N.º 21, 21 de Março

Na sessão de 16 de Março do ano da graça de 1867, numa hora de servilismo e de abaixamento moral, a câmara dos deputados votou por 100 votos contra 47 o imposto de consumo.

Possa Deus permitir que um dia a história diga: no mês de Março do ano da graça de 1867, o povo, numa hora de justiça e de consciência, votou por unanimidade o fim das corrupções oficiais e das maiorias devassas.

O Povo reclamou, reuniu-se nas praças, assinou manifestos, ergueu representações; a maioria da câmara dos deputados votou o imposto de consumo.

O Povo há-de protestar, pedir, atemrar a camarilha com o aspecto da sua vontade explosiva; a maioria da câmara dos deputados votará então o fim da liberdade.

Nada há a esperar. De ora em diante as representações são inúteis, os manifestos improveitosos, as petições desnecessárias. A voz do povo não foi escutada; será escutada a voz da revolta?

Da vida do país foi riscado este elemento — o Povo: riscado pela voz desprezadora dos ministros e pelas votações tirânicas da maioria.

O país está perdido; temos em perspectiva a bancarrota, a prosperidade nacional quase extinta, o fim das liberdades próximo já. O estado da Espanha é doloroso, para lá caminhamos nós. O governo está modelando o seu sistema político pelo sistema opressor do ministério militar de Narvaez.

Pensa que estes dois países, iguais no solo e no clima, devem ser iguais na escravidão; pensa que a identidade das raças deve produzir a identidade dos males. Quer ter a glória de ser tão amaldiçoado como os reaccionários de Madrid, por uma nação tão infeliz como a Espanha.

Para isso prega o povo nesta cruz dolorosa, de onde não há ressurreição.

Quando os antigos tiranos da Bíblia eram mais que nunca devassos, vis e ébrios, veio o Dilúvio e levou-os a todos; estes tiranos imperceptíveis estão também cambaleando numa orgia oficial, virá talvez para os levar um dilúvio de sangue.

É necessário que o povo se una e que tenha acção; os desígnios justos só se realizam por uma acção permanente e infatigável.

É necessário que o povo se reúna, que nomeie comissões, que se agregue em clubes, que faça ajuntamento onde defina a sua vontade: que se manifeste, que se faça sentir, que não adormeça chorando desgraças, mas que acorde castigando afrontas. Qual será o povo que se deixará indiferentemente esmagar e afrontar?

Hoje insultam-no, amanhã votam o imposto do consumo, depois desprezam-no, castigá-lo-ão de tributos extraordinários, depois será suprimida a liberdade de imprensa, depois criada a guarda civil, depois centralizado o poder, depois restaurado o crime de morte para os atentados políticos, depois declarado o país em estado de sítio, depois criadas capitánias gerais; e depois, enfim, consolidada a ditadura e proclamada a tirania. E o povo então, quando se quizer mover, sentir-se-á esmagado,

preso, inutilizado e esfomeado. É necessário reclamar à câmara dos pares, depois peticionar ao rei.

Se ainda assim não for o povo atendido, então deve tomar nas suas mãos os destinos do país, sacudindo para além da fronteira este mundo oficial, devasso, infame, vexador, pródigo, reaccionário e ousado.

N.º 22, 24 de Março

Quando pesa violentamente sobre a nação um governo que nem a opinião aceita, nem a sua lisura inocente, nem a sua moralidade consolidada, nem as suas tradições amparam, toda a opposição que não é friamente sistemática, mas momentânea, explosiva, procura todos os meios de repulsão e de ataque, peticiona, proclama, tumulteia nas praças, prega nos clubes, transforma a indolência popular, sacode do seu adormecimento animal o espírito político, pede a todo o braço um auxílio, a todo o espírito um apoio, interrompe-se, tem cóleras fulminantes, desesperos irreductíveis, vozes vãs de anarquia, arroja-se imprudentemente, recua sem ordem, tem uma audácia sem experiência e um valor sem estudo. Foi assim no começo a opposição a este governo. Passado o primeiro ímpeto, a livre explosão reflecte, sossega, calcula, combina as forças, domestica as cóleras, educa as multidões, aceita a inspiração lenta e escassa da experiência, deixa amadurecer as ideias e enrijecer as opiniões, e depois transforma as impulsões populares em movimentos sábios e calculados, os gritos de ataque em argumentação lúcida e penetrante, as pesquisas em petições, os tumultos das praças em nobres assembleias, em lugar de andar occultamente arranjando armas, anda claramente combinando ideias. É o que faz hoje a opposição.

Viu-se como estes princípios de opposições populares foram

infecundos e vãos. Deixou-se vaporizar e perder muita força vital, muito enérgico calor, que, chamados e educados para um intento único, determinaríam o fim desta tutela dolorosa que o povo sofre. A anarquia do entusiasmo deve seguir-se a tirania do cálculo.

O povo reclamou, foi desprezada a sua opinião; peticionou, foi injuriado esse direito; pensou, foi-lhe negada essa faculdade.

Por todos os meios representou à câmara dos deputados que não aprovasse os impostos de consumo, que eram a miséria das classes populares, a atenuação da produção, o entorpecimento do trabalho, a consumação da riqueza pública; a câmara votou os impostos de consumo por uma escura e cerrada maioria.

Nas formas constitucionais não se pode combater um governo que tem assim uma maioria dedicada; todas as medidas ruinosas serão votadas; todas as prodigalidades, aplaudidas; todas as vexações, santificadas.

Um governo assim pode ainda cair pela opinião, pela opposição do jornalismo livre, pelo descrédito popular, pelas agressões que saem das praças, pela manifestação legal da rejeição do país; mas quando esse governo despreza os protestos, as manifestações, as opiniões populares, o voto nacional, a unânime opposição do espírito e das vontades, então só se pode evitar a revolta destruindo a maioria.

Esta é a ideia única, a que toda a imprensa se deve ligar, que se deve ensinar ao povo, que se deve pregar como o verbo da salvação. Destruir a maioria.

O governo está levando o país à miséria pelo imposto, à estiolação pela centralização, ao fim da liberdade pelo começo da polícia e das instituições reaccionárias. O governo está abandonado pelo país e apoiado pela maioria. O governo só tem a vida que a maioria lhe dá; os passos que ele dá para o mal, é ela quem os sustenta e os aplaude; o fim da maioria

significa o fim do governo, o fim do governo significa o fim da vexação.

Ora, será muito difícil ao país destruir a maioria? Não! Os deputados da maioria são procuradores que atraíram os seus constituintes. O país pode causar-lhes a procuração.

Se ele lha deu para que eles velassem pelo povo, e eles o estão vexando, têm o direito a chamá-los à acusação e interrogar-lhes a consciência; e se lá dentro encontrarem o negro germen da traição, cassar-lhes os seus mandatos.

O povo escolhe quem o vá representar no concílio nacional: cada círculo, cada povoado, cada vila, tem um interesse a conservar, uma necessidade a realizar; ele escolhe no seu deputado quem vá defender esse interesse, acusar essa necessidade; todos os círculos, todos os povoados, todas as vilas, precisam de leis, de instituições, de escolas, de elementos de administração e de vida social; quando escolhem a soma dos seus deputados, é para que vão discutir serenamente esses negócios públicos e talhar a vida do país.

Cada deputado vela pela vida dos seus constituintes, e pelo outro constituinte geral e comum, constituinte soberano, que se chama o povo.

O constituinte, quando escolhe um deputado, não quer erguer um ditador; quer quem peça para ele justiça, e não quem lhe reparta opressão.

O constituinte não abdica os seus direitos quando os delega noutra. E ele delega um direito quando nomeia um procurador. Procurador que trate as suas eternas demandas da Razão e do Direito. Nenhuma filosofia ou sistema social dá ao deputado mais que um direito conferido de mandatário e de procurador.

Ninguém tem obrigação de que lhe advoguem os seus interesses contra sua vontade: ninguém tem obrigação de sustentar o seu mandatário quando ele descure ou atraíça.

O delegar poderes importa possuir direitos. Quem possuir um direito e um poder e o delega, tem direito a retirá-lo. No

caso contrário a delegação era uma coisa illusória, não se devia chamar delegação, devia chamar-se abdicação.

Se a nomeação do deputado fosse abdicação do direito do constituinte, o deputado seria um eterno procurador; só lhe acabaria o mandato quando lhe acabasse a vida. E o constituinte não podia nas eleições seguintes ir delegar um poder que já tinha abdicado e que já não possuía.

A câmara dos deputados é apenas a forma concisa da soberania popular. O povo, pois, tem direito a cassar os mandatos daqueles seus procuradores que estão votando que ele tenha fome. Assim a maioria finalizará pela justiça, como começou pelo patronato.

Nesta cidade o descontentamento é profundo, porque os deputados deste distrito têm seguido a coorte ousada dos escândalos e das devassidões. O deputado por Évora, Alves do Rio, votou o imposto de consumo. O deputado por Montemor, J. António Viana, votou o imposto de consumo. O deputado pelo círculo de Reguengos absteve-se de votar nesta questão, ou julgando-a muito honesta para se lhe poder opor, ou julgando-a muito infame para a poder votar, mas tem-se enfileirado nos bandos da opposição, até hoje.

O deputado por Estremoz tem a honra de fazer parte deste ministério, que condecora Narvaez e cria a guarda civil.

Os deputados que têm formado a maioria são os acólitos eternos desta grande celebração de injustiças. Ou o fazem por ideia espontânea, ou por sujeição devassa: se o fazem espontaneamente, são iniciadores da opressão, adoradores da violência do fisco, criadores da miséria do povo; o povo deve renegá-los como seus procuradores e apupá-los como ineptos. O povo quer deputados, simples, honrados, lhamos, económicos, rudes, que saibam esclarecer a verdade, votar a justiça, apoiar o direito, proclamar a razão; que se não deixem aterrar pela sombra ameaçadora da dissolução; que prefiram o abraço do povo ao sorriso do ministro; que não sejam deputados por aparato, mas defensores por convicção.

Se a maioria existe, é por culpa do povo; se o imposto de consumo foi votado, é por culpa do povo; se as medidas restantes forem opressivamente legalizadas, é ainda culpado o povo. Se na vida nacional as maiorias nada são, na vida constitucional são tudo. Os governos que as têm, poderão ser amaldiçoados, mas governam. E quando esses governos desprezam o povo, a opinião, a imprensa, então serão tão duradouros como as suas maiorias e tão persistentes como a sua devassidão.

Nada há a esperar se o povo se não decidir a reunir, nomear comissões, agrupar-se em clubes, discutir aí serenamente e placidamente o comportamento parlamentar dos seus deputados, e dar-lhes todo o seu grandioso apoio, se eles forem justos e elevados; e quebrar-lhes perante o país, com afrontosa energia, os seus mandatos, se eles forem covardes, devassos e ineptos.

N.º 23, 28 de Março

O *meeting* de Lisboa não aumentou a oposição: corroborou-a: foi o voto daquela cidade.

Mas além disto, significa a organização da oposição: neste combate, os entusiasmos dividiam; é necessário que hoje os sistemas consolidem; assim sob a acção lenta e permanente de uma oposição regular, sistematizada, distribuída e harmónica, o governo perderá lentamente aquele resto de força que ainda o prende às cadeiras, acobertado pelas maiorias e confiado na força. Esta é a verdadeira revolta: a organização da oposição é a revolta da ordem contra a anarquia afrontosa.

Dentro em pouco veremos o governo isolado, perdido no meio de um país sensato que realiza a sua vida social, e cria as suas leis, e colabora no seu destino, aceitando a intervenção oficial para as exterioridades prescritas.

É a isso que nos leva a organização da oposição, e a *união patriótica* constituída pela comissão do corpo da guarda.

Essa, a grande entronização da justiça popular: isso mostrará que se não despreza impunemente a opinião das praças e a discussão dos jornais; pois quê? Era possível que o povo continuasse neste estado de vexação, vendo-se desatendido, roubado, desprezado, escarnecido? As violências do fisco acresciam as ofensas dos ministros, andavam matando o corpo do povo porque lhes regateavam o pão, andavam matando a alma do povo porque lhes negavam a opinião.

Era necessário diante de um governo mal aceite e impopular, criar um governo popular, benquista e honesto; o governo não quer ceder, abafou o direito de petição, para ver se talvez despertava o direito de insurreição.

O governo queria a revolta; a revolta justifica a ditadura e a intervenção estrangeira. O povo, que não quer a revolta, institui-se governo pelas suas comissões, nomeadas pelos *meetings*, pelos seus jornais, prepara-se a criar a vida do país, sem a colaboração funesta das maiorias impudicas e das camarilhas libertinas.

Este pensamento vai aparecendo: união de todo o jornalismo da opposição, comissões permanentes, representando a vontade popular, união para o fim político, reuniões, assembleias regulares para a decisão dos negócios públicos; é isto que vem trazer este despertar do sentimento político do país; perante esta serena opposição não pode o governo bradar pelas baionetas espanholas que o venham socorrer, há-de ceder à invasão da maré.

Por decreto de 21 de Dezembro, o governo português condecorou com a grã-cruz de Avis o general Narvaez. É assim que o governo enfeita e corteja todo o sangue liberal e popular que desde a cabeça até aos pés cobre o duque de Valência.

O general Narvaez, repellido por todos os espíritos, apontado às acusações da história pela imprensa da Europa, tirano, ditador, sanguinolento, deportador, doutrinator, vingativo, amaldiçoado pela Espanha, irmão dos carrascos da Polónia e dos assassinos da Grécia, assolador de uma nação generosa e nobre, é acolhido, respeitado, amado, condecorado, admirado, seguido, apoiado — pelo governo — que pelos seus cinco membros representa as cinco chagas do país: Traição, Absolutismo, Militarismo, Indiferença, Devassidão.

Os homens que são a alma deste governo, têm realmente semelhanças vergonhosas com o general Narvaez.

Como o general Narvaez, têm a vaidade risível das aristocracias contemporâneas e fazem reluzir com ar pueril as suas fardas; como ele, mostraram a sua cruz de Calatrava e o seu manto de Montesa; como ele, querem esconder a sua origem plebeia e rasteira com as ostentações de uma oligarquia opressiva: como ele, para alcançar o que a cobiça lhes pede, obedecem ao que a camarilha lhes exige; como ele, só conhecem como meios políticos de suster as oposições o reluzir de baionetas e a conflagração de baterias; como ele, procuram restaurar os velhos sistemas; como ele, corrompem com dádivas e amedrontam com ameaças; como ele, amam o poder pelo poder; como ele, procuram dobrar a sorte popular à sua vontade inalterável; como ele, são impopulares e aborrecidos; como ele, não podendo sustentar-se pela liberdade, querem talvez sustentar-se pela ditadura.

Por isso lhe dão brindes oficiais, de condecorações e de grã-cruzes.

Mas quer o povo saber a terrível verdade? Saber o que se recompensa ao general Narvaez?

O governo recompensa a política de Narvaez, que é de vinganças e tiranias; recompensa os assassinatos do povo e os fuzilamentos dos liberais; aplaude Narvaez porque ele promoveu os sucessos lastimáveis de 1841, aplaude a traição feita à milícia nacional de Madrid e as execuções de garrote sem culpa formada; glorifica Narvaez por ter mandado contra os lares dos pobres e das famílias inocentes uma negra coorte de polícias, de bandidos e de afrontadores; aplaude-o por ter feito da sua espada a lei da Espanha; exalta-o por ele ter edificado a sua ditadura sobre milhares de cadáveres, sobre muito sangue perdido, sobre um monte de ossadas dos liberais enforcados, sobre as famílias desonradas e perdidas, sobre os montões de presos, esfomeados, atirados para o frio das enxovias; aclama-o pelos seus feitos na Mancha, onde foi mais feroz que os tiranos, mandando fazer suplícios, restaurando a tortura, mandando matar com uma crueldade inqui-

sitorial, fazendo queimar prisioneiros e fuzilar crianças por roubarem laranjas; santifica-o pelos processos intentados, pelas condenações de garrote, pela pressão sobre a imprensa, pelo procedimento com os deputados unionistas; dá-lhe a cruz de Avis pelas deportações para as Filipinas, pelos fuzilamentos de Madrid, pelas matanças cruéis, dolorosas, ímpias, de Sevilha, de Huesca, da Galiza e de Arabat.

Aí estão os feitos por que o governo de Portugal condecora o general Narvaez.

Algumas das câmaras municipais do distrito vão representar contra as medidas financeiras e policiaes do governo.

É uma nobre acção; tutoras dos povos, as câmaras municipais devem, em nome da lei e da justiça, opor-se à grande invasão do Arbitrário; desligadas de facções, como devem ser, independentes de partidos, longe de intrigas políticas e de parlamentares, o seu único intento deve realizar a felicidade do povo e proteger-lhe a sua liberdade: a liberdade, a felicidade popular, é o depósito sagrado que lhe é entregue no dia da sua eleição. Quando as câmaras vêem que alguém, impiamente, vai violentar aqueles bens invioláveis, ergue-se e protesta.

O seu protesto é um decreto.

Desgraçadas aquelas populações onde as câmaras municipais, por espírito de facção, por contemplações de partidos, por vingança opressiva de velhas desinteligências, descumram o seu dever e deixam o povo ser esmagado pelo fisco, morto pelo sistema social, vexado pela polícia política, que não é de acção protectora, mas de reacção afrontosa. Essas câmaras são coniventes na desgraça dos povos, devem ser envolvidas nos castigos da opposição.

Esperamos os actos da comissão nomeada pelo *meeting* de Lisboa. Devem ser no sentido de organizar a opposição:

composta talvez de diversos elementos políticos, deve ter só por fim a severa e pacífica resolução desta crise.

Muitos destinos lhe estão affectos. Quando a vontade popular se torna uma arma regular, um sistema de ordem, é uma garantia de liberdade, de emancipação, de prosperidade. O povo hoje conhece bem o que quer; não pressente talvez a realização mais legal e mais nobre do seu direito; mas, com o seu senso justo e profundo, quer antes de tudo certas coisas vitais que são para a nação o que é a circulação, a respiração, para a economia animal: a honestidade, a lisura, o amor da pátria, a protecção das classes pobres; sente que são estas as necessidades primeiras da vida política do país; pressente que antes de organizar, é necessário que tenha a honestidade de obtê-las, nunca lesar a fortuna pública, que sem o amor da pátria nunca se consolidará verdadeiramente a segurança do nosso destino; que sem uma protecção às classes operárias e pobres nunca haverá elevação social, atenuação dos males e da miséria, generalização do bem-estar.

N.º 24, 31 de Março

Retiramos hoje o nosso artigo principal para dar o lugar de honra a uma correspondência de Lisboa do nosso director político sobre a situação geral das coisas públicas

Meus amigos — Cheguei a Lisboa para ver esta pobre terra ordinariamente fértil e distraída, embaraçada agora com a resolução dolorosa da situação política.

Pelas praças, pelos peristilos dos teatros, pelos cafés, pelas salas, se embate na voz popular esta suprema questão, que é uma questão de prosperidade, de vida e de liberdade.

A todo o momento se espera uma solução; ou solução pacífica e constitucional, ou solução violenta de aclamações e de destruição.

E devo dizer-lhes a verdade: a decisão serena e legal parece improvável. O governo, desde o momento que quis adormecer o direito de petição, fez acordar o direito de insurreição.

E é esse direito que inspira as indignações, é ele que agrega os *meetings*, é ele que preludia os tumultos e fortalece a voz da opposição.

Realmente este estado sonolento, estéril, de oculta dilaceração, não pode durar.

O crédito todos os dias esmorece, as inscrições descem fatalmente, o serviço público está desorganizado e afrouxado, o comércio petrificado; nenhuma transacções, nenhuma con-

fiança. Parece por este país sentir-se aquelle silêncio e aquelle vazio unânime que nas legendas antigas precedia sempre a destruição das cidades.

No meio de tudo isto, os mais indiferentes não podem deixar de pensar, e os mais desconfiados não podem deixar de aplicar o ouvido, a ver se sentem já o rolar do canhão estrangeiro!

A todo o momento se esperam notícias do Porto; o começo do motim, no Bonfim, é um daqueles ruídos que precedem no mar os temporais; os amigos do governo querem atenuar a importância daquelle pequeno movimento, dando-lhe o carácter de assuada imprudente e de gritaria excepcional; querem dizer que a população séria da cidade foi estranha àquella demonstração significativa. Isto era talvez verdade, se fosse o primeiro sintoma de descontentamento popular: mas depois dos *meetings*, depois das representações, depois do voto de censura, depois da comissão do corpo da guarda, depois de um protesto de 14 mil habitantes, aquelle pequeno motim tem já todo o parecer de um começo de solução.

O senhor governador civil do Porto deu, pela sua imprudência, ocasião àquella violência; a comissão nomeada no corpo da guarda declarou que não continuava tomando a responsabilidade da ordem.

O Porto tem sido desconsiderado: desconsiderado na sua índole, na representação legal da sua câmara, insultado, desprezado; isto é verdade, apesar de todas as frouxas atenuações que se querem fazer, as palavras saídas da maioria, nesta questão do Porto, vinham cheias de desprezo.

Eu, medindo esses factos todos, considerando-os, parece-me que chegou o momento da operação dolorosa, a não ser que venha a cura pacífica.

Aqui há duas coisas: o *meeting* de domingo em Lisboa e a attitude do Porto; estas duas coisas hão-de fazer cair a situação, ou pela maioria ou pela revolta.

No *meeting* foi nomeado presidente da comissão o senhor

duque de Loulé. No entanto, ainda se não sabe se ele resignará ou aceitará essa supremacia popular; parece que aceita; as folhas ministeriais, pelo menos, parecem considerá-lo como verdadeiro presidente da comissão; e se o duque estivesse nas intimidades ministeriais, ou antes, se o ministério estivesse nas intimidades ducaes, as folhas do governo bradariam bem alto que se tinha abusado do nome do senhor duque para o fazer chefe de uma opposição que ele desconhece e que combate, votando com o governo.

Mas os fracos jornais da situação falam de modo que parece que se vêem abandonados por aquele forte apoio. O senhor duque está em Vila Viçosa; logo que ele volte, a sua atitude nas câmaras será o seu respeito.

E se o senhor duque aceita, pouca vida tem o ministério.

E se o senhor duque rejeita a presidência da comissão? Então muita vida terá a insurreição, porque o governo conserva a sua maioria parlamentar, e o povo não quer nem o governo nem a maioria.

E pela resistência do governo virá a persistência da opposição no Norte; ora aquela opposição é definitiva, é clara, é espontânea, é violenta, é revoltosa.

Isto é dizer chá e lhanamente o estado das coisas.

O que é estranho é ver a opposição ter quem a atraiçoe e quem a repila, fazendo também opposição.

Não esquecerão os velhos ódios.

Hoje, perante esta situação, tudo devia ser profundamente esquecido; não é de um governo que se trata, é de uma ideia, ideia reaccionária, vexadora, centralizadora.

É necessário não julgarmos o perigo muito grande, mas é necessário não o julgar muito pequeno; decerto que dos homens que estão no poder, nenhum tem aquela poderosa organização e aquela energia vitoriosa de que se fazem os ditadores. Podem ter pequenas ambições particulares, pequenas vaidades, mas deles não tememos decerto uma opressão tirânica ou oligarquía mortal: qualquer dos ministros que quisesse inaugurar

uma ditadura, não morria pelas armas, porque morria pelo riso. Não, não veremos as proscricções de Sila; não veremos o despotismo militar, nem a tirania cortesã.

Mas o que veremos é a ruína, é o descrédito, é a pobreza, é a estagnação do trabalho, é a amiquilação do comércio, são milhões de braços sem trabalho, é a extinção da produção, é o fim da indústria, é a devassidão, a corrupção, a traição, e, por fim, a invasão estrangeira!

Nós estamos dando motivos para que a Europa olhe de revés para este palmo de terra como um lugar infecto onde há a ruína e a podridão, e que é necessário destruir.

Isto é o que nós veremos.

Isto é que se deve evitar: e o primeiro passo a dar é sacudir este governo, para reconstruir uma formosa, e sã, e duradoira edificação governativa — é necessário destruir e arrasar aquela velha ruína, carunchosa e áspera, que se chama o ministério; naquela ruína há todos os maus cheiros: há o cheiro da traição, da reacção, da vexação tributária, da devassidão official.

A agitação parlamentar e política passou agora para as questões individuais, embatidas na claridade das ruas. Aqui houve uma história de escarro na face e de pontaria de revólver, que tem despertado a curiosidade de todos, e desgostado a muitos.

Um cavalheiro da maioria, que fora desafiado, que recusara o desafio, que fora insultado, que se esquecera do insulto, sofreu a consequência de uma indignação justa e provocada. Mas a política e a imprensa nada têm com estas questões — ainda que suas filhas.

Adeus.

N.º 25, 4 de Abril

O governo não governa. Dos atributos da sua magistratura política conserva apenas os bordados.

Quem governa é a comissão eleita no *meeting* de Lisboa, é a comissão do Corpo da Guarda, são as reuniões políticas, são as assembleias públicas de todo o país.

É este um facto novo na história política contemporânea.

Isto prova que hoje a revolução serena e espiritual das ideias penetrou o senso popular. Não é pelas ásperas revoltas de guerrilhas, pelos levantamentos e pelos saques, que se destroem os maus métodos políticos. Não era arruinando o país pelo motim que se salvara o défice.

Não era necessário chamar do fundo dos robustos corações portugueses aquele patriotismo inextinguível de 20, para sacudir estas negras sombras de devassidão e de ruína que maculam a lucidez do espírito e da felicidade nacional.

Aos povos de carácter violento e sangue brutal, pertencem aqueles acontecimentos civis de guerra intestina que rasgam e ensanguentam a pátria. Os pronunciamentos militares, as traições de garrote, os fuzilamentos rancorosos, pertencem à Espanha. Nós queremos para nós a revolução serena das ideias, queremos a intervenção do espírito para evitar a intervenção do sangue. Os homens de Estado da Espanha são histriões trágicos que pisam num solo ensanguentado; queremos que os

nossos homens de Estado sejam inteligências robustas e honradas que andem pelo solo ubérrimo da prosperidade e da Paz.

É isto o que significa esta subtracção de todos os poderes às mãos impuras do governo.

A palavra justa, pacífica, nobre e sã, do povo, há-de valer mais que as discussões sonoras de reformas e de economias, que os aparatos fingidos de força e de potestade antiga.

O povo está cansado das maiorias sonolentas e estéreis, dos governos de forma, dos desperdícios consolidados, do espírito do funcionalismo, da mudança eterna das pessoas e das fardas. Quer ele realizar o seu destino.

Não é anarquia de mil que se sucede à anarquia de cinco.

O povo, com o seu senso justo e profundo, conhece que as questões sociais não podem ser decididas pelas aclamações das praças.

Soberania do povo não quer dizer anarquia da massa.

Até aqui o povo nada era no movimento social do país.

Só se lembravam dele nas épocas de imposto e de recrutamento, que era necessário gente para os defender e dinheiro para os sustentar. As reformas eram feitas sem conhecimento das necessidades. As leis eram feitas para o povo, sem conhecimento do carácter do povo, da sua ideia, do seu instinto. Como não conheciam o povo, não trabalhavam para ele.

Talhavam ao acaso a vida social. Riscavam a largura do templo sem saber a corpulência do Deus. Importavam-se ideias e métodos políticos, como se importava o algodão e o chá.

O destino sagrado do povo era dirigido por gente que não saía do povo, que não o atendia, que o não respeitava.

Era tempo que ele tomasse uma interferência directa, era tempo de acordar para ver que comédia de ruína e de miséria andavam representando com a sua alma e com o seu pão. Ele assinava, sem atenção e espontaneidade, as procurações para que lhe tratassem no parlamento as demandas da sua felicidade e da sua prosperidade. A urna para ele valia como um espectáculo político, onde os actores lhes pagavam a entrada.

Hoje tudo deve mudar: o povo há-de estar atento ao seguimento da vida política, emendando os erros, reclamando pelas ofensas à justiça, apontando a verdade, aniquilando o mal. A maior obra está feita: foi acordar o espírito público, tão adormecido desde 46. A imprensa se deve esse despertar fecundo e salutar. Foi a imprensa. Por muito tempo tinha clamado aos ventos contraditórios e às névoas fugazes. Agora fala a espíritos e ensina consciências. Mais que nunca o seu direito é ser respeitada pelo governo, mais que nunca o seu dever é esclarecer o povo.

Na câmara alta, o senhor duque de Loulé interpelou o senhor ministro da fazenda sobre as finanças. O senhor duque queria que lhe fosse respondido pelo ministro qual era a solução honrosa que ele previa para este estado de desorganização da fazenda.

O senhor ministro respondeu implicitamente que por si não achava nenhuma, mas cercar-se-ia dos homens mais competentes e probos, para que se combinasse o ansiado plano de salvação.

O governo, repellido, indo de desalento a desalento, e caindo da desconsideração no desprezo, procura prender-se a todos os ramos que lhe estendam mãos caritativas.

Sujeitar-se-ia a realizar o plano financeiro saído de uma comissão, a realizá-lo obrigatoriamente, perdendo o alento espontâneo, o princípio enérgico da supremacia autoritária.

Assim perderá os seus apoios, a sua força, a sua entidade, a sua unidade de acção, e por fim, ver-se-á que, de todos os atributos, apenas conserva a farda.

N.º 26, 7 de Abril

A oposição todos os dias aumenta com petições, com *meetings*, com assembleias, com protestos, com comissões; vai assim, cheia de vitórias e de verdades, à conquista da ordem e da prosperidade, pela destruição das maiorias e pela aniquilação dos estadistas doutrinários e reaccionários. A maré sobe.

O espírito público está vigilante e enérgico; as comissões populares, trabalhadoras e robustas; a imprensa, firme e vitoriosa; o povo, sereno na sua justa força. É esta a livre atitude de um povo livre. Esta impassibilidade da sua força vem da incontestabilidade do seu direito. Não pede injustiças, não proclama ambições de partidos, não allarga sedições de bandos aventureiros. Quer a reforma do orçamento, a liberdade do município, o trabalho livre, sem pesos fiscaes, a redução dos funcionários; não quer a influência perniciosa do espírito militar e da policia política.

Não é um desejo vago de insunreição que o atormenta e que o revolve: são necessidades definidas que quer ver realizar, são reformas, que a sua mão robusta quer fazer, já que não tem força para isso o espírito frouxo da maioria. Pretende uma nova vida política, formulada pela liberdade, realizada pela justiça. Para isso deve destruir a primeira podridão que contamina a pátria, que é o governo e a sua maioria.

O governo arbitrário tem por contesão a maioria. Substi-

tuíram-se os reis feudais pelos governos oligárquicos. O povo sente isto, e pesa-lhe que depois de ter combatido os tiranos armados, tenha de combater os tiranos cortesãos: depois de destruir as senhorias orgulhosas e opressivas, tenha de destruir maiorias sofistas, retóricas e vexadoras.

O povo sente-o; é por isso que se agrega, que representa, porque está aberta a luta entre o parlamento e a sua vontade — o parlamento representando o desejo das camarihas, ele representando o direito do país.

N.º 27, 11 de Abril

Foi aprovado na sua generalidade o projecto de administração. E de crer é que os artigos especiais passem intactos, com toda a religiosidade e virgindade de dogmas.

São estes os factos em que se traduzem aquelas teorias do desprezo pelas massas, pela imprensa e pelo direito de petição, que tão apregoadas foram pelo ministério, como as bases mais irredutivelmente sólidas do seu sistema político.

E para que se não fosse suspeitar que aquella aprovação ao projecto era o apoio de uma efficacíssima reforma e não um desacato às petições, aos manifestos, às vontades populares; para que todos ficassem socialmente convencidos que a maioria não vota leis para criar a felicidade do país, mas para consagrar e validar o desprezo pelas populações; o relator do projecto declarou, com uma moralizadora insistência, que nada valia o direito de petição, que eram inúteis e desprezíveis as deliberações das massas e que as maiorias populares, quando não fossem conformes ao sentimento do parlamento, deviam ser desconsideradas.

E disse mais que a soberania do povo era a soberania da ignorância.

Provou isto com Moisés e com Colombo, com as caravelas aventureiras, com as tábuas da lei, com os cumes de Sinai e com as cebolas do Egipto. Assim, o honrado relator chama

pela antiguidade bíblica e pelo ciclo épico das descobertas, para comprovar a criação reboníssima da paróquia civil.

Busca os seus exemplos nos tempos teocráticos e nos estados inquisitoriais.

Querendo provar que a vontade do povo é obscura e espessa, que os cometimentos decisivos e fecundos não podem partir dele, que precisa de uma alma lúcida para animar a sua força inteligente, que o povo está preso aos hábitos e aos preconceitos, às ignorâncias tenazes, e que precisa, para realizar o seu destino progressivo, de ser levado pelos espíritos iluminados pela ciência; para comprovar isto, procurou em vão na história moderna, na história das monarquias, na história dos impérios feudais, das antigas repúblicas, dos pequenos estados, na história dos tempos góticos, dos tempos reformistas, e só pôde encontrar dois exemplos, um na história semítica, dos tempos obscuros de Jeová e das raças ardentes, outro da época tenebrosa das aventuras marítimas; um passado num monte asiático, entre os reis divinos e as tempestades de Deus e os fragores do Sinai, outro passado nos mares desertos e inexplorados, entre a tripulação de uma caravela rota, na época affrontosa do equinócio!

Todas estas coisas tremendas foram trazidas pelo erudito relator, para provar que a câmara deve desatender aos manifestos das cidades e às petições das câmaras.

Não se diga ao menos que o governo não tem semelhanças trágicas! Moisés e Colombo!

Mas sobre estas puerilidades do sábio relator, há nas suas palavras — aliás superiormente discretas na crítica da *maioria* que se opôs a Moisés no Sinai, e depois a Colombo nos mares da América — um atentado ao sacratíssimo direito de petição, ao espírito público e à soberania popular.

E, falando do povo, disse estas palavras: «Por consequência deixemo-nos dessas ignoradas maiorias! Quando nos convêm, respeitemo-las, mas quando não são conformes ao nosso sentimento, desconsideremo-las!»

D. Pedro, o Cru, de históricas iras, ou Filipe II, ou ainda qualquer apaixonado realista de 83, não formularia mais concisamente o antigo direito infame dos reis e dos tiranos.

O proficiente relator toma a história contemporânea, três revoluções, todas as constituições liberais, toda a imensa criação da livre política moderna, arremessa isso para a escuridão dos arquivos e volta a consagrar o Arbitrário, como qualquer monge de 1700.

O relator eloquente, em nome do governo, depois dos acontecimentos de 20 e de 46, neste ano de miséria da pátria, declara que o povo, quando convier, poderá ser atendido, mas quando for contrário ao sentimento oficial, deve ser considerado!

De modo que, em Portugal, nestes tempos modernos e democráticos, não há justiça nem lei, nem razão nem liberdade, nem opinião, nem vontade popular, nem sentimento político, nem direito de voto, nem direito de petição; nada há — há apenas a consciência do governo ou o sentimento do governo!

O povo poderá ser sobrecarregado com tributos esmagadores, vexado por uma fiscalização tirânica, assolado por uma polícia de espionagem, constringido no seu voto, disperso com ameaças e com armas, preso, calcado, escarnecido, esfomeado; tudo deve sofrer — é a conveniência do governo!

O comércio poderá ser paralisado, aniquiladas as forças económicas da Nação, extorquidas as justas garantias civis, sufocada a voz espontânea da imprensa, dizimadas as famílias liberais, saqueada a propriedade, tiranizada a alma e retalhado o corpo; tudo se deve sofrer — é o sentimento do governo!

Na política há só estes fins: conveniência oficial, sentimento oficial. Necessidade de instrução, generalização do bem-estar, atenuação da pobreza, impulso à indústria, economia do tesouro, respeito à liberdade individual, livre manifestação de consciência pensante, isto nada vale, nada é, poderá ser distraída e brevemente tomada em conta — se convier ao governo!

Reclamações das cidades e das populações, manifestos em nome da justiça popular contra os impostos que matam o trabalho, a indústria, a cultura do solo e a consolidação da propriedade; contra uma reforma que revolta subitamente todo o estado popular, todos os interesses locais, todas as ligações municipais, os hábitos, os sentimentos, os destinos particulares do povo; protestos em nome da Liberdade, dos direitos constitucionais, dos princípios humanos, tudo isso será desatendido — não está no sentimento do governo!

N.º 28, 14 de Abril

O manifesto do povo de Évora, apresentado na câmara dos pares pelo Sr. José Maria Eugénio de Almeida, provocou na sessão de 5 de Abril um incidente de desconfiança e de medo, de atónita hesitação.

O senhor presidente declarou, assustado, que existia na mesa um documento, protesto robusto e altivo contra os métodos financeiros e administrativos do governo, e que ele não tomaria a responsabilidade perigosa de dar àquelas violências populares o destino oficial e regimental.

Falaram sobre este incidente o Sr. Silva Cabral, Eugénio de Almeida, Ferrer, conde de Cavaleiros, Moraes Carvalho, visconde de Seabra, Fernandes Tomás e o senhor visconde de Chancelheiros.

O senhor presidente, conde de Lavradio, entendia não poder aplicar àquele documento a resolução da câmara em respeito às representações, petições, requerimentos, etc., porque nada se encontrava estatuído nas decisões da câmara ou nas prescrições regimentais em respeito aos protestos; e sustentando tenazmente que a manifestação do povo de Évora era protesto forte, disse que nenhum parlamento do mundo admitiria como representação um documento como aquele redigido.

Sobre o incidente derramou-se em considerações o Sr. Chancelheiros: considerações que não podemos criticar,

porque o *Diário*, com uma condenável despreocupação das memórias vitoriosas do Sr. Chancelheiros, apenas indica que o Sr. Chancelheiros soltará dizeres. Mas não relata a ubérrima e feracíssima substância das suas ideias.

Havia um susto na câmara. Pela primeira vez entrava ali uma nova voz cheia dos direitos populares, desassombrada e poderosa, verdadeira como um movimento livre da consciência, áspera como o dever, severa como a aplicação da justiça. A câmara, afeita às suavidades cortesãs, retraiu-se dolorosamente ao ver entrar no seu santuário fidalgo a imagem augusta e rude da vontade do Povo.

O senhor presidente, o senhor conde de Cavaleiros, o senhor visconde de Chancelheiros, não queriam saber que ideias havia naquele protesto, que reformas aconselhava, que expedientes sugeria, como criticava as medidas do governo, sobre que filosofia assentava a sua ideia de administração, que teoria económica derramava nas suas argumentações sobre o imposto, que doutrina de política interna consagrava na discussão da guarda civil, quais eram as suas ideias, a sua escola, de que princípios saía, a que esclarecimentos sociais se remontava, que luz de verdade pedia nele o povo para os seus olhos, que eflúvio de justiça pedia para a sua alma. Não atenderam a isto. Detiveram-se na questão pequena, estéril, sonolenta, cortesã, aristocrática, na questão de forma, de modo, de enunciação.

Se aquele manifesto fosse, porventura, a revelação iluminada de uma política grande, salvadora, nobilíssima, ideal, não mereceria ainda assim as atenções do Sr. de Chancelheiros, porque nas suas primeiras linhas estava escrita a palavra *protesto*.

Não era um ideal político, mas era uma realidade popular.

Havia ali um povo que tem combatido e tem lutado, que atirou a sua voz de ameaça aos tiranos da Pátria, que era uma vontade decisiva nos tempos trágicos da primeira dinastia, que foi o mais insofrido contra as devassidões cortesãs da corte

de D. Fernando, o mais livre e mais amador da Pátria contra a negra pressão dos Filipes de Espanha, um povo que ele ensanguentou nas primeiras batalhas da independência e nas últimas escaramuças da liberdade, um povo nobre que se vê sempre atravessando as negras sombras da nossa história com a atitude da justiça, com a intenção do bem e com o pensamento da liberdade — um povo que, em nome da razão e da pátria, dizia severamente as suas acusações a uma política deplorável. Tudo isto passou desapercibido aos pares do reino, só viram que havia ali a palavra *protesto*.

Que importam as ideias?

O Sr. de Chancelieiros e o Sr. de Cavaleiros pisam desdenhosamente essas puerilidades divinas que se chamam as ideias, para ir salvar a etiqueta.

Aquele protesto alanceava o fidalgo pudor dos camaristas, dos veadores, dos reposteiros, dos copeiros, dos estribeiros-mores, de toda a falange cortesã, luzidia, estéril, frouxa e inútil.

Em coro afrontado diziam aqueles delicadíssimos espíritos: esse documento falta ao respeito devido aos poderes públicos.

Mas é faltar ao respeito dos poderes públicos acusar todas as cenas amplas da corrupta comédia política, acusar que se decretam empregos para solver as dívidas de amigas intimidades, que se barateiam as graças e favores para o empenho estrénuo da defesa inconsciente?

É faltar ao respeito dos poderes públicos o incriminar que o governo procure assegurar a confiança popular pelas concessões, cortesantias, prebendas, comendas, em lugar de a alcançar pela austeridade da sua administração, pela sua lisura económica, pela sua justiça intratável?

É falta de respeito aos poderes públicos revelar que o governo pretende, por uma política miserável, destruir o patriotismo, pela desorganização popular?

É falta de respeito aos poderes públicos combater a criação da polícia política, polícia de espionagem, saída das librés e

das criadagens officiaes, sem haver uma necessidade sentida de tal criação, a não ser a necessidade de dar a protecção das armas à oppressão das reacções?

Pois é falta de respeito aos poderes públicos o protestar com palavras rudes — porque vêm do sentimento robusto e da consciênciã impecável, e porque não são afeiçoadas segundo as humilhações do código das camarilhas?

Isto é faltar ao respeito?

A que *respeito*? Ao *respeito de quem*? É depois de tantas revoluções, que nivelaram as desigualdades civis, que se vem de novo consagrar a antiga doutrina do respeito, da obediência inerte dos espíritos, dos formulários monárquicos?

O povo sabe tão bem como a câmara dos pares e como os cortesãos o que é o respeito; somente os cortesãos entendem-no pelo lado das librés e o povo sente-o pelo lado do dever.

É agora a hora de se falar em respeito do povo, depois dos despezos que ele tem soffrido, depois das ofensas à imprensa, às livres municipalidades, ao sentimento sensato e iluminado do instinto popular?

Mas não é a questão de ideia que mortificou os srs. Cavaleiros, Chancelheiros, etc. Foi uma palavra, uma triste, uma desditosa, uma odiada palavra: *protesto*.

Esta palavra tem uma configuração livre de mais; tem um som onde se sentem revoluções, e um sentido onde resplandece a igualdade; é uma palavra que significa sentir enérgico e firme, consciênciã forte pela presença da justiça, espírito vitorioso pela presença da verdade; é uma palavra filha da soberania popular; é uma palavra nascida das revoluções; é a palavra que empregavam os livres tribunos republicanos quando falavam por vontade do povo e não se calavam pela força das baionetas; é uma palavra que significa a interferência do povo no concílio misterioso da vida política — interferência, não humilde como um pedido, mas dominadora como um decreto; é uma palavra que teve o seu nascimento quando o povo teve o seu libertamento; antigamente não se protestava, o nobre

estava mudo diante do rei, o povo estava mudo diante do nobre; agora não: todas as mudezas de então se transformaram nos protestos de hoje; protesto significa liberdade do pensamento, igualdade de direitos, sufrágio nacional, vontade pública, livre espontaneidade de consciência, soberana interferência popular; tudo isto significa esta palavra *protesto*; decididamente era uma desgraçada palavra que devia ser odiada pela câmara dos pares — pela câmara dos pares, suave, especiosa, aristocrática, cortesã e divinamente fidalga.

O sr. J. M. Eugénio de Almeida defendeu, com a sua palavra inteligente, lúcida, incisiva e lógica, a dignidade do manifesto.

Mas aquilo que de modo algum era uma questão de ideia, era talvez mais que uma discussão de forma, um embaraço de parcialidade. Daquela parcialidade da maioria governamental, que estende a sua compulsão ominosa de S. Bento à câmara dos pares, da câmara dos pares ao conselho de Estado.

Parcialidade daquela maioria, alfaia consagrada aos governos impopulares, hera que se enrosca ao trono ministerial e ali o vai apertando, envolvendo-lhe as ramagens, secando-lhe as fecundidades húmidas da seiva, sinceramente afeiçãoada e sinceramente interessada, envolvendo, em despreocupado convívio, o abraço apaixonado e a paga avara.

Parcialidade daquela maioria profundamente eivada do antigo sistema monárquico, pelo qual era proibido ter instinto, ter vontade livre, ter consciência iniciadora, ter actividades de espírito, e toda a virtude consistia em trilhar mudamente os caminhos oficiais, afeiçãoar as pregas dos vestidos consoante as traziam os valiosos, ser obedientemente passivo e inalteravelmente grave, tem por único verbo político o *aprovo* sagrado e rendoso, por único entusiasmo o aplauso dado às supremacias que com vasta sonolência dirigiam a coisa pública, por única atitude a constante contemplação estática das régias maravilhas, por único gesto a profunda, respeitosa e trémula curvatura da espinha dorsal, por única independência o estar

com a cabeça mal coberta na presença augusta e radiosa do monarca, por único castigo um gesto irado do príncipe sacrosanto, por única opinião poder elogiar furtivamente os manjares e os vinhos cintilantes, por única recompensa um beijo tímido e religioso na mão real, ninho de munificências, por única alegria a dádiva de um colar resplandecente, de uma comenda constelada de pedrarias, por única liberdade o poder desprezar os lacaios; e por único descanso a monte ingloriosa, o esquecimento, a podridão!

No princípio a imprensa castigou as diplomáticas e cortesãs vaidades do sr. ministro dos negócios estrangeiros, que queria criar um olimpo de embaixadores, constelado de rendosas prebendas e largas munificências. O sr. ministro disse aiosamente que desprezava a imprensa. Depois, todo, todo o país, a universalidade das inteligências, acusou o sr. ministro da fazenda pela imposição do consumo, pelo desequilíbrio financeiro, pelas profundas e absorvedoras verbas de um orçamento pródigo, pela atenuação das forças económicas do país, entorpecidas pela imposição improporcional, iníqua, desalentadora, dos géneros de alimentação popular. O sr. ministro clamou que desprezava a opinião das praças. Depois a imprensa, as câmaras municipais, as populações apreensivas e incrédulas da reforma administrativa, ergueram as suas representações cheias de milhares de assinaturas e quiseram afastar uma dilaceração nacional por uma representação severa, unânime e legal, da população.

O sr. ministro do reino bradou que não atendia petições nem reclamações, nem vontades populares, porque a parte pensante do país residia no parlamento.

Assim estávamos, pensando na aniquilação da opinião, da imprensa, da inteligência popular, quando o sr. duque de Loulé interpelou o governo, quis saber se havia uma salvação a esta decadência progressivamente fatal da fazenda pú-

blica, e quis que se nomeasse uma comissão estranha ao parlamento, que viesse suprir a infecundidade espiritual do governo e a mole consciência da maioria.

Aquela comissão, concílio de financeiros, devia meditar o caso desastroso e formular imperativamente ao ministério o itinerário moral por onde havia de chegar ao libtamento económico da pátria.

Então o ministério, que desprezava a imprensa, as comissões, os *meetings*, as representações, as câmaras, as inteligências, os cidadãos, o povo, a vontade nacional, aceitou, com monásticas humildades, a vontade do sr. duque de Loulé. Há-de pois celebrar-se esse concílio financeiro! O governo confessou, pois, que não tinha a inteligência e lucidez para eficazmente combinar a fazenda, que não encontrava nas câmaras capacidades tão lucidamente sãs, tão criticamente empreendedoras que pudessem, com pesado estudo, com produtivos exames, conseguir chamar a ordem e a justiça às nossas finanças, que delas há tanto tempo andam exiladas.

De modo que o governo procede por comissões: comissão para manter a ordem, comissão para resolver a dificuldade económica.

Tira de si a autoridade iniciadora e criadora, e espalha-a aos pedaços pelo país, em comissões inteligentes que o auxiliem, que lhe supram a inércia e espessura moral, que o acobertem, desbaratado e inanimado como está, do descrédito público e da desconsideração nacional!

O governo julga-se forte e insuperável, possui coortes fiéis, maioria estrénuua, delicada na crítica, áspera na refrega, discreta no concílio; julga-se tão fortalecido com estes rijos meios que despreza a imprensa, que é a opinião estudada e criticada do povo; que despreza a opinião das praças, que é o sentimento instintivo e sensato das populações; que despreza as representações e as petições, que são a vontade inteligentemente formulada e solidamente comprovada das vilas e das cidades.

Julgava-se tão forte que desprezou todos aqueles auxílios

de intelligência, de exame, de estudo, de instinto, de sentimento, que de todas as partes, no intuito de bem servir a pátria e facilitar as dificuldades da sua gerência, e alumiar a espessura cernada e embaraçosa da moderna vida política, lhe ofereciam a imprensa, as câmaras, o povo — a imprensa esclarecida pelo estudo, as câmaras conhecedoras dos sentimentos locais, o povo iluminado pelo instinto dos seus direitos.

Tudo desprezou, como um sábio, como um omnisciente, como um omnipotente, como um impecável.

E agora, segue os ditames vitoriosos do sr. duque de Loulé e confessa-se ignaro, inactivo, ininteligente, imprevidente, etc. E delega a sua autoridade intransmissível a uma coorte de comissões.

É estranho!

Recebemos esta correspondência particular de Lisboa.

Meu amigo. — Minguada é a história da política da semana, a não ser a sessão da câmara dos pares de 5, onde foi aprovada uma proposta memorável do sr. conde de Cavaleiros.

Dizia:

«Proponho que as representações sejam mencionadas na acta com o número das pessoas que a assinaram e como outro qualquer acontecimento que tenha lugar durante a sessão.»

Ao princípio, as representações eram publicadas na íntegra, depois foram apenas publicadas por extracto, de ora em diante serão apenas mencionadas! Sufocação lenta do direito de petição!

Ora aquella proposta é devida à dolorosa infelicidade política do senhor de Cavaleiros, essa infelicidade é ser *ultra*: ultracortesão, ultrapolicial, ultra-indolente, ultra-reaccionário, ultraministerial, etc.: ou por índole impetuosa, ou por desejos de bem servir, o sr. conde de Cavaleiros é em tudo o homem que passa os marcos miliares dos caminhos políticos, que salva as barreiras da arena policial, que pula para longe das

muralhas dos parques cortesãos: é em tudo o homem excessivo dos bons serviços, incomodamente prestável, afrontosamente diligente, intoleravelmente activo, horrivelmente sensato.

Onde qualquer empregaria o cor-de-rosa, ele emprega o cor-de-sangue-ardente; onde qualquer ergueria luz montiça de uma candeia, ele faz resplandecer a girândola flamejante do gás; onde devia colocar uma sentinela, põe um exército. Aplica às suas modestas funções administrativas aquela exageração espanhola, tão célebre nas crónicas e na vida anedótica da Península. O sr. conde de Cavaleiros entendia, e decerto muito sensatamente, que a publicação das representações por extracto, era inconveniente, falsa, defeituosa, etc. De acordo. Mas, levado pelo carácter de ultra-exageração, propôs que nenhuma publicação houvesse, apenas uma simples menção ligeira e disfarçada. O sr. conde de Cavaleiros, quando propôs isto, ia certamente bem guiado pelo seu espírito liberal e tolerante, mas o seu carácter violento transviou-o imediatamente.

Ele é assim. Quando vem a rainha de Espanha, agradece ao povo de Lisboa não ter perturbado as festas augustas a Narvaez e ao padre Claret!

O povo de Lisboa soube, uma alegre manhã, que Lisboa tinha estado occultamente sob a vigilância irada e intolerante do sr. conde de Cavaleiros. Quando qualquer modesto e sereno funcionário queria esconder que a rainha de Espanha tinha causado um grande movimento de defesa nas coortes administrativas e policiaes, como se fosse uma individualidade perigosa que vinha imprudentemente pisar o solo português — o sr. conde de Cavaleiros, ele, agradece ao povo ter ficado inerte e indiferente, não ter dado gritos sediciosos ao ver a magra e rugosa figura do duque de Valência, não ter desbaratado as falanges municipaes, não o ter derrotado a ele, conde de Cavaleiros, em áspera refrega, na defesa tenaz e sanguinolenta dos fidalgos e nobilíssimos viajantes.

Depois vem o Entrudo: o povo prepara-se para ir serena

e alegremente polvilhar-se, molhar-se e fuzilar-se com ovos. Isto dá ao Chiado, como sabem, um aspecto engraçado e bulhento, um movimento desacostumado, uma vozearia incessante.

O sr. conde de Cavaleiros viu naqueles folgares serenos todo o aspecto de motins traiçoeiros; imaginou surdas conspirações tenebrosas movendo as suas vértebras entre aquele tonneio de ovos e de farinhas; e o que faz? Derrama esquadrões municipais; constitui-se com os seus empregados em sessões permanentes; espalha proclamações militares, lembrando à honesta guarda municipal as campanhas de liberdade e o dever do soldado; cobre de baionetas o Chiado, a Rua Nova do Carmo, o Largo das Duas Igrejas, etc. Manda de quarto em quarto de hora rondar, escrupulosamente, as legiões atentas e enfasiadas.

Não descansa: redige relatórios, alegra-se na sua providência salvadora, e vê descer a noite e dispersarem os curiosos com o sobressalto de um imperador vitorioso. É assim aquele vencedor inédito!

Depois, ultimamente, prepara-se um combate de morte, é discutido nos jornais, nos cafés, nas assembleias, nos teatros. O sr. conde de Cavaleiros entende que deve ser indolente; e então é exageradamente indolente: deixa a voz pública encher-se das circunstâncias daquele negócio, deixa acumular-se os avisos, deixa crescer o sobressalto, deixa passar peripécias atentatórias da ordem pública.

O sr. conde de Cavaleiros fica, obstinado, tenaz, energicamente indolente e indiferente.

Nada o abala.

No dia seguinte, é morto um cavalheiro nos arrabaldes de Lisboa.

O senhor de Cavaleiros, que tinha derramado um exército para que o povo se não enfaninhasse, não mandou sequer um polícia para que aqueles se não ensanguentassem.

Tal é o sr. conde de Cavaleiros, ultracortesão, ultrapoli-
cial, ultra-indolente.

Hoje, porém, propõe a não publicidade das representa-
ções, pensando que assim de algum modo as enfraquece, as
mata, as inutiliza. É por consequência também ultraministerial.

A não publicidade das representações, de algum modo
rouba o calculado efeito de opposição. A simples menção passa
desapercebida e esquece; depois, uma representação vale pela
maneira como vem concebida, pelos meios de salvação que
aponta ao governo, pelas acusações que lhe dirige. Assim divul-
gadas e espalhadas pelo país, todos sabem qual é a opinião
pública, os motivos por que está descontente, e que medidas a
sossegariam. De outro modo não podem valer.

Algumas representações são públicas, transcritas noutros
jornais, comentadas e conhecidas; a essas nenhum apoio dá a
publicação no *Diário*, nem os seus signatários o requerem, mas
outras, quase todas, que vêm de povoações menos conhecidas,
que não são publicadas em jornais, que não são divulgadas,
essas precisam instantaneamente de serem transcritas no *Diá-
rio*, para que todos possam saber o sentimento dessas locali-
dades.

A câmara, votando a proposta do sr. conde de Cavalei-
ros, fez um acto inquisitorial: legalizou implicitamente a acção
do criminoso e do réu que queima o seu próprio processo.

Como se não pode sufocar e extinguir o direito de petição,
a câmara aristocrática atenua-o, fere-o: pensa assim dar vida
ao governo, tira só prestígio à sua dignidade.

É uma política de medo e de hipocrisia.

Não há coragem de negar um direito, mas há o sentimento
de o combater. As representações que são firmes na vontade
popular, representando respeitosamente aos poderes públicos,
são aniquiladas na câmara pela sufocação, deixam de ser mani-
festações da vontade popular, ficam sendo documentos dos
arquivos. É uma política deplorável; combater a opposição po-
pular com traições freiráticas, é uma coisa que não estaria

no espírito de câmara nenhuma do mundo, a não ser numa câmara da Península onde se tivesse refugiado o espírito conservador das antigas nobrezas fanáticas. Alguns pares protestaram contra aquela proposta, mas o bando ministerial votou-a cerradamente. De modo que todas as representações dirigidas à câmara dos pares, têm uma sorte obscura e inútil, porque o senhor de Cavaleiros fez o seu nobilíssimo dever de corte-são ministerial.

Na câmara dos pares estão alguns dos nomes mais conhecidos na história contemporânea das lutas liberais. No entanto, esses espíritos, talvez com a idade ou com os trabalhos, ou com a indiferença, esqueceram-se da Liberdade. E por isso votaram a pena de garrote moral para o santo direito de petição!

Nessa sessão de 5 houve também pequena discussão sobre a representação do povo de Évora, que verãõ detidamente no *Diário de Lisboa*.

Foi uma discussão estranha e inacreditável.

Na câmara electiva continua a discussão da reforma administrativa; alguns deputados ministeriais têm proposto alterações ao projecto! É um passo para a moralidade. Não era assim nos belos tempos do imposto de consumo e da reforma diplomática, em que os oradores da maioria votavam em columna, com uma uniformidade adorável, sem lerem nem saberem todos os projectos, desde o seu título até à assinatura do ministro, com um respeito religioso pela redacção e pela pontuação até.

Mas chegamos a melhores tempos; agora já se discute, já se nega alguma coisa à infalibilidade ministerial. Todos sabem porquê: influências de localidade!

Nada mais de interessante acho na política parlamentar, a não ser o desplante curiosíssimo com que o sr. Sampaio, muito erudito e lido em história sagrada, muito magnânimo até, negou a opinião pública e aconselhou a maioria a que desprezasse o povo! E então?

N.º 29, 18 de Abril

Há na reforma administrativa, que ora anda em discussão sonolenta e improficiente, com injustificável postergação de outros interesses mais entranhadamente civis e nacionais como o código e o orçamento — há nesta lei de reforma administrativa um libérrimo artigo em que se suprime às câmaras municipais o direito de petição.

Quando por toda a parte se anda esquadrinhando — não haja nos códigos antigos e tradicionais, nas leis herdadas, nas instituições vinculadas à moderna Europa, alguma cláusula de sufocação de Liberdade, algum antigo direito de regime iliberal, alguma tirânica antigualha — em Portugal, o governo, filho da Carta Constitucional, das vontades liberais, da luta pela ideia ampla de livre governação, anda esmiuçando as antigas leis para decepar tudo o que lá encontre florescente de Liberdade, garantidor da justa independência, criador de foros livres e igualadores.

Foi assim que o sr. ministro do reino, passeando a sua crítica política e legislativa pelos antigos códigos e leis administrativas, matou o direito de petição que lá encontrou, de há muitos tempos estatuído, religiosamente protecconado pelos governos livres, amplamente sancionado. No seu sistema de administração é necessário que nada haja que dê sintomas audazes da vida moral ou espiritual; se o município robusta-

mente organizado era na ordem política, económica, social e moral, uma garantia feracíssima de patriotismo, de actividade e prosperidade — é logo reduzido a estéril paralisia e tornado completamente obscuro do sistema oficial de administração. Se a vida local era uma escola de sentimentos, de hábitos, de interesses políticos, se era o peristilo onde se ensaiavam gerentes da ordem pública, os procuradores populares, os eleitos para serem do funcionalismo, se tornava a vida da pátria robusta pela importância do cidadão — logo o sr. ministro tratou de a desvanecer, de a extinguir, de lhe dar na aniquilação a impossibilidade de ressurreição.

Se o direito de petição concedido às câmaras era um foro de liberdade, um auxílio permanente do governo, uma interferência legal para evitar a ingerência armada, foi logo extinto por quem se arreceia de sentir na consciência popular a afirmação da sua própria miséria espiritual.

O direito de petição é liberdade necessária e imprescritível porque, conhecedoras dos interesses locais, do estado peculiar dos espíritos, do adormecimento em efervescência, da opinião do município, protectoras naturais dos ignorantes, dos pobres, dos velhos, de toda aquela população a quem a energia vital e moral não sobra para se fazer ouvir e escutar, veladoras pelos interesses sacratíssimos depositados nas suas mãos, obrigadas à austeridade de carácter e à lisura de administração, as câmaras não podem, não devem, ficar silenciosas e inertes no meio das oposições populares.

Que perigo saía daquelas petições serenas e pacíficas?

Que perigo saía de uma opinião francamente aplaudida pelo povo, energicamente formulada pela câmara? Que perigo vem para a Liberdade? Nenhum!

Há, sim, perigo para a reacção medrosa, para a vexação tributária, para as medidas iliberaes e impopulares; para esse espírito de deplorável política é um perigo tenaz, suspenso, instantâneo, esta generalização do direito de petição, abertamente legalizado; ora o governo, que o suprime, é porque sente nas

suas tendências políticas toda aquela alma de reacção e de pressão.

Extinguir o direito de petição é acordar o direito de insurreição.

Quando o governo não consentir a petição às câmaras, consente implicitamente a revolta do povo.

N.º 30, 21 de Abril

A opposição organiza-se de uma maneira poderosa e proveitosa. Estendem-se por todo o país grandes e sérias comissões, que sob o mesmo pensamento de unidade, de liberdade, felicidade económica e civil, vão educando convenientemente o instinto popular, e vão combatendo estes gérmens de reacção antiquada que o governo procurava dissimular pelo seu projecto administrativo, combatendo os desperdícios que nos eram sintomas de uma decadência financeira, e aquele iliberal e impopular espírito de gabinete que produziria a decadência mais terrível — a decadência da moralidade.

Em Braga organizou-se a filial da União Patriótica de Lisboa e Porto, sendo o seu presidente o sr. Manuel Luís Ferreira Braga, director do banco do Minho.

Organizou-se igualmente em Viana, ficando presidente o sr. Mateus José Barbosa e Silva.

Também se formou em Guimarães, onde o presidente é o sr. conde de Azenha, e vice-presidente o sr. visconde de Lindoso.

Em Coimbra também se estabeleceu uma comissão de opposição popular, onde foi nomeado presidente o par do reino Miguel Osório.

N.º 31, 25 de Abril

Há uma maioria popular e uma maioria parlamentar. O governo é combatido pela maioria popular e apoiado pela maioria parlamentar.

Afirmam os dicazes que na maioria parlamentar está o senhor duque de Loulé, sustentam os cõscios que na maioria popular está a Justiça.

Os governos podem ser aniquilados:

Pelo manifesto unânime do país.

Pela revolução.

O manifesto não nos aproveita, a revolução não a queremos.

O manifesto significa a interferência da vontade do povo, as representações das câmaras, as petições dos cidadãos, a opinião da imprensa, as decisões das assembleias populares, as resoluções dos *meetings*: tudo isso se fez; nada disso aproveitou: foi desprezado, escarnecido, apupado e esquecido.

A revolução significa a interferência da força do povo, a energia dos regimentos, a fuzilaria das guerrilhas, os decretos das juntas populares, as resoluções da antilhania, a opinião das baterias, a decisão das escaramuças ou das barricadas; nada disso se fará, nada disso queremos; isso seria a miséria, a traição, a violação da Pátria.

Nem pelo manifesto nem pela revolta pode este governo

cair. São represálias; para ter justiça fez o povo o manifesto, não foi atendido; para ter a ditadura quer o governo a revolução, não será satisfeito.

Nem pelo manifesto, nem pela revolução.

Então ficará consolidado, votando a diplomacia pródiga, o imposto do consumo, a extinção do direito de petição, a supressão da vida municipal, a guarda civil.

Mas então ficará o povo com a miséria, sem a apelação, sem as vantagens da vida local, e com a opressão policial.

É por isso necessário destruir o governo.

Mas o governo é uma entidade possuída de duas vidas: o ministério e a maioria. Destruído o ministério, finda a maioria: destruída a maioria, finda o ministério.

Destruir o ministério não é possível, porque não nos valeu o manifesto e não queremos a revolução. Logo destruamos a maioria.

Ora para destruir a maioria parlamentar é que é a maioria popular. E que importa que uma tenha o senhor duque de Loulé, se a outra tem a Justiça?

Destruir a maioria é cassar àqueles deputados que votaram a reforma diplomática, o imposto do consumo, a generalidade da reforma administrativa, o mandato dado pelo povo para ser zelado honradamente, e aproveitado pelo deputado para ser recompensado abundantemente.

O crime da maioria é ter votado despesas num momento de miséria, e para cobrir essas sumptuosidades, para que um embaixador tivesse mais uma farda, e um correio mais um galão, exigir em cada arrátel de carne mais 30 réis, em cada quartilho de azeite mais 25 réis, em cada quartilho de vinho mais 20 réis, etc.

A maioria vota uniformemente com a convicção e com a firmeza dos que praticam o bem: despreza a voz do povo; despreza as razões justas das câmaras; vota friamente para os pobres e para os operários, para os trabalhadores do seu círculo, um tributo que lhes torna a vida cara até às privações, aflita

até à miséria: acha tudo maravilhoso e nobre — desde as reformas até aos tributos, desde o imposto da carne até à criação da guarda civil.

É esta a maioria que é necessário aniquilar.

Os eleitores têm o direito de cassar o mandato.

Não só por uma questão geral, como por uma questão local. E aqui há questão nacional, há questão de fazenda, de administração, de tributos, de polícia. O eleitor delegou o seu direito, não o abdicou: os direitos delegados podem ser retirados. O povo não pode assistir friamente à mutilação e à destruição do seu bem e da sua justiça.

Esta maioria voltará em Janeiro, e então começarão de novo as votações unânimes em prejuízo popular.

O comércio está paralisado; a indústria, a agricultura, vão sofrer com o aumento dos salários, consequência inevitável do imposto de consumo; as leis estão desorganizadas e o projecto do código civil dorme na escura sonolência dos arquivos; as transacções estão paralisadas; as companhias e os bancos, comprimidos na sua acção económica; os fundos descem, o crédito está perdido, a agitação cresce, os campos do Minho estão invadidos por uma política de inquietação e de animosidade que prejudica o trabalho; a vida vai-se tornar cara com os tributos; os pobres, os operários, os trabalhadores, viverão precariamente do empréstimo, das privações; a actividade do país, hoje débil pela política, será então mortuária pelo desalento; as forças produtivas esterilizar-se-ão. Num próximo tempo sentir-se-ão nas angústias populares os efeitos desta política deplorável.

Esta política subsiste enquanto existir o governo, o governo existirá enquanto se conservar a maioria.

O povo pode destruir legalmente a maioria, sem excitações e sem cóleras; reunindo os actos parlamentares dos deputados e a validade moral do seu mandato.

O povo deve encarnar este pensamento numa acção permanente e infatigável.

Os bons, os santos desejos, só assim se fazem factos e realidades. E esta realidade será elevada porque será um libertamento popular, libertamento desta política que leva ao estiolamento, à paralisação das forças, à miséria do povo, ao descrédito do país, ao enfraquecimento da riqueza nacional, à decadência de tudo, de dinheiro, de felicidade, de moralidade e de abundância!

Uma das necessidades, mais positivamente sentidas pela maioria popular, e mais ominosamente desatendidas pela maioria parlamentar, é a discussão do orçamento.

Foi a questão de fazenda que, pelas complicações perigosas, pelas decadências que arrastava, despertou o espírito público, tão desprendidamente adormecido desde 46; chamou às praças as multidões populares, alumiou o instinto da justiça na alma plebeia, cobriu as representações, os manifestos, as petições de assinaturas convictas, e deu a todo o país aquela livre e racional convulsão que têm todas as maravilhas de um libertamento e todas as aparências de um castigo: libertamento da política superficial, castigo da política reaccionária.

Era para a questão de fazenda que o parlamento devia levar o seu amor das discussões protraídas, dos exames detidos, das pacientes correcções.

As idealidades administrativas, que agora enchem a palavra despeitada ou ameaçadora dos oradores da direita e da esquerda, nenhum interesse têm, nenhuma instância, nenhuma justa utilidade em presença da questão financeira.

As reformas administrativas não se fazem pelo embate leve de opiniões, por fórmulas oratórias, por emendas apósitias, por interesses virtuais, por descontentamentos, por facciosidades; não é estudando nos mapas, recompilando dos livros, tirando a experiência dos casos fortuitos da história, não é criando unidades sociais, recompondo necessidades de uma imaginária vida administrativa; é estudando na prática cons-

cienciosa e diurna, examinando o carácter íntimo das localidades, o instinto das populações, vendo nos exemplos tradicionais, tirando conselho da vida municipal.

Talhar uma grande reforma para uma nação, toda feita das ideias dos livros, dos sistemas, das filosofias, das indicações de antigas escolas políticas decaídas, será fazer um estudo, uma dissertação, uma crítica, mas não é fazer uma lei que há-de ter realização, que há-de influir na vida popular.

A reforma administrativa, pois, podia descansar na pasta, sem prejuízo imediato do país; mas o orçamento não pode ficar por mais tempo na obscuridade e no silêncio, sem perigo do Estado.

O seu exame foi já julgado urgente, e a necessidade de remediar as suas dificuldades foi já considerada tão incisiva que o governo prometeu nomear um congresso sapiente de financeiros e economistas para organizar a fazenda rota e dispersa. Assim foi julgado quando o senhor duque de Loulé falou.

Tinham havido, no mesmo sentido das palavras do senhor duque de Loulé, petições, manifestos, representações, protestos, *meetings*, proclamações, interpelações, discussões e prelecções na imprensa. Mas nada disso pesou no tenacíssimo espírito do ministério. Só quando o senhor duque de Loulé falou no sentido da ansiedade popular, é que veio, com medrosas pressas, o senhor ministro da fazenda explicar o seu sistema; aceitou conselhos profícuos, recebeu o voto das vontades oposicionistas, e nomeou comissões, concílios, congressos, tudo o que de algum modo científico ou prático pudesse solver as dificuldades embaraçosas do caminho económico.

A opinião do senhor duque é decerto valiosa, discreta, sábia e prudente. Mas ousemos dizer uma verdade: a opinião da imprensa, das câmaras do reino, dos cidadãos livres, do povo justo, não é menos valiosa e discreta.

E foi todavia despedaçada!

Mas ainda assim, depois daquela prodigalidade de pro-

messas, de comissões, de explicações, voltou a avareza dos factos e das realizações. Nada se fez: não se nomeou a comissão, não se discute o orçamento, não se esclarece a questão de fazenda, não se chama a ordem, a justiça, a verdade, às nossas finanças anárquicas. Apesar da vontade do senhor duque, e apesar da vontade do povo.

Ora nós não sabemos se o senhor duque desistiu da sua vontade, e se entende agora que antes de todas as salvações económicas devem prevalecer as puerilidades administrativas.

Mas o que sabemos é que o povo não desistiu.

Quer ver o orçamento, as suas verbas discutidas, as suas prodigalidades condenadas, os seus quadros reduzidos, as suas desorganizações remediadas.

Um orçamento cercado de mistério e de sombras, e receios das discussões, apesar da vassalagem da maioria, faz desconfiar que ali não passou a ordem, nem a lisura, nem sequer a honestidade aparente.

Mas não; discute-se a paróquia civil e prova-se com Moisés a ineficácia da opposição.

Ninguém pode feitorizar fazenda alheia sem prestar contas rigorosas da gerência; o governo não atende este princípio de simples economia familiar. A seu talante, reforma, talha, cria acomodações, despesas, subsídios, equipa coortes, veste, assalaria e farda legiões parlamentares, esfacela os cofres, inutiliza na secretaria a economia que ostenta no parlamento, prodigaliza as despesas infecundas e profundas; e no fim, quando o país pobre, cansado, derreado de impostos, quer, por entre as amontoações fiscais e as pressões ministeriais, averiguar as causas do seu défice, das suas despesas, da sua miséria, o governo disfarçadamente recolhe a lista do orçamento e dá à avidez oratória dos deputados e à trituração do espírito político a paróquia civil. E quando ouve que se brada pelo orçamento, diz que vai aumentar os ordenados dos governadores civis! Cobrem as prodigalidades com o mistério! Querem que o país tenha uma decadência anónima!

N.º 32, 28 de Abril

O governo vai entrando, passo a passo, na região do arbitrário.

Há dias o *Diário* inseria este decreto:

«Não tendo estatutos aprovados a associação política intitulada Comissão Popular do Porto, e a Associação Patriótica, manda S. M. El-rei que o governador civil do Porto faça intimar imediatamente os membros delas para que não continuem a reunir-se, procedendo na conformidade das leis contra os que desobedecem.»

E assinado: *João Batista Ferrão de Carvalho Mártens*.

Não decretaria doutro modo a gente do partido de Nocedal, que há tempos declarou no parlamento espanhol que lhe era insuportável a liberdade.

Todas as reaccionárias iras ministeriais se têm dirigido para o Porto; foi a sua municipalidade a primeira desprezada; os seus habitantes, nobres sofredores do trabalho e da liberdade, vilipendiados: o povo foi pisado pelos esquadrões de cavalaria; e enfim uma associação nobre, tendo por fins sagrados a educação do espírito político, a instrução popular, a serena interferência dos direitos civis, é dissolvida num momento de impudor e de repressão imoderada.

É contra o Porto que o ministério dirige as suas risíveis

fulminações: o governo não pode perdoar ao Porto o ter dado nascimento à liberdade.

Encetando este caminho da reacção, do arbitrário, da repressão, da prevenção, do vexame, da polícia, da força, das prisões, dentro em pouco chegaremos àquele estado de baixeza, de miséria, de sofrimento, em que é invejável a liberdade turca, a liberdade russa, e até a liberdade espanhola.

Hoje abaixo de Portugal, nenhuma nação está: nós estamos abaixo da Suécia, da Turquia, da Áustria, da Espanha. O que temos nós? A liberdade de imprensa? Mas, num momento dado, suspendem-se as garantias. A liberdade individual? Mas o sistema de repressão, de desprezo, da reacção, leva à realidade das prisões.

Temos porventura a liberdade de reunião? Foi há pouco suspensa no Porto. Temos o direito de petição? Lá está na câmara um projecto que o aniquila. Temos porventura a felicidade económica? Estamos nas vésperas dolorosas de uma bancarrota. Temos uma representação parlamentar honrada e justa? O país está sofrendo uma catástrofe saída das corrupções das maiorias.

Temos porventura a abundância popular? Lá está o imposto do consumo a decretar a fome.

Temos porventura a prosperidade industrial? Lá está o tratado de comércio com a França, que é uma dilaceração das nossas indústrias.

Temos porventura a instrução do povo? Não; nem escolas, nem classificações de estudos, nem regularização do trabalho intelectual. Temos sequer o direito de instruir o povo? Não: lá foi dissolvida a União Patriótica, porque tentava esclarecer a ignorância das multidões.

Temos o direito da espontaneidade do voto? Não: lá foi dissolvida a associação que queria educar o povo no sentido da honradez, liberdade, e inteligência da urna. Temos o direito da interferência nos negócios do Estado, o direito de ter assembleias políticas, de discutir a política do governo, de animar os

grandes instintos da justiça, de robustecer os direitos pela união? Não; lá foram dissolvidas as comissões populares e as assembleias tendentes a realizar a soberania popular.

Temos ao menos moralidade, espírito democrático, lisura de administração? Não; temos o espírito conservador e arbitrário, intrigas de fidalgos, galanteios de camarilhas, concessões oficiais. Temos ao menos as regalias municipais? Lá está nas câmaras o projecto que as destrói para sempre.

Temos ao menos um funcionalismo zeloso, inteligente, honrado? Não; temos multidões enormes de empregos para solver as dívidas da amizade, para dadivar as influências simpáticas, sem atenção ao merecimento, à grandeza do espírito, à conveniência do serviço.

Nada temos. Temos o direito de escrever, mas o governo reservou para si o sistema de desprezar.

Estamos chegados a uma hora terrível. O governo não se deterá; primeiro a repressão, depois o vexame, depois a perseguição, depois a confiscação. O mal vem de tudo: quem olha este sistema representativo, de cima abaixo, desde os regedores até aos ministros, considerando a corte, os empregados, os magistrados, os parlamentos, os tribunais, as dioceses, as câmaras, vê que desigualdades será necessário cortar, que infâmias será necessário esmagar, que nódoas será necessário lavar.

E o governo parece querer que estas nódoas sejam lavadas com sangue! Pois teremos de ver outra vez em Portugal os dramas populares de 20 e de 46, de ver os alvoroços, os sobressaltos, as amarguras, as prisões, as confiscações, as emigrações, todo esse cortejo inflamado e sinistro das revoltas?

Para que alguns homens estejam no ministério! Todos o repelem: as câmaras municipais, o povo, o exército; e apesar disso, pelo egoísmo frenético da conservação, prefere à sua demissão o sangue dos liberais.

Não tinha estatutos aprovados a associação patriótica:

Pois a realização de um direito precisa porventura de sanção? Pois é necessário impetrar licença para tornar exequível uma liberdade de há tanto garantida, de há tanto protegida pelas constituições e pelas leis?

Pois a educação política, a instrução do povo, é uma coisa tão perigosa e tão subversiva que precise de licença superior para viver no Estado?

Pois a liberdade da discussão política, a vontade popular, a opinião, estas coisas conquistadas com tantas revoluções, com tantas dores e sangue do povo, precisam para se organizarem das licenças régias? Pois alguém pode autorizar um direito que não pode proibir?

Não querem as associações públicas, terão as associações secretas; não querem a discussão, terão a conspiração; porque nós entendemos que uma associação que tem a chancelaria do povo, escusa de ter a chancela da secretaria.

Mas aquela associação era um gérmen de liberdade, não convinha ao governo.

O seu fim era (segundo os estatutos) concorrer para a boa direcção dos negócios públicos, apreciando as medidas apresentadas no parlamento; e o governo não quer que lhe analisem as suas medidas, que revelem ao povo o que há nelas de vexador e de reaccionário.

O seu fim era vulgarizar os seus estudos sobre administração pública; e o governo quer ignorância destas matérias, para poder livremente derramar o seu sistema iliberal, para exercer as vinganças do patronato, para modificar a justiça conforme o seu interesse, para dominar pela sua vontade, e não dirigir pelo direito, para suspender as garantias, aniquilar o sentimento patriótico da vida local.

O seu fim era instruir e moralizar o povo acerca dos seus direitos e deveres civis e políticos; mas isto é o que o governo não queria: o que ele quer é a ignorância do povo e a desmoralização do povo; porque o povo ignorante sofre, é vexado, esmagado, e fica num frio silêncio; porque o povo imoral

sofre, é vexado, é esmagado, e fica numa fria indiferença. Não convém ao governo que o povo saiba a lei, saiba os princípios, saiba as verdades políticas, saiba o espírito das constituições, saiba os seus direitos; porque quer torcer a lei, quer desprezar os princípios, quer desconhecer as verdades políticas, quer destruir as constituições, quer esmagar os direitos.

O fim daquela associação era concorrer para que o direito de eleger fosse exercido conscienciosa e esclarecidamente, sem espírito de facção ou de partido, mas unicamente no intuito do bem público; ora isto é o que o governo não queria; quer que as eleições sejam feitas no sentido da sua conservação, quer educar e criar as maiorias, quer vassallos e não deputados, quer uma camarilha representativa, adulatora e escrava, servilmente uniforme, curvadamente obediente.

Eram estes os fins da associação; por isso foi dissolvida.

Os seus fins eram criar a liberdade, promover a prosperidade, consolidar a igualdade, entronizar a justiça; por isso foi dissolvida.

Era um perigo constante esta associação liberal num estado reaccionário. Era uma conspiração constante da liberdade contra a vexação.

Era a conspiração da lei contra o arbitrário, era a conspiração da justiça contra a opressão. Era necessário extingui-la.

Podia alargar-se por todo o reino, começar a criar cidadãos, dar uma direcção justa e nobre às tendências políticas, dar os maus costumes da independência, contaminar as almas com as ideias da liberdade, revelar terrivelmente os direitos aos povos; era um perigo, era um mal, era um abismo, era enfim a liberdade. O governo devia-a destruir.

Possa este canto de terra, que ainda se chama Portugal, não ser ensanguentado pelas revoltas! Possa afastar-se o momento de luta entre os que ceifam as mesmas searas e se assentam às mesmas sombras.

O povo é sofredor, o povo é nobre, não vá todavia ao despotismo do governo seguir-se a anarquia do povo; não vá

ao sereno murmúrio das ideias seguir-se o áspero zunido das balas. Olhe o povo que o governo quer chamá-lo para um terreno onde só ele tem uma vantagem ensanguentada; é o terreno da revolta.

Logo que o povo irritado e tumultuoso ali chegue, será emigalhado, disperso, dizimado; porque naquele terreno da revolta o povo só tem por si a sua justiça, e o governo tem a ditadura, a intervenção estrangeira, e a traição à Pátria!

Há pouco dizíamos: «desprezar o direito de petição é animar o direito de insurreição.»

No Porto houve tumultos, ferimentos, cargas de cavalaria, disposições sumptuosas de força, aniquilação de resistências, prisões, aclamações, rebates, etc.

Tinham desprezado o direito de petição, aí está agora a insurreição.

Tinham desprezado, combatido, escarnecido, inutilizado, sufocado a interferência legal e pacífica; aí está agora a interferência violenta e ensanguentada.

Aqueles tumultos do Porto não significam uma rivalidade de regimentos, uma desordem de desertores, uma indisciplina militar, uma animosidade popular; significam o direito de protesto, que, vendo-se repellido quando procedia pela razão, volta agora para ser respeitado, porque há-de acometer pela força.

De 20 em 20 anos, neste século, em Portugal, a antiga e legendária árvore da liberdade cobre-se de musgos, de heras, de plantas noedoras e parasitas, de excrescências que lhe tolhem o robustecimento, que lhe secam a seiva e lhe desramam a frondosidade.

Esses musgos e essas heras são a reacção, a vassalagem, a desonestidade política, a corrupção oficial, as tendências iliberaes, os despotismos burgueses; de 20 em 20 anos é necessário limpar a árvore da liberdade.

É necessário cortar e decepar tudo o que lhe tolhe o arredondamento da verdura, o alargamento da ramagem que lhe seca os frutos e lhe derruba a vida: são limpezas que se chamam revoltas.

A árvore não foi limpa há vinte anos; está sobrecarregada e coberta de musgos, de ervas, de gramíneas: é necessário limpá-la.

O Porto não sossega. O Minho, inquieto e desolado, em resposta ao desprezo pelas praças, prepara a vingança dos campos. Há no país uma convulsão revolucionária. É a última desgraça da Pátria: havia um déficit enorme, um crédito amiquilado, um estado de paralisia industrial, um perigo instantâneo de invasão e de anexação, as vésperas de uma miséria; faltava a revolta. A revolta apareceu.

A revolta é a morte do comércio, a destruição da propriedade, a amiquilação da agricultura; são as famílias dispersas, são as prisões, as emigrações, as escaramuças, os contínuos movimento de tropas, os saques de aldeias e de quintas, o incêndio das searas, o roubo dos gados, o luto terrível das famílias, uma profunda ferida no trabalho, na instrução do povo, na consolidação da riqueza, da prosperidade e da liberdade. Se amanhã começarem estas angústias, a quem se há-de dar a responsabilidade sinistra?

Ao governo. Ele só ele, é o fautor de revolta, e o provocador de tumultos.

É o governo — que não podendo conservar-se pela liberdade, quer viver pela ditadura.

É ele — ele, que desprezou as petições, os manifestos, os *meetings*, as representações, a imprensa, as livres municipalidades, os protestos legais, a vontade popular.

De todos os meios que o povo tinha de apelar, de reclamar em nome da sua justiça, apenas lhe deixou a revolta.

Pois como tem procedido a oposição popular? Não peticionava humildemente? Não impetrava a licença para a celebração das suas assembleias? Não proclamava a ordem, o

sossego, a interferência legal, pacífica, paciente? Não discutia nobremente? Não era a imprensa cortês e moderadora? Não era com argumentações, métodos filosóficos, sistemas económicos e positivos que combatia as medidas do governo?

Porque não foi então atendida esta opposição popular?

Era uma facção que intrigava? Era um clube que protestava, com isoladas vozes de despeito? Era um corrillo que chorava solitariamente as misérias da Pátria, enquanto a Pátria repousava satisfeita e abundante, entre as venturas e as glorificações?

Era algum bando decaído que se revolvia nas negras espumas da inveja e do despeito?

Era alguma questão estéril de individualidades ou de nomes?

Era algum feito de represálias políticas? Não. Era um partido único — o Povo, pedindo uma única coisa — a Liberdade. Liberdade industrial, fiscal, social, municipal, policial.

Liberdade por toda a parte. Derramamento da abundância.

Não eram idealidades que ele pedia, era a realidade que rejeitava.

Rejeitava o imposto do consumo, o tratado de comércio, a reforma administrativa, a reforma diplomática, a criação da guarda civil.

Queria sobretudo a moralidade. Porque devemos dizê-lo: no povo não há só opposição enérgica às medidas ministeriaes, há sobretudo opposição à corrupção official. O povo está cansado das maiorias vassalas e assalariadas, da prepotência de certos espíritos inintelligentes, das intrigas da camarilha e da corte, do espírito conservador, iliberal e aristocrático de certas influências, das polémicas vãs e inúteis, do espírito de functionalismo que invade tudo, destas perigosas e grotescas tendências militares que são nocivas na ordem moral; o povo está cansado de ver que nada temos adiantado do século XVIII; que tudo se resolve ainda por influências freiráticas, por combinações de fidalgos, por vontade da camarilha; que é o espírito contesão

que domina a política; que governam as devassidões, os empenhos, os galanteios, as obrigações da amizade, as vaidades do luxo, os brindes, os saraus, enquanto a justiça morre, e o povo come parcamente o que lhe deixa o fisco!

É isto que o povo está cansado de ver.

Mas o governo entende ainda que aquele estado é pequeno vexame político, social e moral, e instiga as revoltas, e provoca os distúrbios.

Quer que o imposto que reduz a carne seja combatido pela revolta que prodigaliza o sangue!

Aqui está o estado do país. O que nos espera ainda? Só se for a intervenção estrangeira. O governo já tomou o caminho que vai dar a essa traição; primeiro a pressão, depois a repressão dos tumultos pelas armas, depois a supressão das garantias civis, depois a ditadura, depois as prescrições, depois a intervenção.

Oh liberdade em Portugal, miséria e nada!

N.º 33, 2 de Maio

A Lisboa vai a comissão da câmara municipal do Porto pedir ao rei a interferência do seu veto.

Este pensamento generalizado energicamente, e realizado pelas câmaras do reino, era ainda um acto de opposição, da proveitosa e serena opposição, que é necessário manter para evitar os tumultos perigosos e as faíscas revolucionárias.

As câmaras municipais compete a defesa incansável das liberdades, das abundâncias, das economias populares.

Ora cada câmara vê bem, no seu concelho, a agricultura sofrendo com o imposto do consumo, pelo aumento do salário, pela escassez dos braços, pela atenuação da produção; sofrendo pelo rebaixamento dos seus géneros vendáveis, pela concorrência, que, com elementos insuperáveis, lhe faz a produção estrangeira; vê que as classes operárias vão entrar nos proletariados inumeráveis, viver do empréstimo, ter a debilidade das forças e a rudeza dos trabalhos, etc., etc.; vê enfim os inconvenientes todos das medidas que há três meses têm dado ao país a inquietação, a indignação, a manifestação, e por fim a revolta. Em tais circunstâncias, o dever das câmaras não é ficar recompondo e trancando actas, questionando protaidamente as arrematações, discutindo, com pomposa seriedade, a plantação de uma peónia ou de um manjerição, passeando a sua atenta minuciosidade sobre uma calçada gasta ou sobre

uma grade mal pintada; o seu dever é colocar-se ao lado do povo, estudar-lhe os seus interesses, representá-lo no congresso inteligente das oposições, protestar, reclamar em nome dele, defender, com tenacidade intratável, a sua felicidade, a sua abundância, o seu pão, migalha por migalha.

Crescem os tributos; as populações reclamam; tudo o que pensa e argumenta, os jornalistas, os publicistas, os economistas, os legisladores, apelam, em nome do povo, das violências tributárias que vão matar a produção, o trabalho, o consumo, a saúde, a liberdade, o comércio; só a câmara municipal desta terra, que devia falar, representar, peticionar, se conserva mudamente atenta sobre o repertório, para ver em que dias a claridade suave do luar lhe há-de vir, familiar e caseiramente, economizar o azeite!

Se a câmara assim fica, na abstenção punitiva de todo o movimento apaixonado e popular, é sem dúvida por entender em seu espírito que, acima da questão de liberdade, de economia, de legalidade e de abundância, acima da questão do proletariado ou da felicidade agrícola, da questão de patriotismo, de moralidade, de instrução, que acima da divisão racional do trabalho, do acréscimo de consumo, do desenvolvimento da produção, da atenuação da miséria, da universalização do bem-estar, está a séria, a justa, a filosófica questão da pintura mirífica e esplêndida das grades do passeio.

Que importa o povo, a instrução, a felicidade das classes operárias, as dificuldades do salário, os embaraços da vida popular, a higiene, as vexações da fiscalização, tudo isso que traz o imposto mortuário? Que importa a indústria ferida pelo tratado do comércio? As garantias, o município, o direito de petição, morto pela reforma administrativa?

Que importam essas questões de onde depende a felicidade das classes, a abundância das populações, o desenvolvimento das cidades, a riqueza, a elevação e supremacia do país? Que importa isso tudo perante a questão que se resolve tenebrosamente no espírito da câmara, a profunda questão de saber que

forma há-de ter o tabuleiro em que será plantada a luzerna, a outra mais imaginária sobre qual deve ser a cor dos vasos de rainúnculos, ou enfim a outra, a mais pávida, a de saber se os lavores do chafariz devem ter a forma de couve ou de cabeça de golfinho!

Os negócios internos devem decerto ocupar a inteligência atenta das câmaras; mas deve o seu pensar escrupuloso traduzir-se em melhoramentos fecundos, em reformas úteis e imprescindíveis, em iluminação segura e policiadora, em boa e higiénica condução de águas, em melhoramentos dos edificios públicos, em rigorosa e justa fiscalização dos géneros, em limpeza das ruas, em desobstrução de becos, em trabalhos de calçadas e de construções, indispensáveis como trânsito e como hygiene, etc., etc., e não em maravilhosas puerilidades, que demonstram curiosidade paciente, mas direcção inefficaz.

A câmara desta cidade não representou, a câmara não peticionou, não mandará comissão ao rei. Mas não foi por política, decerto: foi por andar preocupada com a sua maravilhosa luzerna, e andar triste pela avareza de Deus, que não prodigaliza o seu luar, para economia do município.

Não foi política. Não se poderia acreditar que a câmara abandonasse o povo, de quem procede, que, por ambição ou por esperança de dádiva, ou por ligação afeiçoada, se fosse colocar espontânea e gloriosamente nas intimidades do governo. Não podia a câmara proceder assim: abandonar o povo, quando ele se lamenta; deixá-lo no isolamento da luta, quando lhe tinha prestado o voto de protecção; rasgar moralmente o mandato sagrado; renegar a espontaneidade dos espíritos que lhe confiaram o depósito das garantias e felicidades municipais; desprender-se daqueles com quem se devia identificar; ajudar a vexar aqueles que devia proteger; atraiçoar aqueles que devia salvar; não pode este ser feito de cidadãos, de homens livres, de consciências sãs, de honras fortes. Não pode ser: por isso diremos que foi a indiferença, que foi o desleixo,

que foi a luzerna, mas nunca a política, que assim fez abandonar o seu lugar aos protectores do povo.

De que valia então nomear a grande multidão autoridades populares? Para a combater, para a abandonar, para lhes despedaçar a fortuna e os destinos?

A política das câmaras é a política do povo. Não devem conhecer outra, sob pena de maculação de espírito; não devem seguir outra, sob pena de traição de facto.

A política do povo neste momento é a política de libertamento, de abundância, de prosperidade; como a política do governo é de opressão, de abaixamento, de miséria. Abandonar aquela para seguir esta, seria um facto deplorável e desonesto, se fosse um facto realizado.

Mas a abstenção da câmara não foi política, foi quando muito desdenhosa: eram estas pequenas questões, imperceptivelmente pueris, que desdizem da magnanimidade espiritual da câmara. É o antigo desdém das supremacias. O céu, que tem as constelações enormes, deve, no seu pensar divino, desprezar a relva húmida, onde só há pirilampos; a câmara municipal, que tinha a luzerna e as peónias, devia desprezar esta política popular, que só tinha a liberdade.

N.º 33, 2 de Maio

O sr. visconde de Leiria, comandante da divisão, e o sr. barão de S. Januário, governador civil do Porto, em liberal união, proclamaram desta sorte aos habitantes do Porto:

Cidadãos Portuenses:

A agitação e o sobressalto em que nestes últimos dias tem estado a população desta cidade, em consequência dos sediciosos tumultos provocados por alguns espíritos turbulentos e desvairados, têm colocado a autoridade na dura necessidade de reprimir os excessos praticados contra a força pública encarregada de manter a ordem e de fazer respeitar as leis do Estado.

Nesta situação anormal, cujas consequências não podem deixar de causar graves perturbações no bem-estar de uma povoação comercial e fabril, as autoridades incurririam em não pequena responsabilidade, se não recorressem a todos os meios que as leis lhe facultam para evitar a repetição desses excessos e manter impreterivelmente a tranquilidade pública.

É por isso que o chefe administrativo do distrito e o comandante da divisão militar, julgam conveniente prevenir o público sensato e amante da ordem, e que felizmente é a generalidade da população desta cidade, de que a força pública

não pode, sem faltar aos seus deveres, deixar de empregar todos os recursos de que dispõe para de uma vez pôr termo às desordens e tumultos; e portanto, apelando para o bom senso e sentimentos de ordem dos cidadãos portuenses, lhes recomendar completa abstenção em concorrer aos ajuntamentos sediciosos, se infelizmente se repetirem, para não partilharem das desagradáveis consequências a que se expõem os perturbadores do sossego público.

Porto, 23 de Abril de 1867

O Comandante da divisão,
Visconde de Leiria

O governador civil,
Barão de S. Januário

Assim proclamaram. É este um uso tomado sem dúvida dos capitães-generais de Madrid, na véspera dos fuzilamentos e das deportações sem-número.

O comandante da divisão, ingerindo-se nas atribuições administrativas; o general, proclamando a cidadãos livres, com a mesma pompa com que se exortam prisioneiros; as frases suasórias e conciliadoras do senhor de S. Januário, entrecortadas com a luz reluzente das baionetas; as autoridades do Porto, dando ao direito a atitude da força, e substituindo as práticas constitucionais por costumes e formas de acampamento: é uma terrível ironia neste país que se diz de liberdade, e que é apenas de arbitrário.

Naquella proclamação o sr. visconde de Leiria representa de mais a força, como no país o governo representa de mais a reacção.

O sr. governador civil fez talvez bem em chamar à cordura e à benevolência aqueles que os seus brilhos cavalheirescos

tinham incitado à desobediência; a ele está confiada a ordem, só ele é responsável e arbitrador no momento de tumultuações populares; a força, o soldado, as baionetas, estão de longe nestas lutas políticas, indiferentes e neutrais, e apenas avançam quando a autoridade civil precisa solidificar o direito com a força e apoiar a legalidade na coroinha das baionetas. Então a força, com brandura, com humanidade, com moderação, com justiça, deve dispersar os que tumultuavam. Mas proceder como procedeu no Porto, é inconstitucional perante a lei; e é bárbaro, indigno perante a justiça. Atropelar o povo, maltratá-lo covardemente, mutilar velhos, crianças, mulheres, envolver nas mesmas cargas os indiferentes, os tumultuados, os que passavam, os que acudiam, esmagar sem atenção, dispersar sem respeito, não é destes tempos, destes costumes, destas liberdades e destas grandezas populares. Isso faz-se em Espanha, e é condenado pela Europa! Nós temos um governo civil, não temos um governo militar. Se a pedrada do povo não é uma garantia constitucional, a tirania soldadesca não é um princípio liberal.

Ainda não chegaram os tempos em que as sérias discussões da ideia política se hão-de passar, entre baionetas, ao pé dos muros das prisões, pouco distante do pau das forcas. A política por ora ainda não saiu de sob a protecção da lei. Se já temos o aspecto da ditadura, não temos ainda a realidade. E esse aspecto, suportamo-lo porque o povo é bom, sofredor, inteligente; e só quando vê a sua liberdade moribunda, é que faz a sua força invencível.

Ora o sr. ministro do reino tem particular gozo nestes procedimentos despóticos que o alçam a ele até à esplêndida indignidade de ditador. Filho da escola doutrinária, como não pode viver pela ideia do presente, que é a liberdade, quer viver pelo facto do passado, que é o privilégio. Homem sistemático, quer estender o seu pensamento iliberal pelo mundo civil, pelo mundo religioso, pelo mundo militar, e quando se trata de

administração, suprime a liberdade municipal; e quando se trata de repressão, prodigaliza a anarquia militar. Eis aí.

Aquella proclamação dá-nos a medida do que será este país em mãos ousadas, se porventura a revolta fizesse nascer a ditadura.

Aquella proclamação conoa os excessos da soldadesca. O senhor barão de S. Januário lembra o que o povo sofrerá se se revoltar, chamando para testemunha e apoio da sua affirmativa o comandante da divisão. Mesmo nas horas pacíficas, o Porto tem sobre si a ameaça perpétua das espadas e das fuzilarias. A administração e direcção pública é colaborada pelo governador civil e pelo governador militar.

Inventem-se os deveres. O sr. governador civil recompensa a tropa, o sr. comandante ameaça os cidadãos. Assim, o arbitrário e a força occupam todo o sistema do governo, e tanto o occupam que não fica espaço para a liberdade!

N.º 34, 5 de Maio

Nós estamos hoje num estado político que se pode chamar a *naturalização da crise*.

De facto, parece que esta situação violenta de descontentamentos populares, de cinismos parlamentares, de egoísmos ministeriais de agitação revoltosa, de sobreexcitação pública, vai tomando foros de nacional, vai-se inoculando no nosso carácter, vai-se alargando nas páginas da história contemporânea, e fazendo deste país, que tanto tem sofrido pela liberdade, pela independência, pela justiça, a pátria eterna dos abusos.

Com efeito, Portugal é já — a pátria dos abusos.

Aqui, neste país, hoje, não há abuso, não há prevaricação, não há indolência, não há corrupção, não há miséria, que não viva satisfatoriamente, sob a protecção e a chancela oficial.

E o que é pior, não há salvação: porque parece que o governo tem o orgulho da sua própria gangrena. Ainda há pouco foi dissolvida uma associação porque os seus fins eram instruir, moralizar o povo, inaugurar as eleições conscientes e inteligentes, robustecer o patriotismo pela honra política dos cidadãos. Fim moralíssimo, meios moralíssimos, espírito moralíssimo: era o primeiro exemplo que em Portugal se dava de uma grande associação de moralidade. Era a iniciativa generosa da justiça: foi dissolvida. Foi combatida como um remorso, evitada como um castigo.

Aqui não podem ter foro de livres as associações honradas, só têm garantia e segurança as prevaricações manifestas.

Aquela associação pelejava nas batalhas intellectuais, tendo por espada imortal a justiça: todos os nobres pensamentos se realizavam e fecundaram a sua acção. A instrução, a consciência, a justiça: querer dar ao espírito público estas virtudes é querer o bem da pátria, a vitória das grandes ideias, o derramamento da liberdade, da prosperidade e da abundância. Foi dissolvida.

Que importava ao governo que aquella associação fosse o primeiro passo da alma deste país ressuscitado? Impedia as suas ambições, ameaçava os galões das suas fardas: era inútil como tal e era prejudicial ao país. E o país, na linguagem official, é aquele espaço que vai de S. Bento às secretarias e das secretarias ao conselho de Estado; só aí é o país. O resto é o lugar dos escravos, dos que trabalham, dos que pagam, dos que são soldados, dos que morrem de cansaço, dos que se meiam, desses miseráveis que o governo julga não terem bastante valor para serem atendidos, mas terem já o dinheiro preciso para não serem inutilizados. Por isso de balde se diz: o país sofre, o país combate o imposto; que importa ao ministério?

Por mais que sofra, que se torça, que se estiole de fome, há-de ter sempre a migalha para o fisco, o braço para o recrutamento, e o voto para o tempo das eleições compradas. Demais pode clamar, pedir justiça, melhoramentos; ninguém se preocupa, ninguém o atende, ninguém revela alguma ideia de desopressão e de libertamento. É assim que o povo é considerado no mundo ministerial.

As provas bem resplandecentes estão. O povo foi atendido? Não. Foi respeitado? Não. Foi poupado nos tributos? Não. E metralhado, pisado, esmagado? Foi.

Foi, porque parece que este governo só o povo atende quando tem de o despedaçar.

Então voltam-se para ele as autoridades administrativas

e as autoridades militares, todos lhe proclamam, todos lhe aconselham sensatez, todos se rojam. Depois vem a carícia da cutilada e a benevolência da carga de cavalaria.

Parece que nas ideias do ministério está o fazer caminhar o país, espicaçando-o com a espada, e fazer-lhe penetrar as ideias na cabeça e os sentimentos no coração, por meio de balas.

Os que falam ao povo não fazem relações imaginosas da política ministerial. Há três meses, todos o têm visto, só tem havido pressão, repressão, desprezo, desconsideração, força, brutalidade para o povo. Depois de o desconsiderarem, acutilaram-no. O governo censurou ao povo que peticionava, a prodigalidade da palavra; e ele, então, tem a prodigalidade do sangue. No Porto foram acutilados velhos, homens indefesos e trôpegos, crianças, mães que passavam com seus filhos, pobres criaturas inofensivas, que fugiam: numa rua, um homem de 80 anos, que estava caído, foi pisado, torturado, acutilado e quase morto; mulheres que se aproximavam, inquietas e medrosas, eram lançadas por terra e brutalizadas. O governo então deu ordem ao comandante da divisão que procedesse com mais rigor, porque aquilo fora só a primeira brandura. Era ainda a timidez da força. E o senhor general proclamando militarmente aos cidadãos, fazia encobertas ameaças onde se pressentia a morte. É misto que o povo deve atentar.

Por um lado despezam-no; por outro, tributam-lhe a carne, o arroz, o vinho, tudo; por outro, maltratam-no, acutilam-no e despedaçam-no. Nada tem ele a esperar deste governo, a não serem as últimas violências, a perseguição, o vexame, os impostos triplicados. Atenda o povo.

É ele que cria a sua felicidade, a sua ventura, o seu bem-estar, a sua riqueza. Se adormecer, ficar indolente e inerte, verá a miséria, as perseguições, as famílias dispersas, o pão escasso, as mil desgraças, as prisões terríveis, o estado doloroso dos países perdidos.

Se atender, se se reunir e falar, se se congregar em assem-

bleias, se encarnar o seu pensamento numa acção justa, se prestar o seu apoio aos que por ele pedem e clamam, se se der aos braços que o defendem, se em tudo seguir os conselhos que a justiça dá pela boca da verdade, então poderá ter ainda a sua felicidade, a sua abundância, a sua riqueza o seu sossego, e a vida tranqüila.

Há uma terra onde, por uma péssima excepção ao sistema de boa administração, a polícia é perfeitamente descurada, a segurança individual abandonada ao acaso da força e da luta, onde não há iluminação, nem patrulhas, nem rondas, onde o lajedo é a pátria segura dos malfeitores, onde todas as devassidades se prodigalizam livremente, onde tudo que faz a vida de associação civil regulada e sossegada, é perfeitamente esquecido; uma terra onde tudo é livre, e com abundância, a cacejada, a pedrada, a punhalada, a prostituição, a obscenidade; onde há menos segurança do que na última aldeia da Turquia. Esta terra é Évora. Todos o sabem.

A desgraça desta cidade, o seu abaixamento, o aumento terrível da criminalidade, a desconfiança individual, a sua imoralidade, as suas poucas condições de salutar hygiene, toda a sua decadência, se explicam por estas palavras — *sem policia*.

A policia é alma da vida de associação; toca todos os pontos dos interesses individuais: a saúde, a segurança, a prosperidade, a fortuna, a vida, a confiança, o negócio, a moralidade, a propriedade, a liberdade. Nas terras onde não houver policia, aqueles interesses perdem-se, inutilizam-se, e transformam-se em perigos: a saúde prejudica-se, a segurança perde-se, a prosperidade amisca-se, a fortuna atenua-se, a vida periga, a confiança esmorece, o negócio paralisa-se, a moralidade esvai-se, a propriedade debilita-se, e a liberdade diminui. Já se vê daqui o abaixamento, a decadência, a inércia, a indolência, a perversidade, a desmoralização, a pobreza, a que chegam aquellas terras onde falta a policia. Donde vêm aquellas

inferioridades reais de certos países, aliás numas condições de prosperidade, de força, de riqueza, de material, superiores às supremacias territoriais da Europa? A inferioridade da Turquia, da Suécia, da China, do Brasil? Da falta de polícia.

Polícia não significa só patrulha e ronda de cabos. Polícia significa o princípio mesmo das sociedades democráticas e livres; significa protecção da lei. O que está nestas três palavras — protecção da lei — é toda a vida social: a fortuna, o comércio, a indústria, a política, a liberdade, a igualdade, a moralidade, a independência.

Pois bem, aqui, nesta terra, não há polícia: isto é, não há segurança, nem protecção, nem moralidade, nem liberdade, nada. Não há a polícia material, que é a protecção visível e actuante da força e da prevenção administrativa, e não há a polícia moral, que é a protecção invisível da lei e a responsabilidade perante a justiça.

Aqui, a cidade está abandonada aos malfeitores, aos criminosos, a todos os que tiverem uma má intenção qualquer: de noite não há iluminação, não há patrulhas, não há rondas; a prostituição, o roubo, o assalto, são imunidades de que o mal goza em Évora. Cada um toma a responsabilidade da sua própria segurança e nenhuma confiança põe nas autoridades. Como todos sabem que as não dirige o seu dever, não as esperam pelo lado do direito. Onde estiver a amizade, a prepotência, o privilégio, a influência, é onde elas estão. Onde for necessária a protecção, a lei, a justiça, a polícia, é onde elas faltam.

A higiene, a polícia de prostituição, a iluminação, a polícia nocturna, a vadiagem, a desmoralização, tudo é desprezado profundamente, esquecido e abandonado.

Onde a lei não dá protecção, não merece respeito. Assim a criminalidade aumenta todos os dias. Não é isso devido ao instinto mau da população, ao carácter áspero da raça. Não; é devido à inércia, ao desleixo, ao abandono da polícia. Coisa

horrível, que os que devem diminuir a criminalidade, sejam, pelos seus abusos, os que a vão aumentar.

É este um caso em que parece que as autoridades foram dadas para tornar as terras piores. É um estado este, estado bárbaro, onde, sob pena de responsabilidades terríveis, esta terra não pode subsistir.

O cidadão está exposto de dia ao vexame, ao insulto, à desfeita; de noite ao roubo, à punhalada, ao tiro, a todas as violências e destruições. As ruas à noite são escuras, intransitáveis pelas trevas, terríveis pela solidão desoladora, ou então iluminadas pelas luzes de prostituição, ruidosas pelo som das obscenidades, povoadas pelos miseráveis. Encontram-se nas ruas vultos, uns adormecidos sobre a calçada no frio da vadiagem, outros ébrios, outros emboscados. Quem vem da solidão das aldeias estremece diante da solidão desta cidade, porque não há aldeia, não há vila pobre, não há povoado, onde seja tão grande o abandono, tão perigoso o trânsito, tão difícil a convivência, tão tenebrosos os becos e as ruas.

Esta questão de polícia é principal.

Voltaremos a criticá-la.

E todavia, todos podem imaginar quanto nos pesa ter de acusar mais as autoridades do que os criminosos! Mas na terra onde há o despotismo dos abusos é que é necessária a anarquia dos castigos.

N.º 35, 9 de Maio

«Recebo todas as representações que me sejam endereçadas, julgo-o um dever. Asseguro à câmara e à cidade do Porto que sei ser rei constitucional, e que não altero a norma de dirigir as minhas acções, como soberano, pelos deveres que me marca a constituição.»

Foram estas as palavras que o rei respondeu à comissão da câmara do Porto, vinda em nome do povo.

Nada mais respondeu, como rei constitucional que é.

Representou o povo às câmaras, contra as medidas; as medidas foram votadas: representa ao rei; o rei declarou que é rei constitucional.

De modo que com estas representações, estas comissões, estes santos entusiasmos populares, apenas o povo lucrou o ouvir declarar ao rei, ainda que ninguém o duvidava, que ele era rei constitucional; e também que não alteraria o costume de regular a sua acção pelas salutares prescrições da constituição. A comissão tomou o comboio e voltou para o Porto, a relatar o fim da sua missão. E afirmam os mais íntimos que a comissão se retirara amplamente contente com as demonstrações de affecto populares que teve em Lisboa.

Impostos oppressivos, administração iliberal, dispêndios do luxo official, pressão policial, repressão tirânica, funcionários inertes, autoridades militares inspirando com a ponta da es-

pada a acção administrativa, tratados de comércio meditados durante anos para arruinar a indústria nacional, criminosos subtraídos à acção da justiça pela influência de uma maioria legislativa, representações acolhidas na câmara com improperios e sufocações, o direito de petição extinto, a segurança individual precária, intimidades políticas e mutuárias com a Espanha, todo este estado do país, que é um reflexo de 46 e uma negação de 20, esta crise prolongada, esta convulsão contínua, este sobressalto de todas as liberdades, estas presunções oligárquicas, esta farsa política já um pouco ensanguentada, esta febre, toda esta luta, apenas alcançou, com esforços e reuniões e conciliábulos, que o rei declarasse que efectivamente era constitucional. Uma das primeiras linhas da carta diz que o rei é irresponsável. Aquela resposta, pois, reza sobre o ministério, ou com as suas glórias, ou com as suas tristezas. E sendo assim, o ministério bem precisava declarar que era constitucional, que estamos num país constitucional, que tínhamos rei constitucional, e também, por luxo de organização, um parlamento constitucional. Todo o mundo ia duvidando disso.

Víamos as representações desatendidas, as petições desprezadas, a liberdade insultada, a opinião eliminada, o direito de reunião proibido, o direito de petição extinto, os limites dos poderes confundidos, o privilégio superior à lei, a maioria distribuindo a justiça e inocentando criminosos, e inutilizando os códigos; víamos isto, e, na nossa consciência, estamos pensando que seria necessário de novo emigrar, desembarcar no Mindelo, assentar barraca nas linhas do Porto, sofrer as prisões e as perseguições, e começar pacientemente a reconstruir o sacrário da liberdade, espedaçado e sujo. Pensávamos isto.

Ainda bem que o ministério declarou, na sua ingenuidade, que tudo era ainda constitucional!

A nós parece-nos mas é que se aproxima o tempo em que a sociedade portuguesa precisa ser definida.

Vivemos há muito tempo nesta anarquia de todos os

abusos, de todas as licenças, de todas as corrupções: é necessário ordenar e regularizar o país.

As revoluções são factos providenciais: ninguém o nega. Quando um país chegou àquele estado de miséria, de decadência, de abaixamento, em que os mais esperançosos se humilham e os mais devassos tremem, é tomado por uma daquelas convulsões que se chamam revoluções, e sai delas curado e feliz. São brutalidades da história: mas brutalidades sagradas que salvam, como as dores de uma operação. Há sempre desgraças, sangue, ruína, mas qual tem sido neste mundo a felicidade que não tem custado uma dor?

A liberdade, o sufrágio, a imprensa, o livre exame, a igualdade, as regalias, os direitos humanos, tudo isso foi conquistado passo a passo, com derramamento de sangue, com lutas insofridas, caindo aqui um monumento como a Bastilha, além uma cabeça, como Luís XVI ou Carlos I.

E no entanto, daquela destruição de monumentos e de cabeças saiu formosa a liberdade.

Nós não apoiamos as revoluções.

As revoluções não são factos que se aplaudam ou que se condenem. Havia nisso o mesmo absurdo que em aplaudir ou condenar as evoluções do Sol. São factos fatais. Têm de vir.

De cada vez que vêm é sinal de que o homem vai alcançar mais uma liberdade, mais um direito, mais uma felicidade.

Decerto que os horrores da revolução são medonhos, decerto que tudo o que é vital nas sociedades, a família, o trabalho, a educação, sofrem dolorosamente com a passagem dessa trovoadá humana. Mas as misérias que se sofrem com as opressões, com os maus regímenes, com as tiranias, são maiores ainda. As mulheres assassinadas no estado de prenhez e esmagadas com pedras, quando foi da revolução de 93, é uma coisa horrível; mas as mulheres, as crianças, os velhos morrendo de frio e de fome, aos milhares nas ruas, nos invernos de 80 a 86, por culpa do Estado, e dos tributos e das finanças perdidas, e da fome e da morte da agricultura, é pior ainda. As desgraças

das revoluções são dolorosas fatalidades, as desgraças dos maus governos são dolorosas infâmias.

Entendamo-nos. Nós não estamos na véspera de uma revolução: estamos na véspera dos tumultos, das desordens, das perseguições, isso é incontestável, ninguém se deve iludir. Se não é em 67, será em 68. Mas não temos decerto a agonia de uma revolução. Virá. Virá também.

E virá preparada por estes abusos, por estas corrupções, por estas indignidades. Eis aí.

Quando ela vier, o povo muito deve castigar, porque muito tem sofrido!

A câmara dos deputados vedou a continuação do processo instaurado aos deputados testemunhas do duelo de 29 de Março! É uma procissão de escândalos e de prepotências. Votam a fome do povo, desorganizam o país com uma reforma estéril, decretam o luxo oficial, e por ultimo, como não estivessem ainda bem divorciados do espirito do país, subtraíram dois culpados à acção imprescritível da lei.

Fizeram da câmara asilo sagrado e inviolável onde se podem acoitar os malfeitores, os bandidos, os sacrílegos, sem que a interferência da lei lhes possa ir dar a violência irremissível do castigo.

Assim podem afoitamente caminhar no mal todos aqueles que lograrem ter voto nos bandos irresponsáveis da maioria. Que importa a justiça, a lei, o código, a igualdade?

Tudo isso é bom para o povo, para a cantalha, para a populaça esfarrapada.

Os deputados, os que estão nas intimidades rendosas das secretarias, esses têm a liberdade do crime e o privilégio da inviolabilidade.

É a câmara electiva quem assim decreta, por uma votação pública, o desacato à lei. É a invasão do privilégio com as suas largas misérias, com as suas desigualdades dolorosas, com as suas infâmias contínuas.

Nada está acima de um deputado da maioria. Nem a abundância do povo, por isso mesmo que eles a aniquilaram; nem as liberdades municipais, por isso mesmo que eles as destruíram; nem a lei, por isso mesmo que eles a renegaram.

Parece que a câmara quis estabelecer este precedente ominoso para se revestir de inviolabilidade para crimes futuros.

Há um certo número de cidadãos encarregados de representar o povo, de velar pela liberdade constitucional, de fazer a lei; e o que faz hoje esse número de cidadãos livres? Oprimem o povo, matam a liberdade, desautorizam a lei; e para isso recebem um salário; ganham um tanto por cada liberdade que assassinam. Depois dão-lhes ainda comendas, empregos e magistérios.

E censuram-se os tumultos, as representações violentas, as provocações ilegais!

Nós sabemos que o crime por que se instaura o processo nos deputados isentos é daqueles crimes que nós absolvemos na consciência, porque são nascidos da fatalidade de um preconceito social.

Ninguém se pode eximir a cometê-los porque incorre no desagrado mundano, no desprezo, na desconsideração. Temos ainda entre nós essa puerilidade feudal que se chama o duelo, e cercamo-la de todas as inconseqüências do nosso orgulho moderno. O homem que não aceita o duelo, a testemunha que se recusa, a que revela as condições do combate, está, pelas prescrições do falso código da honra, incursa nas penas do descrédito, de desconsideração, de desfeita e de desprezo. As sociedades modernas assentam sobre o falso princípio da honra, como as sociedades antigas assentavam sobre o justo princípio da virtude. A honra tem os seus costumes, como a virtude tinha os seus atributos.

Os atributos da virtude chamavam-se então patriotismo, trabalho, pudor, liberdade, saber; os costumes da honra chamam-se hoje opinião pública, fama, conveniências, delicadeza, moralidade, gravidade, etc.

O duelo nasceu destes costumes, vive deles e mata por eles. Quem vive nas sociedades modernas tem pois de aceitar o duelo, como uma daquelas fatalidades, filhas do costume, que prejudicam tudo, a alma, a virtude, o espírito, o coração, mas que é necessário soffrer, que se não prescrevem, que estão arreigadas, que são como o luxo, como a aristocracia, como a moda, como os cumprimentos, puerilidades inevitáveis que ninguém deve desconhecer, porque sofre o desprezo dos outros. Isto é perante os indivíduos. Perante eles, os deputados estavam absolvidos, e todos os que tomaram parte naquele negócio fatal.

Mas perante a lei, outra é a verdade.

A lei vê apenas o facto punível, e já muito condescende com os costumes, não classificando o duelo como o homicídio.

Onde há crime, há castigo: o código penal comina uma pena ao duelo. Por isso, perante a lei, perante o código, é um facto inacreditável, esta subtracção de um criminoso à lei pela força de um privilégio caduco.

Se vamos assim prodigalizando a impunidade, perdemos todo o carácter de povo, de nação, e chegamos às inocências bárbaras das tribos errantes.

Cometer um crime é ser subtraído à acção da lei por vontade de alguns homens, sem que os tribunais possam reclamar, sem que a magistratura possa inutilizar o privilégio, para subsistir a lei; este facto, só por si, contém toda a revelação da nossa miséria moral, do nosso abaixamento, da nossa decadência inevitável. Até agora pensava-se que a maioria só querería esmagar o povo, destruir a felicidade material; agora vê-se que o seu sistema de aniquilação se estende mais longe, e se estende até aos princípios, até às ideias, até à lei!

Que esperanças pode dar então esta câmara de deputados?

Muitas vezes o temos dito: ao povo compete aniquilá-la, caçar-lhe o mandato, cortá-la como se corta um membro gangrenado, para evitar a morte.

N.º 36, 12 de Maio

Diz-se geralmente que o imposto é o melhor meio que o contribuinte tem de colocar a sua fazenda. Isto quer dizer: o contribuinte tem, em retribuição do auxílio que dá ao Estado, ampla protecção da sua fazenda, da sua vida, da sua hygiene, da sua honra. O contribuinte paga ao Estado os serviços que dele recebe, serviços que se chamam policia, hygiene, viação, canalização, iluminação, protecção, etc.

Nos Estados mais profundamente democráticos, onde tudo se deixa à iniciativa individual, onde há anarquia de cada um, onde a espontaneidade é a primeira feição dos espíritos, e a liberdade o último complemento das populações, nestes Estados o governo tem exclusivamente o carácter policial.

É ele quem mantém a ordem de todos, na *anarquia de cada um*.

O indivíduo alarga a sua iniciativa, o seu industrialismo moral em qualquer sentido, com a certeza de encontrar sempre, seja qual for a direcção que dê à actividade do seu espírito, a protecção do governo.

O indivíduo, assim liberto dos cuidados materiais da associação, desenvolve-se largamente no sentido da industria, da ciência, da arte, do comércio, da imprensa; prospera e fecunda. O governo toma por ele a obrigação de suprir as dificuldades e faltas da vida material.

O governo ilumina-lhe as ruas, abre-lhe as estradas, protege-lhe a sua propriedade, garante-lhe a segurança do seu comércio, conduz-lhe higienicamente as águas que ele há-de beber, fiscaliza-lhe os géneros de que se há-de alimentar, calça-lhe as ruas, organiza as forças que o hão-de defender, etc. O indivíduo, assim encontrados, facilitados os obstáculos materiais, prossegue mais seguramente na via dos desenvolvimentos e das abundâncias. Por aqueles serviços paga ele ao Estado tanto. É a melhor despesa que pode fazer, é a compra da sua segurança. Por isso se diz que o imposto é a melhor maneira de colocar a fazenda. Porque sem aquela protecção, nem comércio, nem indústria, nem desenvolvimento agrícola, nem culturas.

Mas quando o governo não desse a polícia, nada havia que justificasse o tributo.

É o caso em que nós estamos nesta cidade.

Nada há aqui que justifique o tributo. Nada. O tributo é pago para que o contribuinte receba todas as vantagens policiaes possíveis. Que vantagens recebe o contribuinte em Évora? Nenhunas. Polícia nocturna? Não; a cidade está abandonada aos malfeitores. A iluminação? Não; a cidade é uma habitação de todas as trevas. A higiene? Não; as águas têm condições péssimas, nos mercados vendem-se géneros estragados. A boa viação? Não; ou há péssimas calçadas ou lamaçais, ou becos intransitáveis e sinistros. A protecção? Não; o cidadão está sujeito, a toda a hora, ao vexame, ao roubo, à violência. Nada há.

Há apenas entorpecimento moral das autoridades. Ora sendo assim, com que justiça se pagam tributos, e contribuições e impostos? Em recompensa do seu sacrifício, que regalia recebe o contribuinte? Por que motivo tem obrigação legal de pagar serviços que não recebe?

Por que motivo, em virtude de que protecção, de que garantia, se pagam nesta cidade impostos? É porventura pela regalia de poder pisar as calçadas e receber a luz do sol?

É pela garantia de poder semear, pela liberdade de poder viver? O Estado não tem nesta cidade o direito a receber o preço de serviços que não presta. Ele não protege, não defende, não policia; não cura da higiene, não faz nada, e hão-de os contribuintes fazer o sacrifício da sua abundância, do seu trabalho, do seu pão? Hão-de fazer o sacrifício do seu sustento para terem o prazer de ser desprezados? Desprezados: há, da parte das autoridades daqui, desprezo pelo povo. Deixam o povo abandonado, sem defesa, sem protecção, sem garantias de saúde, de moralidade, de felicidade.

O povo de Évora é bom, trabalhador, robusto, sensato, sossegado, sobretudo; se não fosse a sua índole boa, o seu espírito complacente, a sua alma dedicada, a criminalidade nesta terra subiria a uma estatística assombrosa. Porque aqui têm a arena livre todos os mal-intencionados, os salteadores, os ladrões, os charlatães, os industriosos, os ratoneiros, os vadios, toda aquela negra população do mal que enxameia nos bairros imundos, cambaleando entre os covis das prostitutas e as tabernas devassas. Naqueles bairros negros há a constante provocação de maus hábitos, de insultos, de rixas, de desfeitas, de violências. E todavia nota-se que a criminalidade, ainda que grande, não corresponde ao número que consentiria esta falta plena de polícia. Mas isto é devido ao povo, à sua bondade pacífica e conciliadora, à sua moralidade, e ao seu desejo do sossego legal e das relações pacíficas.

E para que mais caro se pague esta falta de polícia, tributa-se o arroz, a carne, o vinho, o azeite, a aguardente! O Estado aqui não tem direito a receber uma só contribuição, porque o povo não recebe uma só protecção.

Nós queremos as contribuições pagas, com justiça, mas queremos o povo protegido com eficácia.

O povo tem direito a autoridades que policiem, que velem, que diligenciem. Não quer saber se a sua abstenção vai do desleixo, da pressão de influentes, do sono, do cálculo, das inimizades, etc. Não lhe importa isso. Paga para ser policiado; é

necessário, é legal, é justo, é exigível que o seja. De outro modo o imposto é um roubo fiscal. Um roubo porque o Estado não cumpre o contrato cívico; recebe a quota e não faz o serviço.

Para que o povo se não recuse a contribuir com honradez, é necessário que o governo se não recuse a policiar com vigilância. Querem as contribuições? Dêem-nos a polícia. Ou o governo nomeie outras autoridades, ou faça cumprir a estas o seu dever. A questão não é de nomes, é de factos.

A relação social é uma permutação de dever: o povo cumpre o seu dever de contribuição; o governo, sob pena de desonestidade, deve cumprir o seu dever de polícia.

Vai em cinco meses que se abriu o parlamento. Muitas reformas, grandes iniciativas morais, se faziam desejar há cinco meses. A confiscação da lei civil, a reforma do código penal, a reorganização do exército, a reforma do funcionalismo, o cometimento das economias, a reforma da instrução, etc.

E que tem feito a câmara? Votou o imposto de consumo, a reforma diplomática, o tratado do comércio, a reforma administrativa. O imposto mata a abundância, a diplomacia mata a economia, o tratado mata a indústria, a reforma administrativa mata a liberdade. A nossa questão é de fazenda.

A câmara ainda não discutiu o orçamento. As questões vitais têm sido desprezadas; apenas têm merecido atenção aquelas reformas que prendem com a existência do governo, e para isso era necessário o começo de qualquer rendimento abundante e o fim de qualquer liberdade justa. Por isso se impõe a carne, e se extingue o direito de petição.

Todos sabem como então se peticionou, se reclamou, se representou, etc.

Mas nenhum país há hoje na Europa onde o governo e os parlamentos andem tão afastados e desligados da opinião. Nem nos governos imperiais. Em França, num regímen tirânico,

quase sem garantias, a opinião tem um poder imenso, faz e desfaz as leis, injuria as reformas, cria as instituições: nada se discute nas legalidades do parlamento e do senado que não tenha sido antes, durante muito tempo, discutido no espírito público. E a opinião popular inspira sempre a decisão parlamentar.

As leis, assim, e as reformas, saem do instinto do povo, do seu espírito, das suas necessidades: são profundamente populares, fecundas, e realizam-se na vida social com vantagem e com verdade.

Em Portugal as decisões parlamentares são sempre avessas à opinião popular. E este divórcio incontestável vai todos os dias aumentando: um ministro mesmo declarou já francamente que desprezava a opinião das praças, assim como outro declarou que desprezava a imprensa. Desta luta há-de haver um resultado terrível. O povo quer, pensa, necessita de uma medida; o parlamento governamental, obedecendo ao governo com assentimento de cortesão, vota a medida oposta. Assim, com esta desinteligência, cresce o descontentamento.

Tem sido este o motivo dos tumultos e será a origem das insurreições.

A harmonia difficilmente se formará. O povo e o parlamento encetaram dois caminhos que nunca se encontram: um leva à anarquia; o outro à liberdade. Não; há um momento em que se encontram: é quando a liberdade popular castiga a anarquia official.

Estes resultados são fatais. Levam à revolta.

A revolta anuncia-se com efeito. Sentem-se no mar pequenos rugidos vagos na antevéspera dos temporais. São as águas, os ventos, as correntes, as ondas que se preparam para a luta espumosa. Na ordem social há também estes sussurros indefinidos que são a véspera das revoltas: sussurro feito de rebates, de hinos, de vozes pela liberdade, de acusaçào à reacção.

Estes sussurros ouvem-se já em Braga, em Guimarães, na Póvoa, etc.

Começam pelo Minho: todas as invasões de que a história fala começaram pelo Norte.

Em Portugal, também, começam sempre pelo Norte as invasões da liberdade.

Muitos temem os tumultos e a insurreição, porque justificam a ditadura. São espíritos apagados, medrosos. Nós tememos a insurreição pelas consequências populares, e não pelas oficiais. A ditadura é insustentável. Se contra um parlamento que procede pela justiça, se têm levantado tantas vozes, quantos braços se não levantariam contra a ditadura que procederia pela violência. O governo está no poder, convençamo-nos disto, por vontade do país; porque o povo precisa ter as grandes opressões para justificar os grandes castigos; porque quer proceder legalmente e espera as decisões legais; porque receia a insurreição como mal que acarreta, pior que os tributos e que as desorganizações administrativas. Não o sustenta por medo da ditadura; nem aqueles ministros podem ser ditadores, nem este povo pode ser escravo. Para isso era necessário que os ministros se transformassem em estadistas, e que o povo se transformasse em população.

Só nos desmoralizados é possível a ditadura; porque esses sofrem com indiferença, como os povos morais sofrem com nobreza. É o nosso caso. Este povo tem dado um espectáculo nobre de legalidade, de prudência e de virtude. Assim o governo desse um espectáculo de honestidade, de lisura e de pudor. Mas não! Por cada bom sentimento popular, há uma devassidão oficial.

N.º 37, 16 de Maio

A maioria cresce. Em compensação, o povo mostra-se. Mostra-se pelas comissões e também um pouco pelos tumultos.

Em Portugal o povo era entidade desaperecebida e obscura: sabia-se que havia nas cidades, nos campos, nas vilas, homens rudes que trabalhavam, operários, fabricantes, lavradores; sabia-se isso, mas não se sabia bem o que eles queriam; a maior parte afiançava que eles queriam o repouso; outros ousavam dizer que eles queriam a justiça. De há muito que aquela multidão se tinha escondido, na simplicidade obscura do seu trabalho, sem afeições políticas, sem manifestação de ideia, sem tentativa de acção.

Deixavam o mundo oficial mover-se como ele queria, com mais ou menos bordados, com mais ou menos moralidade. De repente, esta multidão imensa que até aqui se chamava a canaglia, mas que agora se chama o povo, acordou dos seus sossegos e começou pedindo, reclamando, dizendo que não queria tais leis, porque tais leis o esmagavam.

Disse isto simplesmente, claramente, pela imprensa. Ninguém escutou a imprensa. Depois disse-o pelos manifestos, vergados de razões e de justos argumentos. Ninguém atendeu os protestos e as petições. Depois, pela boca das suas comissões,

pediu ao poder superior na hierarquia constitucional que lhe evitasse, a ele povo, a desgraça daquelas medidas.

A entrada do povo no Paço, dizem que fizera rir os íntimos do ministério. Como ia entre eles um homem de trabalho, um operário, as folhas governamentais atiraram para sobre esse homem toda a lama que encontraram na alma. Daí o povo estar numa atitude de desconfiança, de receio, de ameaça, de força e de revolta.

É o que acontece no meio de tudo? Que se não fazem transações mercantis, que nada se despacha nas alfândegas, que se não vende uma inscrição, que está morto o comércio, que os bancos não têm franqueza nas emissões; acontece que num país que tem um perigo de fazenda, todos os dias diminui a fortuna pública.

É a hora mais que nunca de discutir o direito de insurreição.

Em Braga, em Guimarães, em Póvoa de Lanhoso, em Bragança, todos os dias a fermentação dos espíritos atira para a rua e para o campo uma espuma revoltosa. Todo o país tem esta convulsão febril, que atordoia e perverte.

O Minho, porque sofre com o imposto do consumo, porque sofre mais ainda com a subtracção dos baldios; o Alentejo, país agrícola, porque vai sofrer as consequências tributárias com dano horrível da cultura; cada província, assim, porque tem uma perda a doer-lhe com as medidas de fazenda e administração, se prepara para, por todos os meios, determinar o fim de uma época miserável na política, infame na justiça.

O país não tem o direito de se revoltar, porque nenhum governo tem o direito de oprimir. O governo devia atender aos males que estas medidas podiam trazer. Nunca se deve revolver a alimentação e a propriedade sem escrúpulos extremos. Tocar nos sistemas de propriedade, de constituição territorial, de vida local, tocar no género de alimentação, no pão de todos os dias, é tocar nas coisas mais delicadas que há na vida da associação.

É tocar ao mesmo tempo no trabalho, na família, na educação, na vida, na abundância.

Deve isso ser feito com prudência, porque desperta sempre a atenção popular; e aqueles corações irritáveis e justos defendem tenazmente as suas condições de existência presente. Pelo imposto do consumo, a vida encarece; pela extinção dos baldios, populações inteiras ficam miseráveis. Não falamos já nas consequências morais e sociais daquelas medidas: na feudalização da propriedade pela extinção dos baldios, na atenuação da riqueza pública pelo imposto de consumo. Falamos só nas consequências, mais direitas e materiais. O imposto do consumo torna a vida mais dispendiosa; a subtracção dos baldios, a vida mais miserável.

Estranho sistema de governação que empobrece as populações para depois lhe exigir que paguem mais! Estes resultados combinados dão um estado doloroso, onde mais se fará sentir é no Minho, por isso ali se fará sentir também mais a voz imperativa do povo.

Está pois o país colocado entre a desgraça e a legalidade.

A desgraça aconselha a expulsão do ministério; a legalidade aconselha a sustentação do ministério, por isso que está apoiado constitucionalmente em duas maiorias.

Se o povo aceita a legalidade, espera-o a desgraça; se o povo não quiser a desgraça, só tem a revolta como meio, e ataca a legalidade.

A desgraça para o povo é a fome, é a miséria, é a dependência, é a falta de trabalho, é o proletariado, é o mal-estar, é a penalidade que segue sempre a vadiagem.

A legalidade para o povo é... o que o povo tira de respeitar a legalidade, não o sabemos nós, e ninguém no-lo pode dizer. Se respeita a maioria parlamentar, sofre e sofrerá, nestes e noutros tempos.

Quanto mais que a maioria não é apoio legal que o povo deva respeitar, não. A maioria está de há muito convicta de corrupção e de vassalagem paga.

É uma verdade. Por isso atende o povo.

Se respeita este ministério por atenção à legalidade, sofrerá a fome, a miséria, o proletariado. Se o combater valentemente, poder-se-á livrar desses pesos opressivos de tributos, e de subtração de propriedade.

A legalidade só deve ser respeitada quando deriva do princípio puro da justiça e da lei. Então deve-se morrer, se for necessário, mas o facto legal deve ser respeitado.

Mas quando a legalidade deriva de uma aparência, de uma convenção, de uma formalidade, então nenhum escrúpulo deve haver em a espezinhar.

E haverá coisa mais convencional, mais aparente, do que o apoio que o governo recebe da maioria, apoio que todos sabemos ser comprado, pedido, estipulado e regateado?

N.º 38, 19 de Maio

Continuam representando as câmaras municipais do país, tomam elas a santa fadiga de protestar contra esta oligarquia burguesa, que se paraimenta com toda a sorte de luxo oficial, e entorpece as populações com toda a sorte de repressões.

Estas câmaras entendem que é legal, justo, moral e necessário, que sejam as municipalidades as que velem pelo povo e defendam a sua liberdade minada.

Entendem que um corpo colectivo não se pode desprender da vida política do seu país, e recolher a sua acção à estreiteza das atribuições municipais.

Entendem que dar o seu apoio a um governo que cerceia as garantias, que tributa o trabalho, que concentra as forças políticas e renega a tradição liberal, para nos dar a iniciativa reaccionária, é o mesmo que atraiçoar a pátria, e vendê-la em mercado infamante. Entendem que os corpos municipais, pela sua intimidade com as classes operárias, pelas suas diurnas convivências com o povo, por terem saído da espontaneidade do seu voto, por serem os seus procuradores e por serem os que melhor sabem os seus interesses, as suas faltas, as suas justiças, devem representar em nome dele contramedidas que vão prejudicar na ordem industrial, na ordem agrícola, na ordem moral, na ordem social, o país inteiro, do norte ao sul.

Assim o entenderão as câmaras de quase todas as cidades

e vilas que têm representado contra o governo. Nem doutro modo se pode entender. Para que serve uma câmara? Que razão social justifica a existência deste corpo no meio das populações, com deveres, com atribuições, podendo lançar tributos e impor penalidades? As câmaras velam pelos municípios. Estradas, polícia, iluminação, águas, agricultura, tributos, recrutamento, serviços, obras, edificações, tudo lhe pertence. O cidadão é velado, protegido, alimentado, vigiado, alumiado, tributado, alojado sob a responsável protecção da câmara. Daqui se deduz que se o cidadão tiver na testada da sua porta uma amontoação de destroços e de caliças, tem a câmara obrigação de desobstruir a sua livre entrada. Protecção. Se tiver a sua propriedade inundada pelas águas de um aqueduto roto, tem a câmara obrigação de lhas mandar escoar. Protecção. Etc., etc. O seu dever é de protecção, é de vigilância e de dedicação. Quando o cidadão é vexado pela sua vizinhança, pela sua calçada, pelas águas transbordantes, pela árvore que lhe obscurece a janela, pelo cão que o assalta na rua, vale-se da protecção da câmara. A câmara tem obrigação de o libertar da vexação. Ora se isto assim é, porque será que, quando o cidadão não é só vexado, mas é oprimido, mas é esmagado por um imposto horrível, ferido na sua fazenda, no seu trabalho, na sua família, no seu pão, não há-de a câmara exercer o mesmo direito de protecção que exerce quando o mesmo cidadão é incomodado na passagem da sua porta por uma obstrução de madeiras? Ou a câmara tem o dever de protecção ou não: se não tem, é uma instituição inútil; se tem, não é racional que essa protecção seja só para as coisas que incomodam ligeiramente o corpo, e não seja para aquelas que esmagam absolutamente o corpo e a alma, o trabalho, a família, abundância, o sustento. Seria irracional que se instituísse um corpo colectivo que só pudesse proteger o cidadão dos ataques dos cães vadios, e não o pudesse proteger da tirania dos governos; que só pudesse resguardá-lo do sol, plantado acácias num passeio, e não pudesse resguardá-lo da acção repressiva e oligárquica dos governos iliberaes.

Para que serviria então um corpo colectivo que apenas tivesse nas suas atribuições a liberdade e a independência, e a legalidade, necessárias para plantar uma couve ou para regar umas poeiras?

A câmara desta cidade não se considera com poder bastante para poder representar.

Entende que não chega até esse desvario político a obscura limitação dos seus deveres.

Timidamente encolhida entre as suas luzernas e as suas actas incertas, receia ter uma opinião, uma ideia, receia cumprir o seu dever, receia fazer o bem, receia ser louvada e ficar na memória das populações como uma gloriosa tradição liberal. Não se discute se as câmaras têm ou não têm o direito de representação. Basta para isso dizer que há pouco o Sr. Mártens Ferrão extinguiu o projecto da reforma administrativa, esse santo direito. E o senhor ministro não teria extinguido esse direito, se ele não tivesse existência clara. Quase todas as câmaras o têm feito. Logo estão na ordem das suas garantias e livre realização do seu direito. Num país onde há câmaras que representam, e outras que não representam, é certo que o motivo real dessas energias ou dessas abstenções, é a política. Umhas câmaras têm a política A, outras a política B. As que apoiam o governo não representam; as que o censuram, protestam.

Assim a câmara do Porto opõe-se ao governo, e a câmara de Évora apoia o governo. Eis o grande facto. Esta câmara apoia o governo.

Apoiar o governo, o que significa? Significa apoiar o luxo official que arruína o Estado, a reforma administrativa que mata a vida local, que arruína povoados inteiros, subtraíndo-lhes os baldios, que deixa famílias e famílias, no Minho sobretudo, morrendo de fome e de frio, sem pão, sem lar, sem uma alegria; apoiar o tratado de comércio que arruína a nossa indústria, que não pode concorrer com o estrangeiro, e que faz fechar fábricas numerosas, deixando os operários, homens,

mulheres, crianças, sem trabalho, sem pão também, abandonadas às tristezas da esmola, atirando os homens às vadiagens e à prostituição as mulheres. Apoiar o governo é apoiar o imposto do consumo, que torna a vida cara até à miséria, que sobrecarrega os géneros de tal sorte que os pobres os não podem obter, que vai privar de carne, de vinho, populações inteiras, que vai pesar sobre o trabalho, porque o jornaleiro precisará empenhar-se para comer, que vai esmagar o pobre com fome, que vai tornar impossível o sustento das famílias,, entregá-las à miséria, à vexação, à desgraça.

É isto que faz a câmara. Apoiar estas desgraças. E todavia foi eleita pelo povo para defender o povo. E quando chegou a ocasião de representar, de defender migalha por migalha o pão do povo, cala-se, esquece-o, abandona-o.

É necessário que venham então os outros, os que não são da câmara, nem dos corpos colectivos, os que não têm obrigação de se sobrecarregarem com os desgostos e com as tristezas das lutas políticas, é necessário que esses venham então escrever, representar, pedir em nome do povo, defender-lhe a justiça, aclamar-lhe os direitos, cansar-se, serem caluniados, escarnecidos, e irem de sofrimento em sofrimento, por esta vida dolorosa da imprensa — o que equivale para eles a irem em glória, porque se trata do bem do povo.

E, no entanto, aqueles que se adornaram com vaidades vãs da vida oficial, plantam peónias e cultivam a couve doméstica!

É necessário que o povo distinga quem o defende e quem o despreza. Quem por ele se afadiga, discute, estuda, analisa, pensa e sofre; e quem por ele pinta grades e semeia papoilas.

A imprensa ministerial tem adoptado um meio de combate que, se não é o mais proveitoso, é pelo menos o mais desonesto. É a ironia, a chufa, o escárnio. Procuram sempre nos actos da opposição um pequeno veio de ridículo, e ali o explo-

ram longamente, com tenacidade incómoda, com luxuosa foliação de graças. Há tempos eram os *meetings*, ontem o Sr. João José Pereira, um operário, depois era a entrada da comissão do Porto, etc. E (coisa notável!) costumando a caricatura política ser o mais destruidor ataque, esta jovialidade impudente dos jornais ministeriais não tem sequer provocado uma resposta, uma observação, uma indignação, uma exclamação. Nada.

Note-se: A *Revolução* ri-se com amplo abdómen; a *Gazeta* arremessa a chufa com a mão ainda tépida da recompensa; o *Jornal do Norte* quer combater a justiça do povo pelo ridículo da burguesia; os outros jornais ministeriais, jornais imperceptíveis e caducos, seguem o exemplo profano dos profanos mestres, e derramam-se em violências, em pequenas calúnias, em desconsiderações, em motejos, em vitupérios lamacentos, em raivas frias, cheios de desvario, magros, ambiciosos, ruidosos e alvoroçados em redor do subsídio, roídos pela inveja, amarelos de medo, curvados pela servilidade, numerosos e insignificantes.

Pois bem, os jornais da oposição discutem, combatem, sustentam a força do povo pelo resplandecimento das ideias, representam pela justiça, pela lei e pela liberdade, pedem a equidade do imposto, a harmonia da vida social, a codificação das leis, a economia do tesouro, a extinção do luxo oficial, a generalização do bem-estar para as classes pobres, o fim de todo o privilégio, a reconstituição da política nacional sobre as bases novas da democracia, da moralidade, da lei, e nem sequer atendem àquele rumor dos jornais ministeriais, monótono, jovial, sonolento, escarnekedor e semelhante ao barulho que fazem as rãs pelos charcos, entre a lama e as podridões, ao decair da luz (como quem saúda a noite e a escuridão), no fim das tardes estivas. E se por acaso, às vezes, algum jornal da oposição se volta a castigar alguma daquelas folhas do governo, que tem o mesmo subsídio e quase a mesma importância de um empregado de polícia secreta, é levado por aquele antigo

e fatal orgulho de Caím, que o levava a insultar os cardos que lhe feriam os pés nus.

E estas indiferenças provam que os jornais da opposição têm uma ideia de justiça, cuja defesa não desamparam — e então parecem-se com aqueles espíritos que, atentos à superioridade de uma ideia, desatendem as materialidades vulgares; e que os jornais do governo têm a consciência da sua própria injustiça, da sua própria inutilidade — e então parecem-se com aqueles pobres saltimbancos, que, para disfarçarem a sua miséria, o seu tédio e a sua baixeza, dão grandes gritos, imensas quedas joviais, e enxovalham os espectadores com toda a sorte de motejos.

São duas índoles diversas: a opposição quer as reformas económicas, a igualdade do imposto, a política liberal; o governo quer o luxo official, quer os lucros enormes que provêm de um imposto esmagador, e quer uma política reaccionária, onde a sua administração seja uma ditadura e a sua acção um despotismo. Ora esta política não se defende, e quem a segue, como não pode exaltar a sua ideia de oppressão e de ruína, escarnece as ideias dos outros, de liberdade e de riqueza.

O mal não tem razões em seu favor: o seu sistema desde os antigos tiranos até aos últimos ministros constitucionais, é escarnecer e apupar a virtude.

Como se há-de ele defender? Que derivação há-de aduzir que o enobreça? Como se pode desculpar o que é repugnante à índole moderna, à natureza, à ideia religiosa, à probidade e à dignidade? O mal não tem defesa: por isso o seu sistema é caluniar, vilipendiar, intrigar, escarnecer.

É o sistema dos jornais do governo. A maior parte deles ridicularizam os jornais contrários que falam em liberdade, em democracia, em virtude política. Riem-se. Falar na democracia, na liberdade, na igualdade, na lei! Declamações! Pompas! Grotesco e nulo!

Não é exactamente aquella quotidiana história dos rapazes que, roídos de devassidões, impudicos e infames, espadachins

e filhos do vício, escarnecem aqueles pobres moços castos e religiosos que ainda não saíram de sob o dossel divino do olhar de sua mãe, que ainda têm o adorável rubor da virtude e da inocência? É exactamente a mesma história.

Os jornais do governo, impudicos e devassos, antigos no impudor político, vendidos e viciosos, riem-se dos jornais de opposição, castos e crentes, que ainda não saíram da inocente e pura intimidade da sua mãe — a Liberdade!

Continua no Porto a convulsão revoltosa do povo. E todos os dias os mais moderados perdem a esperança de ver terminar esta crise por aqueles meios serenos da legalidade, que na ordem social substituíram as antigas violências e conspirações. Teremos de voltar a esse tempo miserável de governos impostos e de cóleras populares, que antigamente faziam a decadência e a estiolação das nações.

A revolta é com efeito um *meio baixo e irracional*. Meio elevado e inteligente, é a revolução pacífica feita pelas ideias.

Mas com este governo, com este estado político em que o poder que executa, aniquila a intenção do poder que legisla, a revolução de ideias será sempre uma acção indefinida de espíritos parciais, e nunca um movimento espontâneo do povo.

Hoje em Inglaterra, terra onde a lei é mais respeitada: que o dogma, está-se neste momento fazendo uma profundíssima revolução popular, somente por meio de escritos, de jornais, de reuniões e de associações. Mas neste país, onde nem se respeita o princípio legal, nem se atende à imprensa, nem se acata o direito de reunião, seria impossível alcançar assim o triunfo das ideias generosas unicamente pelas evoluções das inteligências. É doloroso dizê-lo, mas em Portugal temos de apedrejar os governos para os fazer sair do estado de opressão. E não é isto da índole nacional. O espírito político em Portugal é de uma serenidade, de uma gravidade, de um desleixo

mesmo, que só muito ofendido, muito instigado pelas vinganças da justiça, resolve a vir decretar o fim das tutelas injustificáveis. Mas quem leva o povo aos extremos sediciosos é o governo.

Repetimo-lo: o governo é o único fautor de revoltas, o incendiário político. Corta ao povo todos os meios de reacção justa, e apenas lhe deixa livre a porta da revolta: será porque é a essa porta que ele tem a certeza de esmigalhar o povo? O facto é que todos os actos do governo, há tempos, têm sido requestar o povo a que se insurrecione.

Quer-lhe dar mais este tributo, feito de sangue, de dor, de fome e de miséria.

Um governo pode justificar-se, ainda mesmo subsistindo contra a vontade do país, quando tem uma grande ideia a realizar, uma nobre política a inaugurar, e quer realizar o seu pensamento, ainda à custa das lutas e dos crimes.

A *Convenção* em 93 não temeu de sacrificar a França numa guerra do estrangeiro, para poder levar ao fim a grande obra da liberdade.

As massas populares nem sempre estão preparadas para receber as grandes reformas, sobretudo quando elas lhes vão revolver e transformar intimamente os costumes, os hábitos, os cómodos, os sentimentos tradicionais. Há sempre uma reacção. A reacção da educação. Depois, tempos volvidos, reconhecem que aquilo a que tinham feito resistência obstinada era simplesmente a sua felicidade.

Mas estará este governo no mesmo caso? Haverá alguma coisa que justifique esta resistência à vontade unânime do país? Terá ele alguma profunda ideia política que seja o segredo da salvação pública, que queira necessariamente realizar, ainda que tenha que fazer o povo feliz e abundante — a cutiladas?

Não. Qual é a ideia do governo? Qual o seu sistema político? Qual o seu método económico? Que reformas traz de poderoso alcance? O que se pode esperar da sua conservação? Nada. O governo quer o luxo oficial; isso é uma questão de

vaidade, de orgulho, de caprichos, de ostentação, que nada tem com as necessidades internacionais deste país. Quer o imposto do consumo: isso é uma questão de rendimento, tirado donde é mais fácil, para obviar aos perigos do momento e que infelizmente conduz à miséria, ao proletariado, à vexação, à relaxação, da agricultura e da indústria; nada tem que ver com um bom sistema ou com uma justa filosofia económica.

Quer o tratado do comércio; isso é a ruína da nossa indústria e a miséria das classes pobres, questão de conveniência e intimidade diplomática, que infelizmente mata e que nada tem com o sistema económico e político da indústria nacional.

Quer a reforma administrativa; isso é uma questão de dissertação, de trabalho improbo, de imitação, de insensatez, que nada tem com as transformações que a vida moderna e as modernas ideias exigem para a constituição interna do país.

Quer enfim a guarda civil; isso é uma questão de espionagem política que nada tem com os sistemas de liberdade e de independência.

É este um governo sem ideias. E o que é pior, junta sempre à sua ideia errada uma perversa. Veja-se a reforma administrativa que, entre os seus inumeráveis erros, suprime de passagem os baldios, reduzindo assim à fome milhares de famílias do Minho.

De modo que nada justifica a sua pertinácia. É simplesmente amor exclusivo ao prestígio contesão da camarilha e dos bordados. Como todos os homens públicos de origem plebeia, eles escondem na ostentação oligárquica, e no fausto da realeza burguesa, a obscuridade do seu começo. Amam o poder porque dá o luxo, a intimidade do paço, a facilidade da munificência, etc. Ideia não têm nenhuma; sistema, filosofia, métodos, iniciativas, não têm nenhuns.

Movem-se, não pensam. Um governo assim estéril na sua administração, poderia conservar-se se fosse respeitador da lei, protector da liberdade, justo e moral; poderia conservar-se, apesar da inutilidade das suas medidas, contanto que essas

medidas se contentassem de ser ineptas e não lhes sobrasse o serem libenticidas. Mas ser inútil e mau, estéril e opressor, não é possível num país que precisa engrandecer e enriquecer, se não quiser daqui a pouco ser tomado como uma pouca de terra infecunda e atirada como coisa inútil para dentro dos limites de um grande reino.

É por isso que o povo se conserva na atitude hostil da revolta.

Os resultados disso ver-se-ão. As consequências terríveis desta resistência do governo, que nada justifica, hão-de senti-las aqueles que se lançarem nas lutas políticas com a convicção de que se deve combater sempre pela justiça, pela liberdade e pelo povo!

N.º 39, 23 de Maio

De toda esta luta moral em que há cinco meses se debate o país, ficou um resultado admirável, que foi o despertar do espírito político.

O povo, desleixado, indiferente, trabalhava e gerava, dando ao movimento contemporâneo a sonolenta atenção que daria a quem lhe estivesse contando a política de uma antiga nação decaída. Não sabia as misérias, as fatalidades, as devassidões, as chagas que tomavam de lado a lado o corpo do país.

Mas quando foi oprimido, quando o despertaram rudemente para o tributar, para o arremessar para longe da vida local, para o vexarem com polícias políticas e fiscais, para lhe reformar iliberalmente os hábitos, os sentimentos, a ordem de ideias que o prendia à vida municipal, e quando lhe tiraram a indústria, o fabrico, os produtos de operário; começou, em volta de si, vendo que o país era este onde, em nome do Arbitrário, cinco homens oficiais martirizavam um povo. Olhou então, viu tudo: as leis perdidas e confusas, e desacatadas, o funcionalismo corrompido e desorganizado, o comércio amortecido, a indústria atónita, a agricultura desleixada, a independência ameaçada, a fazenda arruinada, o crédito morto, a dívida crescente, o défice terrível, os saraus ruidosos, o paço e a corte festivos, os parlamentos vendendo-se, a polícia dominando o reino do Arbitrário, o país da ilegalidade, a pátria

dos abusos, enfim. Foi o que o povo viu no seu despertar por esse país, ao longo e ao largo, como os antigos mártires que atirados durante o seu sono para as gemónias, só viam ao acordar, em roda de si, os instrumentos da tortura, a face bestial da sentinela, a podridão, o chão lamacento, o sangue coalhado e a escuridão ominosa e pesada. Somente os mártires viam aquilo, tendo dentro do espírito a visão do Paraíso; e nós, porventura vemos isto, esta desgraça do país, tendo na alma a visão da liberdade? Não.

Então o povo, quando tal viu, teve o instinto da associação: podia-se assim combater a decadência; era glorioso o sofrer comum; era necessário instruir o povo, escolher uma câmara honesta, reformar, economizar, discutir o sufrágio, os sistemas industriais, criar bancos protectores da agricultura, robustecer o patriotismo, justificar as leis pela virtude, e enfim criar a ditadura do bem. Quando se ia criar essa grande associação, foi dissolvida pelo governo. Viu-se então que o governo queria a decadência, a miséria, a ruína, e repelia pertinazmente todos os meios que pudessem obstar à ruína e à decadência. Com que instinto o fazia? Sob que sistema de política traidora? Com que reaccionário alcance? Ninguém o sabia, mas conhecia-se o facto. Isto deu em resultado que se tem pensado, que se tem examinado, e que é certo que este país precisa de uma revolução que seja reforma de todas as suas instituições: indústria, fazenda, administração, imprensa, diplomacia, tesouro, obras públicas, parlamento, poder moderador, corte; nada há que não precise uma reforma profunda no sentido da justiça, uma vez que em tudo domina o privilégio; no sentido da liberdade, uma vez que tudo tende para a tirania. É uma reforma completa, ampla, implacável. O povo acordou; não pode, não deve agora adormecer, sem deixar tudo bem samado e bem esclarecido, bem liberal e justo, de tal modo que não tornem as opressões e as vexações a perturbar-lhe o seu sono político, sono que é feito de trabalho, de cultura, de indústria, de cansaço, de fadiga e de sacrifício.

O que mata sobretudo Portugal é a existência de certas instituições decrépitas, sem razão de existência, embaraçadoras e estéreis, que estão hoje repelidas pela filosofia, pela experiência, pela pátria, pela história, que nem os antigos regímens queriam, nem o partido democrático aceita. Uma dessas, a pior, é esta instituição para a qual se criou a palavra *parlamentarismo*. O sistema parlamentar há muitos anos que entorpece Portugal. O sistema hereditário e o sistema colectivo.

O sistema hereditário, contrário ao bom-senso, à justiça, à verdade, à igualdade; o sistema electivo, contrário à experiência, à história, à filosofia popular e positivista. Nós não temos representação nacional: parece isto um paradoxo e é uma verdade. A câmara dos deputados não é uma representação, é uma camarilha. É uma alfaia.

A corte é uma colecção de homens fiardados e reluzentes, automáticos e nulos, cavalheirescos e macios, que vivem no paço, passeiam nas longas salas, estudam afabilidades, passam a vida louvando, sorrindo, observando a etiqueta, seguindo a pragmática, alinhando a atitude conforme manda o código das cortesias, colocando o pé de leve, como é de uso no andar fidalgo, formando conciliábulos e intrigas nos vãos das janelas, ambicionando a familiaridade, como as virgens mártires ambicionavam o Paraíso, e que, um dia, mais tristes por aquela vida vazia, morrem, deixando um rastro estéril de necrológios e de acompanhamentos. Esta coorte passa de um rei para outro; sempre com os mesmos sorrisos e com as mesmas servilidades; num dia de recepção, num dia de sarau, o rei ouve aquelas mesmas galantes cortesias de lábios que ouvia já seu avô, no mesmo dia, ao pé das mesmas alcotifas. Chama-se a isto corte. É uma alfaia do paço: e o rei é quem a possui.

Ora a câmara dos deputados é uma alfaia também; somente o seu possuidor é o governo, o governo, entidade de cinco membros que podem por vezes serem cinco luzes como hoje são cinco chagas.

A câmara dos deputados resume-se numa realidade, a

maioria. O resto — o que se convencionou chamar *minoría*, são alguns homens honrados, alguns descontentes, que se ligam maquinalmente, e por vezes inteligentemente, para protestar com o seu voto e com a sua palavra contra todas as prepotências que a maioria aplaude, vota e vence. A maioria, pois, é a grande realidade da câmara.

Quem é a maioria? É uma coorte de homens sem crença, sem fé, sem opinião política, que precisam de uma renda, de uma condecoração, de um aperto honroso de mão ministerial e que por isso festejam, cercam, seguem os homens que podem dar a renda: ou pôr ao peito a condecoração.

Gente sem habilidade reconhecida, sem espírito definido, de joelhos diante de toda a vaidade um pouco mais reluzente, prostrados diante de qualquer que possa ter à ponta a sombra de um correio, beijando toda a mão munificente que possa torcer a lei e atirar um diploma. Aqueles homens nem os prende a amizade, nem os leva o espírito de ordem, nem os tolhe a timidez; não têm coração, são anárquicos e são audazes. Leva-os o interesse. O governo não tem para eles a significação de uma amizade, de uma ideia, de um princípio, de um sistema; não, tem apenas a valia de uma mesa à qual se sentam, triturando, pedindo, fazendo com gestos esfomeados o ruído dos impacientes. Compram o direito de se sentar àquela mesa entregando o domínio do seu voto. São mais cortesãos que os cortesãos: têm vaidades e fazem sempre resplandecer o seu pundonor, como fazem reluzir os bordados da sua farda; somente o pundonor é tão falso como a prata do bordado. Aceitam humildemente o papel que lhes distribuem na véspera dos projectos: um falará, outro proporá uma emenda, outro sufocará a questão; por vezes ensaiam-se escândalos ruidosos; e então um é encarregado de vituperar alguém, e outro é encarregado, pela sua attitude hostil, de conter as represálias do ofendido. Têm um certo número de programas que espalham na véspera das suas eleições; nesse programa fala-se muito em liberdade e em patriotismo, e em representar os povos; porém,

mal pressentem, ao chegar a S. Bento, a sombra do ministério, ensaiam logo a curvatura com que lhe hão-de oferecer o seu voto estimável. Desconhecem as questões, não as estudam, não as analisam, nada sabem da história política e da filosofia popular; assistem solenemente às questões, dormitando, contando anedotas, combinando partidas de *whist*, escrevendo cartas e depois, à noite, vão pelos cafés e pelo penistilo dos teatros, contando como tal comoção deu lugar a uma escaramuça terrível e falam com gesto misterioso na salvação do país. São profundamente inúteis e recebem por esta inutilidade um subsídio diário.

Tais são aqueles homens. É a isto que se chama a representação nacional. Que faz isto ao país? Que legisla? Que reformas lhe traz? Que melhoramentos? Que elevações? Que instituições? Nada.

Fazem apenas a vontade do ministério, com a gravidade oficial de todos os que pertencem à domesticidade. Não representam o país, representam o governo. São o corpo diplomático do ministério. São a sua corte; ali há aulicos, camaristas, reposteiros-mores, etc... todas as distinções risíveis das camarilhas têm ali uma significação moral. São vassallos e respeitosos: respeitam os ministros, respeito profundo, cego, humilde, acariciador, fiel; respeito que desce até à baixeza, mas não subiria até ao sacrifício.

Basta. Nesta luta política é por vezes necessário tomar a pena para descrever os que combatem. Hoje há combate do parlamento e do povo. Não tentamos ainda descrever o povo, porque isso está acima das nossas forças; não tentamos descrever a maioria, porque isso está abaixo da nossa dignidade.

Em Lisboa recebeu-se há dias um telegrama da Régua concebido assim:

«Suspeito que esteja aqui a nossa representação. Parece que a autoridade projecta as suas vinganças contra alguns dos

signatários.» O Sr. Ferrer, que tinha apresentado a representação na câmara, recebeu igual participação; procurou então a representação no arquivo da câmara e não a encontrou, interpelou o governo sobre aquele inqualificável desaparecimento e o senhor visconde de Chancelieiros, com uma nobre dedicação, tomou a responsabilidade do facto, declarando que a retirara do arquivo para maduramente a estudar como relator do projecto do imposto do consumo. A espontânea generosidade do senhor visconde de Chancelieiros não cobre todavia o governo das acusações justíssimas. E averiguado que seja o enredo, pode muito bem aclarar-se o facto de uma perseguição infame aos representantes da Régua.

O governo, não querendo francamente repellar o direito de petição, procura pelos meios ocultos sufocá-lo, aniquilá-lo e castigá-lo.

Ontem era o manifesto do povo de Évora repellido na Câmara dos Pares, como um sacrilégio, e alcançando entrada, entre uma estéril escaramuça de impropérios e de despeitos; hoje é a representação da Régua, subtraída traiçoeiramente e mandada como um corpo de delicto para base de perseguições.

Só nos restaria ver isso: a liberdade de consciência e de opinião ser perseguida e castigada, e o governo atirar covardemente o nome dos homens justos, que querem o bem do povo, à vingança das autoridades e às represálias do arbitrário. Manda o governo uma representação com os nomes dos signatários, como os antigos tiranos expediam para os prefeitos uma lista de proscricções; contra esses homens que tiveram a coragem da sua ideia, a afronta, o vexame, a prisão, a multa, os desgostos; para esses homens que na serenidade ampla da lei, quereriam desafogar este país do desprezo, da miséria e da pobreza, e da indiferença, as pequenas vinganças locais, os despotismos burgueses de um imperceptível administrador do concelho, as tiranias risíveis mas penosas de um qualquer empregado de polícia. Esses homens ficam no *Index* civil. São os excomungados profanos, que renegaram a religião gover-

na mental. Têm por cima o traço negro que na igreja quer dizer — não pode ter absolvição nem sacramentos, e na ordem civil quer dizer — não pode ter liberdade nem garantias. São homens infames, homens que querem o bem do povo, que querem que ele tenha a abundância, essa justiça do corpo, e a justiça, essa abundância da alma. O que o governo fez para o povo da Régua, a não serem verdadeiras as palavras cheias de sacrifício e dedicação do senhor de Chancelheiros, é facto inclassificável.

E todavia não era sem precedentes. E nós vamos contar um facto que pode de algum modo servir de corroborar esta desconfiança do Sr. Ferrer, desconfiança em que é acompanhado por tudo o que tem lucidez e percepção. O povo de Évora fez, como sabem, um manifesto, onde falou com a sua linguagem rude de povo, com a altivez da sua justiça, com atitude imperativa dos seus direitos imperceptíveis. Firmavam esse documento 673 assinaturas.

O Sr. J. M. Eugénio de Almeida foi quem o apresentou na câmara dos pares. Aí, como sabem, argueu uma tormenta e um susto, tormenta dos fiéis do governo, que eram esmagados pela força unânime dos protestos e das petições, susto dos macios fidalgos, que viam entrar no seu santuário, onde há a religião da terra, a imagem violenta e sagrada da vontade popular. Passou aquele incidente e o manifesto foi arquivado.

Porém, passado tempo, receberam-se aqui comunicações de Lisboa em que se afirmava ter sido o manifesto subtraído da secretaria e reenviado às autoridades daqui, para tomarem bem conta dos nomes dos signatários como rebeldes, revoltosos e indignos que eram. Coincidia esta comunicação com o ter um jornal desta terra, muito nas intimidades do governo civil e da administração do concelho e da câmara, apresentado, um pouco indiscretamente, uma relação das assinaturas do manifesto, mas com tantas minuciosidades, com tantas especiais circunstâncias e apontamentos, que parecia tê-lo revolido por miúdo e ter sobre ele procedido a toda a sorte de análises e de decomposições. O governo mandava pois o manifesto como

se manda uma lista de proscricção. Os homens que assinaram, deviam ser vigiados, apontados, vexados sempre, processados se fosse possível.

Contamos com esta desdenhosa simplicidade este facto, porque realmente não lhe queremos dar o resplandecimento de um mártirio sofrido pela causa do povo.

Não temos a certeza material de que o manifesto fosse mandado para estas autoridades, como base a vexações secretas e policiaes. Contamos o facto só para corroborar as discretas desconfianças que assaltaram o lúcido espírito do Sr. Ferrer. Já que se conta essa infâmia feita com a Régua, nós queremos também contar o que succedeu a Évora para que — juntando-se estes dados, se descubra se há realmente da parte do governo um sistema de ir lentamente tomando oculta vingança dos que lhe assinaram petições adversas. Quando se estabelecerem mais estes factos, falaremos longamente. Não se dirá que num país livre, independente, onde há cidadãos e não escravos, um governo manda perseguir a liberdade de consciéncia sem que a imprensa, justa e severa, o aponte à vingança ensanguentada da pátria.

N.º 40, 26 de Maio

É incontestável que há no país um descanso político. Pode-se à vontade reflectir, e fazer um exame retrospectivo de toda a política desde Janeiro.

O que temos adiantado no mundo das ideias ou dos factos?

Em que cresceu Portugal? Em nada. Nem mais riqueza, nem mais segurança, nem mais independência, nem mais liberdade. Em compensação, mais impostos, mais centralização, mais policia politica, mais despesa e mais espirito de reacção; e também menos industria, menos commercio, menos actividade e menos liberdade. Nada pois tem feito este governo que mereça sequer um reconhecimento da historia contemporânea. O povo está acordado, está vigiando os seus restos de liberdade e abundância. Muitos acontecimentos se seguirão ainda. Eis o que é necessário estudar.

Este governo, é bem certo, não cairá perante o parlamento, não cairá perante o veto do rei, não cairá perante a manifestação da opinião pública

Tem atravessado todo este período de luta, vacilante, mal seguro, mas enfim vive e com vida constitucional.

O que prova que este país tem voluntariamente sofrido um mau governo. A revolta tem muitas vezes mostrado a sua aparição ensanguentada, como uma ameaça, mas ainda não se espalhou manifestamente nas multidões populares.

Tudo isto prova que estamos na véspera de um dia perigoso.

Será com justiça que a insurreição aparecerá? Dizemos afoitamente que é. Um povo não pode ser impunemente esmagado. O deixar-se matar, é igual a suicidar-se. São duas coisas contrárias à lei divina, à lei social, ao espírito humano, à vida da associação, e à influência superior de uma religião pura. Os povos são grandes entidades complexas, semelhantes aos homens. Não podem deixar-se matar. A lei reconhece tanto isto que permite que se dê a morte em legítima defesa. A resignação de Jesus, a resignação do cordeiro, é um símbolo eucarístico e ideal, nascido no mundo judaico, num mundo de espiritualismo puro, que não pode ter aplicação nas nossas sociedades, materiais e positivas. Quem dá a morte defendendo-se, é justo. Não só de uma agressão física, mas de uma agressão moral.

Um povo, como um homem, pode matar sem justiça quando é agredido, ou essa agressão se chame invasão ou se chame opressão.

A insurreição em tal caso é uma justa defesa. O povo defende-se de quem o vem atacar, tirando-lhe a liberdade, a abundância, o trabalho e a felicidade. Agressão moral, mais dolorosa de que uma violência física.

A defesa é justa porque é legítima. E se a lei penal não castiga o homem que mata defendendo-se, a lei social não pode condenar o povo que mata defendendo-se.

O povo não pode deixar esmagar-se. Tem mil meios de obstar à agressão, por isso mesmo que ela não vem violentamente e rapidamente, mas sim gradativamente. Tem a petição, tem o manifesto, tem a imprensa, tem a apelação para o rei, tem a opinião, tem a associação. Tudo isto são meios de legítima defesa. Tem finalmente a insurreição, e a insurreição só será justa quando tiverem sido baldados todos os meios de defesa serena. E dizemos defesa, porque a situação política e moral do país chegou àquele ponto que se não diz *oposição*,

mas diz-se *defesa*. O povo *defende-se*, não se *opõe*. Está sendo agredido, querem tirar-lhe a vida, isto é, a liberdade. Quando pois todos os meios de defesa serena tiverem sido inutilmente empregados, então o povo, fazendo violência aos seus sagrados e luminosos instintos de bondade, tem direito de decretar a sua vontade pela voz da revolta.

E está dentro da legalidade e dos princípios, porque o que faz é em legítima defesa.

As revoltas são odiosas quando partem do espírito de especulação, dos tramas de vingança, ou das ambições roedoras: então vêm eivadas do mal e trazem a inspiração da injustiça. São castigos. Perdem e aniquilam.

São piores que o incêndio e que a gangrena. Essa revolta não a podia querer um povo justo; essas lutas ásperas de invejas e de raivas não se podem alargar num país onde domina, no mundo das ideias, o princípio da justiça, da paz e da florescência.

Porém, quando as insurreições partem da legítima defesa popular, são providenciais.

O povo é apenas instrumento; quem as faz não é a vingança, não são as associações políticas, nem os clubes, nem os *meetings*; é aquela lei suprema e desconhecida que rege os homens e as nações, e que quer que das extremas opressões nasçam, por meios violentos, as extremas liberdades.

N.º 40, 26 de Maio

O digno par sr. Ferrer voltou a falar, com grandes acusações, no desaparecimento da representação da Régua. Acudiu o sr. Vaz Preto, pedindo que não se atirassem grandes clamores contra aquele delicadíssimo enredo e que, visto terem-se dado explicações, todas as desconfianças deviam estar dissolvidas. Por amor do sr. Vaz Preto, não devia tomar-se conhecimento de facto algum quando ele envolvesse desonra para o governo; por delicadeza e por espirituosa atenção, não deve haver opposição nem protestos aos actos dos cavalheiros que estão no ministério: parece mal, realmente, não é delicado perturbarmos assim o trabalho de intrigas e prepotências que o governo está fazendo. Não é isso próprio de costumes de *high-life*. O quê! Ir brutalmente, em nome da justiça e do povo, e da verdade, desgostar os ministros, cavalheiros tão delicados, tão afáveis, tão superiores numa sala? Este pensar do sr. Vaz Preto é de todo o ponto discreto. Entendemos também que o sr. Ferrer não devia, de modo algum, ir violentamente repetir uma acusação que já tinha sido esclarecida pelo sr. visconde de Chancelheiros. Sofria o povo, a justiça, a razão, a lei; mas ao menos ficava salvo e intacto o sagrado princípio da etiqueta.

Quanto mais que o sr. de Chancelheiros devia decerto estar tirando copioso cabedal de ideias, de experiência e de

argumentos, da representação da Régua. Há tanto tempo a estudá-la! Tanto tempo a aurir-lhe a exalação espiritual da verdade!

Tudo isto encobre uma daquelas prepotências indignas que lá fora, nos países onde não é uma aparência a vontade do povo e onde a justiça trespassa as almas, faria pulverizar um sistema de governo.

Mandar uma representação às autoridades locais para base de vinganças e de vexames, é facto que demonstra um sistema completo de corrupção e de reacção, que se estende das secretarias aos governos civis — de podridão a podridão.

Assim as autoridades locais não são para dirigir, para velar, para policiar, para desenvolver, para proteger, para gerir, para fiscalizar; são para exercer vinganças oficiais! Assim a sua farda não é uma insígnia de autoridade, é um sinal de domesticidade! Assim estes homens que vêm administrar as populações da província, são homens que o governo coloca de espaço a espaço por todo o país para vexarem segundo as indicações transmitidas, para martirizarem quando receberem um officio, para perseguirem aqueles que não ajoelharem diante dos ídolos que se adoram em S. Bento! Assim o povo é apenas uma multidão que se acutila e que se pisa quando anda afastado e altivo em nome da sua justiça, e a quem se atira um pouco de pão e uma festa oficial quando uma ideia inclina aquela mole de homens, como o vento inclina uma seara, para a banda luminosa onde estão colocados os pés dos ministros! De modo que o governo nomeia autoridades como os tiranos do baixo império destacavam carrascos!

De modo que, com as diferenças de civilização e de costume, nós estamos ainda naquele tempo em que discutir um acto do imperante era uma traição punida com a morte! De modo que há homens que têm alma e sentimento, que recebem um subsídio para projectar vinganças, organizar perseguições, imaginar vexames, não em virtude de uma ideia oposta, mas por amor de uma vingança sinistra! De modo que em Portu-

gal as autoridades administrativas são tão desprezadas pelos governos, tão baixamente consideradas nas secretarias, que se lhes manda de lá uma lista de injustiças a praticar, uma relação de arbitrariedades a cometer! De modo que, quando é necessária a polícia, quando é necessária a protecção, quando são necessários melhoramentos, obras, vigilância, administração, ninguém sabe das autoridades, não aparecem e não existem; e quando o governo quer exercer sobre o país um sistema perverso de represálias, aparecem logo os empregados de confiança, com a lista dos excomungados civis na mão, alinhados em coorte de vexação!

É assim que está a política do país; e ainda se pensa no princípio das conciliações, nas soluções constitucionais e nos remédios serenos do sistema parlamentar!

Há em Portugal uma maneira sábia de solver as grandes dificuldades que funestam a vida política. É o considerá-las com desdém, e votar-lhes um fidalgo desprezo.

Haja vista ao orçamento. O orçamento é a questão complicada e revolta que tem hoje o país.

Para ele deviam ser os estudos, as discussões, os trabalhos, os relatórios, as comissões. Num país minado por uma crise de fazenda, todos se devem curvar sobre os documentos, e o orçamento deve ser a origem das meditações demoradas: análise miúda das contas, escrupulosa averiguação da receita, detido exame da sua procedência, estudo sobre a proficiência da sua cobrança, avara enumeração da despesa, economia vergonhosa das suas verbas, uma profunda cogitação sobre a possibilidade de economias, todos estes exames está-os pedindo instantemente o orçamento.

Era o orçamento que devia absorver as atenções do parlamento nos meses de mais rija actividade. Pois bem: em Portugal não se faz assim, todas as medidas, as mais insignificantes, as mais estéreis, as mais protraíveis, aquelas em que não vai

o interesse público, a necessidade do país, a dignidade, a vida do governo, tudo é votado, discutido, relatado, etc. Discute-se se há-de dar à câmara de Silves um pardieiro antigo, à câmara de Aveiro um barracão de dois séculos, gastam-se nisto sessões; mas não se acha uma hora, um dia, um intervalo, para dizer algumas palavras sobre a grande questão nacional, a questão donde depende a nossa vida, a nossa independência, a nossa autonomia.

O começo das sessões, o meio, os tempos de mais enérgica actividade, foram gastos com as ostentosas discussões da reforma diplomática e com as cogitações discretas sobre a interpretação da paróquia civil; o orçamento, esse, fica para as últimas sessões, quando todos estão ávidos de descanso, com a mira nas olaias das suas aldeias.

Quando o tumultuar dos parlamentos tem cansado os espíritos, sufocado os cérebros, e que todos querem ir respirar o descanso suave dos campos, então vem o ministro fazer votar apressadamente uma envergonhada lei de meios, dispensando a revisão profunda e trabalhosa dos livros do orçamento.

Realmente é assim, que importa o défice?

Haverá sempre um pouco de pão, uma pouca de carne para a população: não há exemplo de uma nação morrer à fome.

É fastidioso entrar na questão de dinheiro; alancearia os fidalgos espíritos dos representantes da nação o ter de penetrar na baixa região da despesa e das contas, dos gastos da casa e da economia doméstica. O país sempre se há-de sustentar. E que se não sustente! Mais vale o descanso corporal de um deputado do que a felicidade de um povo!

Por isso vota-se apressadamente a lei de meios e o défice cresce, e as economias não se fazem, e o crédito perde-se, e o comércio fina-se, e a indústria esmorece, e as inscrições baixam, e a dívida cresce, e a bancarrota adivinha-se. Haverá então tristezas, misérias, perdas, desesperos, revoltas, invasões, mas que importa? Ao menos, quando vierem os meses do calor

pesado, os deputados foram todos repousar alegremente para sob as alamedas pastoris e aldeãs, junto das frescuras das ervas, das fadigas sufocadoras de S. Bento.

Achamos por isso prudentíssimo que não se discuta o orçamento e que se deixe crescer o défice.

Achamos que é honroso acumular as discussões vãs, para evitar que o espírito de análise parlamentar se aproxime do orçamento. É impróprio pedir as contas de uma gerência. O país, como fidalgo e perdulário que é, deve ignorar a sua fazenda e deixar-se galhardamente arruinar: há um prazer inexplicável em se deixar arruinar lentamente, por um desleixo feliz.

Tem havido devassos célebres que têm explicado este gozo singular, esta sensação deliciosa que sente o homem que vê a sua fortuna batida por todos os ventos da prodigalidade, afundar-se triunfalmente, enquanto o pródigo se esquece da vida, atordoado pelo esplendor do luxo e da libertinagem. O país está no mesmo caso. Está sentindo prazer em se arruinar. Tudo esmorece na ordem económica, crédito, comércio, agricultura, indústria, e no entanto, as festas sucedem-se e os ministros glorificam-se no seu orgulho de pequenos ditadores.

Sábias governações!

Desgraçados aqueles países que ainda se preocupam do seu tesouro, que velam pela sua felicidade, que se adiantam, que enriquecem, que se tornam os dominadores no concílio político da Europa; desgraçados esses países. Não sentem o prazer de se arruinar folgando, de caminhar para a morte entre cantos joviais: são positivamente desgraçados. Não têm como Portugal a glória de perderem a sua nacionalidade por desleixo e por ignorância, de atirarem, num delírio galhofeiro, a sua liberdade às outras nações, como um caçador atira um bocado de carne aos cães que a despedaçam!

N.º 41, 30 de Maio

Há uns poucos de meses que Portugal é uma arena académica onde apenas se ouvem protraídas discussões, sonoridades de argumentos, razões invocadas, declamações luzidas, todas as formas da retórica, da dialéctica e da escolástica subtil.

Triste meio de produzir o bem do país!

Palavras! Palavras! Palavras! O país é atacado com impostos e defende-se com frases! O governo cerceia liberdades e a imprensa conquista argumentos! Prodigalizam-se as repressões, escraviza-se a indústria, suprimem-se os foros livres, esteriliza-se a produção, decreta-se a miséria, autoriza-se a ignorância, oprime-se a opinião, e a esta invasão de prepotências, de ignorâncias, de repressões, apenas se põe como obstáculo algumas figuras de retórica!

Nós somos dos que preferimos os serenos embates das ideias aos violentos recontros da força. Entendemos que um país realiza melhor a sua felicidade com uma revolução pacífica de princípios, com uma iniciação proveitosa de verdades, do que a cutiladas e a fuzilarias.

Mas entendemos também que num país onde a imprensa é desprezada, onde a opinião é escarnecida, onde são apupadas as assembleias políticas, onde a história, a filosofia, a ciência política, a ciência económica, são consideradas como antigualhas excêntricas, num país onde não há um sistema de governo,

um princípio dominador, uma ideia de administração, onde apenas se respeita o acaso dos factos e a preponderância de pessoas, onde em vez de ciência há intriga, em vez de comunhão de ideias, corrupção; num país assim, entendemos que as revoluções desarmadas e científicas são estéreis e ininteligíveis.

Não se desmente a raça, o clima, a procedência, a natureza: as condições de constituição actuam fatalmente. Nos países meridionais a política é toda de acção, de luta, de combate: veja-se a Espanha, a Itália, a Grécia e Portugal, neste século ainda. Não temos sequer uma ideia política. Em Portugal não se pensa, intriga-se.

Por isso de balde se cansa toda a imprensa e toda a minoria parlamentar, querendo inaugurar o sistema de pensar em política.

Essas discussões embotam o espírito do governo, cansam e afrouxam a energia popular, enervam a musculatura revolucionária e tornam a adormecer, pelo seu som monótono, o espírito político que tão desperto tem estado.

Num país onde o governo declara, logo quase na abertura das câmaras, que despreza a imprensa, a opinião, o povo, a maioria patriótica — os únicos meios de opposição são os actos, as represálias, a acção permanente, infatigável, acção implacável.

Digamos esta dolorosa verdade: em Portugal os governos maus não devem ser combatidos, devem ser expulsos. E todos nós, os que pertencemos à opposição, temos caído no erro de oferecer uma luta honrada e nobilíssima ao governo, em lugar de aconselhar a sua expulsão immediata, mal transpareceram nos seus projectos os sintomas da reacção.

Não se pode discutir com aqueles que por único argumento têm o desprezo, que por única ideia têm o vitupério, que por único sentimento têm a intriga, que por único sistema têm a repressão dolorosa.

Não se discute com o mal; o mal derruba-se.

Que vale questionar o imposto do consumo, a reforma

administrativa, o tratado de comércio? O governo porventura, em atenção às representações, às discussões da imprensa, às razões populares, alterou uma única sílaba da fórmula dos seus projectos?

Não. Continuou impassível e magnífico, decretando as diferentes maneiras de decadência. É tempo, pois, de dar entrada à acção. Já bastante se tem discutido, cumpre executar.

Depois, quando vier o momento de organizar, de recompor, de tirar dos destroços das instituições derrubadas alguma coisa de útil, de eficaz, de proveitoso, então é que se tornam necessárias as discussões esclarecidas, as argumentações prudentes.

Até lá compete executar: e toda a execução hoje há-de ser necessariamente uma destruição. Destruição de muita instituição viciosa, de muito privilégio, de muita anarquia consolidada. Em Portugal não se pode fazer uma revolução completa no sentido da democracia. Somos nação muito pequena para isso. A nossa política é política de reflexão. Copiamos as grandes potências.

Não temos poder nem força, nem elevação, nem grandeza necessária, para sermos uma individualidade política, com organização própria, com sistema exclusivo, com forma de governo voluntário.

Havemos de aceitar o princípio que estiver realizado nas grandes nações. Hoje, que a Europa é constitucional, somos constitucionais; quando a Europa for republicana, seremos republicanos. Política de imitação, não política de espontaneidade. Por isso, por ora, devemos contentar-nos em melhorar o princípio, uma vez que ele tem de subsistir; de o melhorar na prática, de o tornar de uma realidade mais fecunda e prospectiva, de o tornar apto a produzir a maior soma de facilidade pela maior soma de liberdade.

Por isso era necessário primeiro destruir este governo, depois reformar quanto possível, reformar o funcionalismo, o exército, a fazenda, os tribunais, etc.

O governo que vier, deve trazer primeiro no seu programa a lista dessas reformas e deve ser obrigado a cumpri-las sob pena de expulsão.

Mas em primeiro lugar deve derrubar-se este ministério; e se for necessária a revolta para isso, aceite-se a revolta como uma desgraça necessária. Depois um dia, quando a Espanha estiver consolidada e transformada no sentido da justiça, nós, apoiando-nos nela, fazendo nossa a causa da Península, poderemos então encetar a reforma do sistema no sentido democrático, e fazer aquelas transformações que pede a felicidade humana e a liberdade dos povos.

Há em Portugal um estranho sistema de administração.

Este sistema é o abandono. Abandono de todo o território que fica para além das últimas casas de Lisboa.

Em toda a parte civilizada o governo coloca pelas províncias autoridades de administração, seus delegados, que realizem na área local o mesmo trabalho de adiantamento e de reforma que ele procura alcançar na esfera do progresso geral. Essas autoridades são para administrar, para reformar, para fiscalizar, para policiar, para edificar, para melhorar, para curar de tudo o que estritamente diz respeito à viação, higiene, agricultura, indústria, vida local enfim. Não são empregados de aparato, diplomacia administrativa, que vá perante as populações representar aparatosamente o *high-life* governamental. Não. São autoridades de serviço, que devem conhecer a sua localidade, estudar-lhe a índole e a constituição, observar as necessidades, fiscalizar as irregularidades, promover-lhe o adiantamento benéfico e dar-lhe o impulso que leva para o bem social, para as comodidades profundas da vida policiada, para as vantagens da prosperidade. Um governador civil, já o dizia um professor célebre, com as atribuições que lhe dá a legislação administrativa, com a esfera de acção que lhe concede, pode fazer de uma tribo bárbara uma capital de primorosa

constituição. E a lei administrativa de propósito lhe illimita quase os attributos de jurisdicção, para ele poder largamente tallhar no seu distrito, melhorar, destruir, recompor, organizar e executar.

Mas desgraçadamente em Portugal não succede assim. Nós gozamos a vantagem inestimável de andar pelo caminho avesso ao de todo o bom-senso, de toda a prática justa.

Digamos uma verdade: em Portugal as primeiras autoridades administrativas formam pelo país um corpo de policia superior directamente emanada do governo.

Não são autoridades com politica própria, espontaneamente de acção, não: são simplesmente comissionados do ministério que vão para as suas administrações vigiar, intrigar, miniar as oposições, acariciar amizades, ligar empenhos e vontades em favor do governo, e trabalhar dolorosamente em tempo de eleições.

Nada mais fazem.

Absolutamente inúteis na evolução social do país, servem apenas para representar na sua localidade um certo número de nomes, para executar a vontade das secretarias, para aliciar os indifferentes e instigar os afeiçoados.

Nem ao menos representam um princípio, representam certos homens; era concebível que representassem o princípio da ordem, que servissem a todos os governos, que fossem os apoios provinciais de toda a edificação ministerial, que fossem os perpétuos agentes de eleição dos governos successivos, que fossem homens-máquinas, que soubessem arranjar e dispor votos, tendo a mesma afeição por todas as situações, o mesmo zelo por todos os caracteres políticos.

Mas não; eles nem sequer representam o princípio da ordem, representam a vontade de indivíduos. São empregados da confiança deste ou daquele cavalheiro, e entende-se por isso que só zelarão este, e que atraiçoarão aquele.

No meio de tudo isto, a província é esquecida: nem melhoramentos, nem obras, nem viação, nem hospitais, nem policia,

nem iluminação, nem reedificações, nem vigilância, nem higiene, nem moralidade. Nada.

Atentos nas evoluções dos actos ministeriais, não reparam, tão cheios têm os olhos da luz oficial, nas populações infelizes e abandonadas que rixameiam miseravelmente na sombra.

São homens sem princípios, sem ideias, sem sistema. Tome-se qualquer autoridade administrativa e raro será que se encontre uma que proceda na sua jurisdição sob um ponto de vista político, sob a inspiração de uma ideia social, sob a direcção de um método prático de administração.

Todos seguem a rotina: a velha, a seca, a monótona rotina.

Sabem de cor o trabalho de expediente, e executam com a precisão de um mecanismo moral; felizes ainda as populações quando as autoridades, ainda mesmo maquinalmente, vão cumprindo o seu dever.

Ora isto estiola as populações. O primeiro efeito deste abandono de tudo por aqueles cujo dever era zelar, é a falta das comodidades que têm as populações policiadas. Não se goza segurança, não há um bom hospital, não há uma condução de águas higiénica, não há limpeza das ruas, não há fiscalização dos géneros vendáveis, não há bons edifícios públicos, não há escolas, não há bom sistema de ensino público, não há nada. Isto produz o segundo efeito, que é a desconolação dos habitantes, a desesperança de gozarem os benefícios da moderna vida social. Este desalento produz a indiferença: cada um se concentra, vive-se apenas pela ligação do comércio e da convivência indispensável; as negociações afrouxam, a actividade local perde-se, a iniciativa particular esmorece diante da abstenção oficial; começam as discussões, as desinteligências; as autoridades, não podendo manter-se pela simpatia, procuram manter-se pela pressão, pelo patronato, pela concussão, pela influência de famílias; daqui, desgostos, conflitos; e aí está como uma cidade com todas as condições de florescência de vida, de elevação, de grandeza, se perde, fica num marasmo social, e deixa todas as suas riquezas morais, todas as suas

superioridades, serem levadas pela indiferença e pelo tempo, como as folhas que um regato acamreta.

Évora é um exemplo bem triste disto.

Tais são os resultados sinistros do sistema que em Portugal vigora, de fazer das autoridades administrativas empregados superiores de polícia ministerial.

É esta uma das maiores reformas que pede este país. Possa Deus querer que venha breve a sua hora, para fazer resuscitar estes I.ázaros que se chamam cidades de província.

Complica-se de uma maneira pérfida a questão sobre a Régua.

Muitas são as interpretações. Os factos assentes e esclarecidos são estes: a representação saiu do arquivo; foi para casa do sr. visconde de Chancelheiros; daí foi mandada para a Régua; lá foi vista em casa do administrador. Quem a mandou para a Régua? Foi com o consentimento do governo? Foi para base de perseguições? Foi para analisar e publicar? *Mistérios!*, como dizia Scribe.

O sr. visconde de Chancelheiros, emprazado para dar a sua palavra de honra de que a representação não tinha saído das suas mãos depois de retirada do arquivo, recusou-se a corroborar o facto com a sua palavra de honra. Logo a representação saiu do poder daquele cavalheiro.

Foi nesse intervalo que foi à Régua. Quem a mandou? Diz o sr. Chancelheiros que alguém, que abusara da sua boa-fé, etc. Ver-se-ão estes factos mais detidamente examinados pelas transcrições que abaixo fazemos dos jornais do Porto e de Lisboa.

Que se deu o facto, é incontestável, que a representação foi mandada para um mau fim, é incontestável.

E as considerações que acodem em presença de um facto destes, são as severas condemnações do procedimento do governo. Não é provável que a autoridade quisesse conhecer as assina-

turas, para dar aos indivíduos ampla recompensa; o governo ainda não adoptou o sistema de galardoar nobremente os seus adversários. Se a representação foi, é porque alguma instigação de vingança determinou essa resolução. Perguntam os jornais se isto será algum plano combinado para perseguir os signatários das províncias!

Parece-nos que sim, atendendo ao que succedeu à representação de Évora. Essa foi repelida na câmara e depois mandada às autoridades para se exercerem as vinganças possíveis contra os que ousavam renegar o verbo ministerial. Esteve nas mãos das autoridades. É incontestável. E se não houve perseguições, represálias, vinganças, é porque não é modernamente, neste país, perante as livres ideias, que se hão-de renovar os costumes bárbaros dos tempos freiráticos e absolutistas. A uma tal prepotência poderia haver reacção terrível e inesperada. As autoridades podem contentar-se em ser inúteis; não é necessário que sejam prejudiciais. Estamos certos que as autoridades nunca se prestariam a serem os instrumentos passivos de uma desafrenta miserável. Ao princípio de jurisdição estão ligadas certas dignidades de sentimento de que os magistrados não abdicam facilmente. E quem se sujeitaria a vir friamente castigar homens probos, que apenas têm o crime de querer o bem do povo e o começo da liberdade? No entanto, o pensamento existiu, e fosse o que fosse que obstasse à sua realização, não é menos verdade o ser o procedimento do governo um daqueles atentados que noutro país levaria aos castigos penais.

Abuso violento, prepotência, reacção viciosa, ilegalidade, opressão, vexação, indignidade, tudo há naquele acto.

Ameaça terrível de toda a liberdade! Pois não será permitido o ter opinião, espontaneidade, liberdade de ideia e de consciência?

Há-de ser fatalmente obrigado a sofrer em silêncio, a ter por única defesa a resignação e por único desabafo a abstenção? É assim que o governo parece querer educar as populações.

N.º 42, 2 de Junho

Em Portugal não há ciência de governar nem há ciência de organizar oposição.

Falta igualmente a aptidão, e o engenho, e o bom-senso, e a moralidade, nestes dois factos que constituem o movimento político das nações.

A ciência de governar é neste país uma habilidade, uma rotina de acaso, diversamente influenciada pela paixão, pela inveja, pela intriga, pela vaidade, pela frivolidade e pelo interesse.

A política é uma alma, em todos os pontos revolta pelas vontades contraditórias; ali dominam as más paixões; ali luta-se pela avidez do ganho ou pelo gozo da vaidade; ali há a postergação dos princípios e o desprezo dos sentimentos; ali há a abdicção de tudo o que o homem tem na alma de nobre, de generoso, de grande, de racional e de justo; em volta daquela arena enxameiam os aventureiros inteligentes, os grandes vaidosos, os especuladores ásperos; há a tristeza e a miséria; dentro há a corrupção, o patronato, o privilégio. A refrega é dura; combate-se, traiçoa-se, brada-se, foge-se, destrói-se, corrompe-se. Todos os desperdícios, todas as violências, todas as indignidades se entrechocam ali com dor e com raiva.

A escalada sobem todos os homens inteligentes, nervosos, ambiciosos, saídos do mundo anónimo da miséria: escritores,

dramaturgos, proprietários, poetas, soldados, todos os filhos do acaso e da vadiagem literária, querem penetrar na arena, ambiciosos dos espectáculos cortesãos, ávidos de consideração e de dinheiro, insaciáveis dos gozos da vaidade.

De modo que a governação cai nas mãos inexperientes e frívolas daqueles que nem têm a experiência, nem a filosofia, nem a prática, nem a sabedoria, nem os sistemas, nem os estudos necessários para encetar, com proveitosos resultados, um caminho político de ideias e de concepções.

Em Portugal os homens de estado não se criam, decretam-se: a carta constitucional dá ao rei a faculdade de, com uma assinatura, elevar um homem qualquer, ignorante e nulo, àquela ciência, àquela superioridade de espírito, àquela altura intelectual que pedem as regências públicas.

Um homem, inteligência de acaso, saído das obscuridades da pequena literatura ou do pequeno jornalismo, talento de álbum, filósofo de almanaque, coleccionador de poesias eróticas, com o cérebro cheio de pequenas futilidades de retórica, é de um momento para o outro, em virtude de um decreto, por graça do imperante e protecção da Carta, considerado como hábil e superior para dirigir o movimento político, para levar a nação no caminho do bem social à conquista das felicidades, da florescência, da grandeza, da independência e da riqueza.

Este homem não conhece a política do seu país, não conhece a história contemporânea, não conhece os métodos políticos, não conhece a marcha das ideias, as necessidades da sociedade moderna, a influência dos princípios, os limites morais da legalidade, as prescrições salutaras da justiça; não conhece a diplomacia, não conhece o trabalho íntimo e latente da reconstrução europeia, não conhece as condições das classes, o estado da indústria, a prosperidade do país; não conhece a filosofia social, os princípios morais da governação, a influência do passado, a vantagem das alianças, a possibilidade latente do futuro, não conhece nada, nem ideias nem factos;

mas que importa que não conheça nada? Foi julgado superior por um decreto régio e isto porque intrigou, porque pediu, porque se vendeu, porque se rojou, porque se curvou, porque abdicou sentimentos, dignidade, consciência, independência, e ficou uma matéria vil à qual um influente qualquer da camarilha pode fazer tomar todas as formas possíveis, como se fosse um pouco de barro. E em virtude desta nulidade, é considerado grande homem, por decreto do rei. Outros então alcançam o valimento e depois manifestam a altivez, tornam-se dominadores, encobrem a ignorância com a vaidade, a nulidade com o aparato, a falta de ideia com a abundância de vexação.

É uma das coisas mais dolorosamente cómicas do nosso sistema, este direito que têm os poderosos da camarilha de decretar grandes homens de Estado.

Toda a ciência, toda a parte, todo o ofício, tem um certo número de princípios, de factos, de conhecimentos, de ideias, de sistemas, de tradições, de bases que é indispensável conhecer. O ter estes conhecimentos práticos e reais, e juntar a isso uma grande inspiração, é o que faz os grandes homens, quer na política, quer na literatura, quer na arte.

Seria ridículo decretar que alguém fosse pintor consumado, artista inspirado, músico glorioso. Porque será então permitido e legalizado pela constituição que se possa decretar que tal ou tal seja grande homem de Estado?

É tão ridículo que vão dizer a um homem: «Manda el-rei, etc., que tu sejas um poeta tão grande como Dante», como dizer-lhe: «Manda el-rei que tu sejas um ministro tão grande como Turgot.»

E quando um decreto nomeia um homem ministro, sobretudo nas condições de crise, de decadência, de inferioridade como esta nossa, é porque o não julga uma mediocridade política.

Porque quando se aponta um homem num momento de crise, é porque todos têm a convicção ou o instinto de que esse, assim mostrado às multidões, de quem se disse o *Ecce*

Homo político, é o único capaz de trazer a salvação e decepar radicalmente o mal.

Mas não: o homem foi declarado estadista, e no outro dia legisla já e decreta.

O que acontece? É que este homem é ministro de um país que não conhece, legislador em circunstâncias que ignora, financeiro sem ter conhecimento da ciência económica e das condições da riqueza pública; affecto aos negócios de justiça, desconhecendo as leis, os princípios e a ideia geral da organização dos magistrados, aos negócios da guerra, sem nunca ter reparado no exército, sem conhecer os sistemas de organização militar, de despesa, de serviço, de policia, de trabalho, e a influencia moral que têm nas nações a paz armada, a divisão de secções militares, a estabilidade de regimento, etc.; affecto aos negócios da marinha, das colónias, sem as conhecer, sem as ter sequer estudado ou visto no mapa. Todos os ministros ordinariamente são inteligentes, escrevem bem, discursam com cortesia e dicção pura, versejam nos álbuns de casas particulares, são perfeitos cavalheiros e excelentes convivas, e adoráveis cortesãos.

Mas não têm nem a ciência, nem o espirito, nem a dignidade, nem a elevação de carácter, nem a austeridade, nem a concepção, nem o instinto político, nem a experiência que faz o estadista.

Excelentes num sarau literário, são nulos numa crise da pátria.

É assim que há muito tempo em Portugal são regidos os destinos políticos.

Política de acaso, política superficial, política de expediente.

Em presença destes factos é de esperar que durante muito tempo o país vegete na sua sonolência animal; nenhum espirito ousado virá desassombradamente, com consciência e com vontade, com ciência e com moralidade, dar um proveitoso impulso a este caminhar lento e improffcuo.

País governado ao acaso, governado por vaidades e por interesses, por especulação e patronato, por privilégio e influência de camarilha, é possível que possa conservar a sua independência?

Ministros que vivem do apoio da maioria comprada e alcançada a favores, ministros que encobrem a inaptidão com a vaidade, e a nulidade com a declamação, e a sua origem burguesa e obscura com os desperdícios de uma oligarquia ostentosa; ministros dependentes dos favores do paço, vivendo de uma vida fictícia de apoio e de protecção, inertes, sem ciência e sem energia, aparatosos e frouxos, imperceptíveis e liberais, podem porventura elevar o país?

Em Portugal a grande questão do ministério é a duração: o *muito tempo*; para isso servem-se de todos aqueles meios que a immoralidade oferece aos maus: não podem viver pelas ideias, vivem pelas maiorias; não ganham apoio pela dignidade e pela atracção espiritual, ganham-no pela corrupção material; não podem constituir a camarilha pela superioridade das suas medidas, conquistam-na pela autorização de desperdícios e por dádivas dos dinheiros públicos; não podem manter-se pelo respeito, mantêm-se pelo medo; não podem conservar-se pela harmonia económica da fazenda, conservam-se por impostos exagerados; não podem viver pela liberdade, vivem pela repressão. Que importa? Durar, conservar-se, viver, gozar; eis a grande divisa do seu brasão comum. Ser ministro para uns é uma vaidade, para outros uma especulação; mais nada: uns ganham, outros resplandecem; alguns há também para quem é vaidade e lucro. Não conhecem que exista o povo, a opinião, o ideal social, as revoluções, a liberdade, a democracia. Basta-lhes saber que são admitidos nos bailes do paço e trazem o cortejo de um corneio, e que o seu nome é repetido nas discussões políticas como um som que o ar embala.

Só isso lhes importa.

Vaidosos, precisam uma corte humilde e criam a maioria; avanços, precisam entesourar e fazem os contratos ruinosos;

gostam de ser contemplados ainda mesmo num pelourinho moral de repulsão pública e de desgostos. Preferem uma celebridade amaldiçoada a uma serena obscuridade. Amam o poder pelo poder: não encarnam um princípio, uma ideia que queiram realizar; não são homens de um partido; nada de espiritual os leva para ali: arrasta-os aquela fatalidade que quer que os pequenos espíritos vão irresistivelmente para tudo o que luz e para o que soa; tudo sofrem pelo prazer de dominar as descon siderações, as oposições, os vitupérios, as revoltas.

Sacrificariam populações e famílias para alcançar mais uma medalha que lhes desse foros de grandeza.

Para eles nada significa o trabalho, as privações do povo, os desconsolos das classes operárias; não querem fazer roçar a sua farda por essas misérias. Entendem que o povo é uma multidão vil, porque dele saem os criminosos para as prisões e as mulheres para a prostituição; e não sabem que os ministros devem prodigalizar a instrução e o bem-estar que livram da prostituição e da prisão.

Os ministros em Portugal são mais ou menos isto.

Estes, que hoje estão no poder, realizam então perfeitamente o tipo do interesse e da vaidade. São eles os homens do imposto bárbaro, da supressão dos baldios, dos insultos ao Porto, da ruína da indústria, do desprezo pela imprensa, da corrupção oficial, das alianças com a Espanha, da criação da guarda civil, das demissões sem culpa formada, das perseguições por política, das ostentações grotescas, da reacção imoderada.

São eles os republicanos de ontem, hoje pretendentes da ditadura; eles, os que revoltam Braga e que apedrejaram o Porto; eles, os primeiros que não cederam a manifestações populares e juravam não ceder aos pronunciamentos militares. Eles, os homens do fanatismo, da reacção, das amizades clericais, das intimidades do arcebispo Claret.

Eles, os irmãos políticos de Narvaez, a quem falta um país para dizimar. Eles, frouxos, ex-solitariamente e valentes

quando cercados dos homens da maioria, esses cortesãos de cortesãos; que têm somente a energia necessária para serem amanuenses de secretaria, e que no entanto ostentam a força de dominadores políticos. Eles, os que serão envolvidos nas forças políticas e nos ódios do povo, expostos aos castigos justos e às represálias da razão. Eles, os provocadores de revolta e os organizadores de duelos. Eles, que representam o país como Judas apóstolo representava Cristo. Eles, que serão violentados no presente e esquecidos na história.

N.º 43, 6 de Junho

O país está dando na política o espectáculo de dois fantasmas combatendo-se. Fantasma de governo, fantasma de opposição. A particularidade dos fantasmas, segundo elles apparecem na penumbra da crença popular, é serem inconsistentes e diáfanos, formas que o vento desfaz e que atravessam a escuridão da noite, em lampejos sobrenaturais, e que desaparecem subitamente. A opposição official está também inconsistente e diáfana, apparecendo e desaparecendo. Há duas opposições — os centros e o povo. Todos querem o mesmo, todos trabalham no mesmo intuito de salvação, todos se abraçam em mútua comunhão; no entanto, pela fatalidade das pequenas paixões, os centros desunem-se e a grande columna de combate perde a sua solidez, e quase a sua convicção.

Porque o peor que a desunião tem, não é fazer perder a força, é fazer perder a convicção. Há realmente duas opposições? Duas ideias? Duas tentativas? Duas propensões espirituais? Não. Todos querem aquella reforma preliminar do país que consiste em derrubar o ministério. Todos se comprehendem e se completam. E, no entanto, desunem-se; esta desunião não é perigosa, não faz perturbar as coragens e recuar as tentativas; enquanto houver união, como há, no instinto, na ideia, no

facto, pouco importa que os centros se malquistem nas suas individualidades, porque se estreitam na liberdade.

No entanto, esta desunião daqueles que deviam ir alumiando a marcha instintiva e insciente do espirito popular, pode de algum modo abalar as convicções.

Nos partidos a desunião é um esquecimento do fim desejado: é pôr de parte o grande cometimento, para ir debater as pequenas questões de forma e as imperceptíveis oscilações de indivíduos.

E é porventura ocasião de atender a essas minuciosidades do capricho quando a pátria agoniza? Que nome se daria àqueles filhos que, chamados apressadamente ao quarto onde sua mãe expirasse, estivessem à porta discutindo preferências de entrada? Os antigos soldados das legiões que combatiam na Germânia, reconciliavam-se todos e perdoavam-se todos na véspera das batalhas. E nós estamos talvez na véspera da batalha ideal da reacção com a liberdade.

Se fosse uma questão de ideias, de princípios, de sistemas! Mas questões individuais, que não têm um horizonte mais largo que uma sala de discussão! Pois quando se está próximo a realizar o direito sagrado do povo, é que os chefes, os investidos, os eleitos, abandonam o campo immaculado das ideias onde se estava pelejando e vão para um canto aclarar uma questão de preferência ou de cortesia.

Não; os homens que se preparavam a fazer mais alguma coisa do que ostentações de camarilha, e desperdícios de vaidosos, não podem, quando o momento é supremo para o povo, abandonar a causa da liberdade e da virtude, para irem debater em ásperos debates, em violências pessoais.

Mais do que nunca o momento é grave: o país está arruinado, sem dinheiro, sem crédito; a indústria vai fenecer, a agricultura esmorece, o comércio está morto, as transacções subtraíram-se à concorrência; demais prepara-se um ano de escassez; os trigos, os géneros quase todos sofrem das fatalida-

des doentias de estações contraditórias; a miséria moral pode reunir-se à miséria física; quando vier o Inverno, o povo encontrar-se-á entre a fome e o imposto do consumo; o governo nega-lhe a carne; a terra nega-lhe o pão; assim repellido pela natureza e pelos que governam, quem sabe o que o povo fará?

Perante o Inverno acha-se o povo numa crise de vida; no Inverno, se for rigoroso sobretudo, os pescadores não podem ganhar a vida no mar, vão pedir pelas povoações; as populações do Minho, expulsas dos terrenos baldios, hão-de ter por companhia a fome e por tirano o frio; em consequência do tratado do comércio, muitas fábricas se fecharão; e então os bandos de operários, sem pão, sem lume, carregados de família, descerão às amarguras da esmola; por outro lado, o pão falta; por outro, o tributo cai sobre os géneros do pobre; o desgraçado nem ao menos, em compensação do tributo que os homens lhe lançam, encontrou a abundância que a terra lhe desse; o mal humano combinou-se com o mal natural; e esta fatalidade acumulada pesa sobre o povo. Quem sabe o que ele fará perante o Inverno, a escassez do pão, o excesso do tributo, as fábricas fechadas e os baldios arrendados? Quem sabe? A nós parece-nos que não se limitará a suspirar, erguendo para o céu a voz debilitada da alma.

Não, algum facto cometerá na hora da sua dor.

Estão preparados porventura para isto os homens que neste país estão no lado da liberdade e da abundância? Estão preparados e unidos os homens enérgicos que podem livrar a pátria desta doença imensa?

Parece que estão, se atendermos à actividade espiritual que durante os últimos meses tem dominado a sua conduta uniforme e justa; parece que não, se atendermos a estas desuniões, a estas divergências, a estas questões de forma, dignas de uma camarilha de província, mas impróprias de um partido liberal, honesto, e que quer conservar o seu país.

Não, estas desuniões nada importam: todos têm a mesma

ideia; por ela lutam, por ela sofrem; esta desunião é um instan-
tâneo obscurecimento do espírito; quando calmarem as excita-
ções do pundonor, todos então verão que é pela união e pela
acção, união enérgica, acção infatigável, que se ganha na lote-
ria social o grande prémio — Liberdade.

CÂMARA MUNICIPAL DE EVORA
Arquivo de Documentação

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
POLÍTICA NACIONAL	
N.º 2—10 de Janeiro	7
N.º 3—13 " "	10
N.º 4—17 " "	13
N.º 5—20 " "	18
N.º 6—24 " "	22
N.º 7—27 " "	27
N.º 8—31 " "	34
N.º 9—7 de Fevereiro	41
N.º 10—10 " "	43
N.º 11—14 " "	45
N.º 12—17 " "	52
N.º 13—21 " "	57
N.º 14—24 " "	61
N.º 15—28 " "	63
N.º 16—3 de Março	69
N.º 17—7 " "	75
N.º 18—10 " "	80
N.º 19—14 " "	81

N.º 20 — 17 » »	100
N.º 21 — 21 » »	116
N.º 22 — 24 » »	119
N.º 23 — 28 » »	124
N.º 24 — 31 » »	129
N.º 25 — 4 de Abril	133
N.º 26 — 7 » »	136
N.º 27 — 11 » »	138
N.º 28 — 14 » »	142
N.º 29 — 18 » »	154
N.º 30 — 21 » »	157
N.º 31 — 25 » »	158
N.º 32 — 28 » »	164
N.º 33 — 2 de Maio	173
N.º 34 — 5 » »	181
N.º 35 — 9 » »	187
N.º 36 — 12 » »	193
N.º 37 — 16 » »	199
N.º 38 — 19 » »	205
N.º 39 — 23 » »	213
N.º 40 — 26 » »	221
N.º 41 — 30 » »	229
N.º 42 — 2 de Junho	237
N.º 43 — 6 » »	244

ENTRE OUTRAS, DAS PA ENVIADAS NA OBRA DE SUA MÃE, AQUI
PUBLICADAS APÓS A SUA MORTE.

OBRAS
PÓSTUMAS
DE

EÇA DE QUEIROZ

- 4 Capas
- 11 Capas e Calçados
- Alves & C^a
- Cartões
- O Egyp^{to} (Poesia de Viagem)
- Cartas Inéditas de Fructos de Moraes
e suas Filhas Escribas
- Uma Campanha Alegre
- O Mito do Espírito de Santa
- A Tradição da Rua dos Flores
- Na Colaboração
em (Ilustração de D. Eça)

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE EVORA
Serviço de Documentação

ENTRE OUTRAS, SÃO AS SEGUINTE AS OBRAS DE EÇA DE QUEIROZ
PUBLICADAS APÓS A SUA MORTE:

A Capital
O Conde d'Abranhos
Alves & C.^a
Correspondência
O Egipto (Notas de Viagem)
Cartas Inéditas de Fradique Mendes
e mais Páginas Esquecidas
Uma Campanha Alegre
O Mistério da Estrada de Sintra
A Tragédia da Rua das Flores
Da Colaboração
no «Distrito de Évora»

De Colaboração
do Ilustre
Sr. Excmo. J.
(1367)

**ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS DE
«LIVROS DO BRASIL»
EM LISBOA
DESENHO A CAPA O PINTOR
LIMA DE FREITAS**

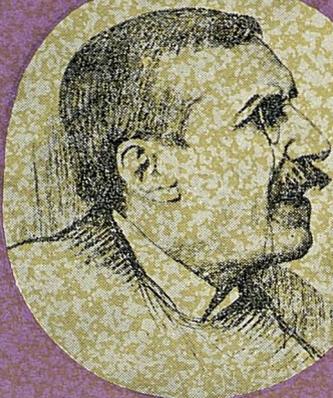


Da Colaboração no «Distrito de Évora»-II (1867)

Ninguém em Portugal melhor do que Eça pode exemplificar o tipo do *culto*, ou seja do homem a quem a leitura é complemento da experiência vital na formação da alma e direcção do espirito e, em vez de pesar na memória, dá valor às faculdades superiores, ampliando-lhes o horizonte e aumentando-lhes as dimensões.

Nele se realiza o tipo do homem universal, pois a ninguém com mais verdade poderia apropriar-se o dito de Terêncio: «Sou o homem e nada do que é humano considero me seja estranho.» Interessa-o, como diplomata, o mundo da acção, tanto como escritor, o mundo do pensamento ou da imaginação criadora. Esta universal apetência ninguém melhor define do que ele próprio, posto que atribuía a frase a Fradique Mendes, sob tantos aspectos auto-retrato de Eça.

«A egoísta ocupação do meu espirito, hoje consiste em me acercar de uma ideia ou de um facto, deslizar suavemente para dentro, percorrê-lo avidamente, explorar-lhe o inédito, gozar todas as surpresas e emoções intelectuais que ele possa dar, recolher com cuidado o ensino ou a parcela de verdade que existe nos seus refolhos — e sair, passar a outro facto ou a outra ideia, com vagar e com paz, como se percorresse uma a uma as cidades de um país de arte e de luxo.»



No Verão de 1867 o **Distrito de Évora** noticiava: «José Maria d'Eça de Queiroz declara que desde o dia 1 de Agosto deixou de ser redactor e Director politico do jornal **Distrito de Évora** e, desligado da empresa fundadora, dá como terminada a sua responsabilidade material, moral e literária.»

Terminava, assim, a aventura forense e jornalística que levava Eça de Queiroz a Évora. A vida do foro irá documentá-la nas figuras do Dr. Vaz Correia, do procurador Freitas, do escrivão Domingos e de tantos outros magistrados que passam na sua obra; o jornalismo que exerceu no **Distrito de Évora** reúne algumas das páginas mais brilhantes de crítica e de análise social, política e artística que nos legou.

THE HISTORY OF

1787

1787

